



UNIVERSIDADE ESTADUAL DO MARANHÃO
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CARTOGRAFIA SOCIAL E POLÍTICA DA
AMAZÔNIA

Joécio Pires da Silva

**O TAMBOR COMO HERANÇA DOS PRETOS: UMA ANÁLISE SOBRE O
TERRITÓRIO QUILOMBOLA DE SANTA ROSA DOS PRETOS**

São Luís – MA

2019

Joécio Pires da Silva

**O TAMBOR COMO HERANÇA DOS PRETOS: UMA ANÁLISE SOBRE O
TERRITÓRIO QUILOMBOLA DE SANTA ROSA DOS PRETOS**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Cartografia Social e Política da Amazônia – PPCSPA/ Centro de Ciências Sociais Aplicadas da Universidade Estadual do Maranhão - UEMA como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Cartografia Social e Política da Amazônia.

Linha de Pesquisa: Narrativas, Memória e Identidades Coletivas na Amazônia.

Orientadora: Prof. Dr. Rosa Elizabeth Acevedo Marín

Co-orientadora: Prof. Dr. Patrícia Maria Portela Nunes

São Luís – MA

2019

Silva, Joécio Pires da.

O tambor como herança dos pretos: uma análise sobre o território quilombola de Santa Rosa dos Pretos / Joécio Pires da Silva. – São Luís, 2019.

96 f

Dissertação (Mestrado) – Pós-Graduação em Cartografia Social e Política da Amazônia, Universidade Estadual do Maranhão, 2019.

Orientador(a): Profa. Dra. Rosa Elizabeth Acevedo Marin.

1. Tambor de crioula. 2. Identidade. 3. Santa Rosa dos Pretos. 4. Maranhão .
I. Título

CDU: 911.3(=013)(812.1)

Joércio Pires da Silva

**O TAMBOR COMO HERANÇA DOS PRETOS: UMA ANÁLISE SOBRE O
TERRITÓRIO QUILOMBOLA DE SANTA ROSA DOS PRETOS**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Cartografia Social e Política da Amazônia da Universidade Estadual do Maranhão, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Cartografia Social e Política da Amazônia.

Aprovada em ____/____/____

BANCA EXAMINADORA

Profa. Rosa Elizabeth Acevedo Marin (Orientadora)

Profa. Raquel Mombelli (1ª Avaliadora Externa)

Profa. Cíndia Brustolin (2ª Avaliadora Externa)

Prof. Emmanuel Almeida Fárias Jr. (3º Avaliador Interno)

Profa. Patrícia Portela Nunes (Co-Orientadora)

À minha Mãe que foi fundamental para a construção deste trabalho e para minha vida sempre, a minha família pela força e união sempre em momentos de extrema luta, as histórias de Santa Rosa que é uma riqueza de Narrativas, aos mestres e mestras do Tambor de Crioula pelos ensinamentos.

Agradecimentos

Agradecer não é um momento fácil, quando se tem em vista a dimensão de pessoas que contribuíram com seu trabalho, e que de alguma maneira sempre estiveram te apoiando e torcendo por você em momentos de baixas e altas da vida.

Agradeço primeiramente aos deuses e deusas da natureza, que guiam os passos de cada ser; à minha mãe Anacleta que foi peça fundamental para que eu chegasse neste momento, principalmente naquelas horas de desespero, foi ela quem sempre disse: “bora lá” “dá teu jeito”; ao meu pai Jorge Luís, amante do futebol, que sempre apoiou de sua maneira; às minhas irmãs José, Zica e Dália, que sempre estiveram do meu lado e sempre me deram o prazer de viver em família; à vida em nome de meus amores Verônica, Julia minha filha, que me dá o prazer de ser pai mesmo distante, mas saiba que te amo; Henzo Sebastian meu garoto; à Hiandro meu gordo, que serviu de terapia nas horas difíceis de trabalho; à Ágatha que está se desenvolvendo e logo estará entre nós.

Agradecer as pessoas que a vida me deu, em especial Day, que é de fato a responsável por tudo isso, por todos os momentos que compartilhamos e que vamos compartilhar; à professora Cíndia Brustolin, minha eterna orientadora; aos amigos que a vida me deu, são tantos que não dar para por todos, mas em nome de Mateus, meu gostoso, Carla, Uriel e Ricardo, à Gabi obrigado pela contribuição genial, agradeço cada um, meu sincero obrigado.

À turma do futebol e à família palmeiras, Moca, Jonas, Gustavo, Bel Brow, Cabral, Tambá, Zé Preto, Negão, e tantos outros que fazem parte do melhor da região.

Quero agradecer aos meus amigos de Curso que dividimos aprendizados e trocamos conhecimentos durante esses anos de mestrado, à Joana, grande companheira, que trouxe muito aprendizado e muitas contribuições para a vida, Meire Rabelo, Mulher Forte e determinada, à Regiane mulher valente, à Vanessa nossa organizadora, a pessoa que não deixava nós se perder em meios a tantas coisas, à Felipe sempre alegre e nos contando sobre suas experiências de vida, à Juliene companheira quilombola do Pará que veio contribuir com a gente nessa caminhada, à Kate, sempre muito forte em suas reflexões e de uma potência nas análises, à Erika Tinoco, a nossa companheira da Colômbia que trouxe discussões precisas aos trabalhos e deu alegrias a turma, e em especial à Cristina Bezerra que abriu suas portas para minha

pessoa, no momento bem complicado do trabalho e que me fez companhia virando madrugadas, para que pudéssemos dar conta do trabalho.

Agradecer à Fundação de Amparo à Pesquisa e ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico do Maranhão (FAPEMA), pela viabilização da bolsa. Sem o qual não seria possível o deslocamento, alojamento e estadia em São Luís, e também o investimento em livros e xerox, que me deu a tranquilidade necessária para a dedicação aos estudos frente a tantas disciplinas.

Aos movimentos sociais ao qual me envolvo e sempre que posso estou contribuindo na luta, UNIQUICTA, MOQUIBOM, TEIA DOS POVOS E COMUNIDADES TRADICIONAIS, CCN, ASSOCIAÇÃO DOS PRODUTORES RURAIS QUILOMBOLAS DE SANTA ROSA DOS PRETOS, JnT, entre outros.

Agradeço imensamente ao Programa de Pós-Graduação em Cartografia Social e Política da Amazônia (PPGCSPA), pelo prazer de poder trocar aprendizados e ensinamentos que serão fundamentais na construção do eu/intelectual as contribuições de cada um dos professores que foram de extrema relevância em minha vida. Agradeço a todos em nome do Professor Alfredo Wagner e do Professor Emmanuel, grande companheiro de luta. Quero aqui deixar meu agradecimento mais que especial a minha Professora orientadora, Rosa Acevedo e co-orientadora Patrícia Portela, principalmente pela paciência de lidar com um caboclo todo desorganizado, e pelas orientações pontuais que deram sentido ao trabalho.

E por fim mais não menos importante, quero agradecer aos meus interlocutores, que sem eles, não seria possível a realização dessa pesquisa, cada momento de conversa e de trocas foram fundamentais para se construir este resultado. Elias, comadre Pixita, tia Dalva mãezona, mãe Severina, José da Jussara, seu Justo um guerreiro, pai João Batista um sábio, tio Paulo, tio Juvêncio super mestre in memorian, seu Joca in memorian, e em especial vô Libânio, grande guerreiro que doou a vida pela defesa do território, ele que é uma enciclopédia viva, e estudar o corpo vivo é e foi fundamental para a construção deste trabalho, aos meus parentes, ti@s e prim@s in memorian de minha querida Vó Albelina, que sei que donde ela esteja está torcendo por mim, te amo vô e à mulher da minha vida Vó Aldagiza você é meu tudo.

“Se algum dia você cegar. Cegue da vista, mas não cegue da consciência”.

Libânio Pires

RESUMO

Neste trabalho busco mostrar a importância do tambor de crioula como instrumento de luta e resistência frente à chegada de grandes empreendimentos em Santa Rosa dos Pretos, Território Quilombola que está localizado no município de Itapecuru-Mirim-MA. Através das narrativas dos anciões e minha própria vivência enquanto quilombola, faço uma breve revisão da história do território e dos usos atribuídos ao tambor na teoria para apontar como ele passa de “expressão cultural” a instrumento de resistência. Para isso reconstruo os processos de resistência e enfrentamento negro bem como a formação da identidade quilombola e das lutas travadas em prol do reconhecimento do território diante de todo processo de negação colocado pelo Estado. O tambor de crioula figura desta maneira como foco deste estudo e análise privilegiada para compreender o papel da ancestralidade na luta destes quilombolas. Para tanto, o processo de ouvir os “mais velhos” considerados como anciões, me deram embasamento necessário para entender a historicidade desse território negro que tem muito a nos ensinar.

Palavras chaves: Tambor de Crioula, Santa Rosa dos Pretos, Identidade, Resistência, Grandes Empreendimentos.

ABSTRACT

In this work I seek to show the importance of tambor de crioula as an instrument of struggle and resistance in the face of the arrival of large companies in the quilombola territory of Santa Rosa dos Pretos, located in Itapecuru-Mirim, Maranhão. Through narratives of elders and my own experience as quilombola, I briefly review the history of the territory and the uses attributed to tambor in theory to highlight how it passes from "cultural expression" to an instrument of resistance. To this end I reconstruct the processes of black resistance as well as the formation of quilombola identity and the struggles hindered on behalf of the recognition of the territory in the face of the process of negation put in place by the State. Tambor de crioula appears in this way as the focus of this study and a privileged analysis in order to understand the role of ancestry in the struggle of these quilombos. For this purpose, the process of hearing the "older people" considered to be elders gave me the foundation necessary to understand the historicity of this black territory that has much to teach us.

Keywords: Tambor de Crioula, Santa Rosa dos Pretos, Identity, Resistance, Large Companies

LISTA DE FIGURAS

- Figura 1 – Senhor Paulo Leonel Pires (de frente, camisa branca) rodeado de tambozeiros na sala da Associação Comunitaria. 2008..... 29
- Figura 2 - Adalgiza Pires lavando roupa no Satuba,. 2007..... 29
- Figura 3 - Caminho centenário na altura do quilombo Fugido, usado pelos moradores para irem à Vila do Itapecuru. Foto equipe de mineração Itapecuru/Santa Rita 2017....39
- Figura 4 - Figura 4: Forno de cobre com mais de 120 anos, pertencente à família de seu Joca 2017.....40
- Figura 5 - Seu Joca mostrando o ponto de canto do território Santa Rosa dos Pretos, em um corte feito na palmeira do babaçu 2017.....46
- Figura 6 - Cartografia Social do território e dos empreendimentos que o atravessam, desenho de Zica Pires (2018).....59
- Figura 7 - Dona Maria atravessando a BR 135, Imagem retirada do documentário o mundo preto tem mais vida – Foto: Andressa Zumpano 2018.....60
- Figura 8 - Trabalhador do DNIT dentro do território, acompanhando o desmatamento de áreas foto: Sabrina Felipe 2018.....63
- Figura 9 - máquina do DNIT, desmatando área no território Santa Rosa dos Pretos Quilombo Picos II, Foto: Elias Belfort 2017.....64
- Figura 10 - Máquina do DNIT após fazer desmatamento e entupir um Igarapé. Foto: Elias Pires 2017.....66
- Figura 11 - Libânio Pires - antiga área de roça – os linhões de energia da cohebinha e a fazenda de Dilenno dentro de Santa Rosa dos Pretos Foto: Dayanne Santos 2017.....68
- Figura 12 - Linhões de energia da Eletronorte, que atravessam o território de Santa Rosa dos Pretos Foto: Zica Pires 2018.....70
- Figura 13 - Ferrovia Carajás em vias Duplicada dentro de Santa Rosa dos Pretos Foto: Joércio Pires 2018.....71
- Figura 14 – tambor tocado em cima dos trilhos em ocupação de 2014 foto: arquivo de Santa Rosa 2014.....76
- Figura 15 - Tambor de Crioula RTID de Santa Rosa dos Pretos 2007.....77
- Figura 16 - Coreiros e Coreiras do tambor de crioula em apresentação Foto: RTID de Santa Rosa dos Pretos 2007.....77
- Figura 17 e 18 - Manifestação na BR 135 no dia 17 de maio de 2016, ato contra o processo de impeachment da presidenta Dilma Rousseff Foto: arquivo Fotográfico de Santa Rosa dos Pretos (2016).....80

Figura 19	Figura 19. Crianças se protegendo das bombas de Gás lacrimogênio Foto: Arquivo fotográfico de Santa Rosa dos Pretos 2016.....	81
Figura 20	Tropa de Choque da PRF lançando bombas nos manifestantes Foto Arquivo fotográfico de Santa Rosa dos Pretos 2016.....	81
Figura 21 e 22	Figura 21 e 22. Manifestantes na BR 135 protestando contra a votação do impeachment e Elias carregando um tambor para ser tocado naquele ato. Foto: Arquivo Santa Rosa dos Pretos (2016).....	82
Figura 23	Tambores sendo esquentados Foto: Joércio Pires (2015).....	83
Figura 24 e 25	Homens da Policia Federal em estado de vigilância circula entre os manifestantes. 2016.....	83
Figura 26	Roda de tambor ao lado da ferrovia Carajás em ocupação de 2014 foto: Marcelo Cruz.....	84
Figura 27	Foto dos tambores de Crioula, instrumento de luta usado pelos quilombolas de Santa Rosa dos Preto. Foto: Joércio Pires (2017).....	86
Figura 28	Crianças esquentando tambores, um dos meios de aprendizagem da arte. Foto Joércio Pires 2017.....	92

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

ADCT – Ato das Disposições Constitucionais Transitórias

CEMAR – Companhia Energética do Maranhão

CLA – Centro de Lançamento de Alcântara

CVRD – Companhia Vale do Rio Doce

DNIT – Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes

EFC – Estrada de Ferro Carajás

GEDMMA – Grupo de Estudos Desenvolvimento e Modernidade do Maranhão

GPS – Sistema de Posicionamento Global (Global Positioning System)

INCRA – Instituto Nacional de Colonização da Reforma Agrária

ITERMA – Instituto de Terras do Maranhão

IPHAN – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional

JNT – Justiça nos Trilhos

MOQUIBOM – Movimento Quilombola do Maranhão

MPF – Ministério Público Federal

OIT – Organização Internacional do Trabalho

ONU – Organização das Nações Unidas

PA – Projeto de Assentamento

PGC - Programa Grande Carajás

PRONERA – Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária

PRF – Polícia Rodoviária Federal

PPGCSPA - Programa de Pós-Graduação em Cartografia Social e Política da Amazônia

RTID – Relatório Técnico de Identificação e Delimitação Territorial

UEMA – Universidade Estadual do Maranhão

UFMA – Universidade Federal do Maranhão

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	16
CAPITULO 1 - O TERRITÓRIO QUILOMBOLA SANTA ROSA DOS PRETOS: Narrativas Históricas do <i>Lugar</i> de Pertencimento.	30
1.2 - Tecendo entendimento sobre o <i>lugar</i>	36
1.3 - Fugido: <i>Lugar</i> de liberdade.....	38
1.4 - TERRA DE “HERANÇA” (doada aos pretos): pensando território a partir de diversos olhares.	43
1.5 - TERRITÓRIO SAGRADO A GENTE SENTE, POIS, TERRITÓRIO É VIDA, VAI PRA ALÉM DE TERRA.	48
CAPÍTULO 2. Uma história de luta e resistência: o território frente a um “corredor”.	54
2.1 - <i>In Casua</i> Rodovia BR 135	60
2.2 - O Caso dos linhões e seus impactos	68
2.3 - Ferrovia Carajás em terras de Santa Rosa.....	71
CAPITULO 3. O tambor como herança dos pretos: O tambor é “o alimento da alma”, “algo que sustenta o ser”, pois “até quem tá doente quando escuta o som do tambor, se levanta e vai brincar”.....	76
3.1 - Santa Rosa dos Pretos dia 17 de maio de 2016	79
3.2 - Eu sou vou de manhã, tambor grande tá dizendo, eu sou vou de manhã.....	87
3.3 - Sobre origens	89
CONCLUSÃO	92
REFERÊNCIAS	95

INTRODUÇÃO

Pensar a realização de uma etnografia do quilombo de Santa Rosa dos Pretos nos leva a um universo de possibilidades analíticas que trazem consigo uma série de acontecimentos e fatos que nos fazem rememorar as “coisas de antigamente”, a vida dos Quilombolas, o trabalho na roça, nas marombas (mutirões), a produção dos alimentos de consumo e de renda, as brincadeiras, as festividades e, sobretudo, a vivência quanto quilombolas autodeclarados¹.

Contudo aqui busco discutir e entender, quais foram os processos usados pelos negros como forma de resistência e enfrentamento, como eles se constituíram enquanto Quilombolas e as lutas que travam para serem reconhecidos. Para tanto trago como área de estudo, análise e questionamentos o Território Quilombola Santa Rosa dos Pretos, localizado no município de Itapecuru-Mirim-MA, a fim de compreender sua historicidade, a partir de narrativas dos quilombolas e, em especial, aquelas dos anciões do território.

No entanto, essa pesquisa visa entender, em uma linha diferente das concepções da maioria dos teóricos que versam nessa perspectiva, a relação do Tambor de Crioula com a identidade negra e quilombola de tais agentes.

Trabalho aqui com uma abordagem teórica que se contrapõe a perspectiva homogeneizante de uma “história única” branca e eurocêntrica, Adichie (2014), busco aqui refletir sobre a historicidade de Santa Rosa dos Pretos enquanto um “território negro”, que está caracterizado por sua ancestralidade e pela coletividade presente entre os quilombolas, essas que são meios de enfrentamento aos conflitos e demais mazelas que se apresentam no quilombo desde a sua formação.

Ao falar sobre o Território Santa Rosa dos Pretos, falo de um lugar “único”, encantado, repleto de lutas que traz em suas manifestações culturais a essência de sua resistência. A noção de resistência cultural, discutida por Amílcar Cabral (1969), juntamente com essa perspectiva de processos de resistência disseminados no cotidiano dos sujeitos submetidos ao regime escravista, nos permite avançar numa problemática sobre o tambor. Poderíamos pensar o tambor inserido num cotidiano de significações e práticas de um sujeito que resiste ao processo de poder e de negações? Ou seja, de construção de afirmações de sociabilidades transgressoras: seja pela construção identitária, seja pelo alargamento das possibilidades de falas,

¹ Usamos aqui este termo para falar dos quilombolas de Santa Rosa dos Pretos e dos territórios vizinhos que fizeram parte deste trabalho, pelo fato de todos se autodeclararem quilombolas, também pelo fato de produzir a escolha de uma categoria que pudesse englobar os diferentes agentes.

constantemente silenciadas e negadas? Da mesma forma, podemos perguntar sobre os significados da presença constante do tambor em atos de protesto e luta?

Nascido e criado em Santa Rosa dos Pretos, sou filho de Anacleto Pires da Silva, mulher negra forte e guerreira, que é uma importante liderança do movimento negro no Maranhão e do território. Professora aposentada, pedagoga, lavradora e como ela gosta de se apresentar, “defensora de direitos humanos sociais e ambientais”. Meu Pai é Jorge Luís Brito da Silva, pedreiro, carpinteiro e, sobretudo amante de futebol que veio de *Fincapé*, um povoado do município de Presidente Vargas - MA. O fato de ter sido nascido e criado em Santa Rosa dos Pretos, me permite uma apropriação importante sobre meu lugar de fala, pois falo de dentro, de um lugar onde estou inserido. Isso faz com que eu assumo um protagonismo naquilo que pretendo tratar neste trabalho, a saber: as histórias do lugar; as relações com os processos sociais de manutenção do território; as lutas pela terra, pela natureza e pela vida; bem como as formas de resistência usadas pelas lideranças e quilombolas deste respectivo território.

Ainda quando criança, acompanhando as idas e vindas da minha mãe às reuniões, palestras, seminários, conferências, entre outros, comecei a participar das atividades que os quilombolas (amigos, parentes e vizinhos) articulam como meio de organização no processo de luta do território. Junto a isso, o sentimento de pertencimento ao lugar, minha militância enquanto quilombola e negro me permitiram estar em lugares e espaços que são restritos aqueles que têm raízes em Santa Rosa, ou seja, eu estava e estou diretamente inserido no processo de diálogo que ocorre constantemente com a própria dinâmica associativa de Santa Rosa, a saber: reuniões, assembleias, articulações comunitárias, seminários, formações, rodas de conversas, jogos, festas, tensões internas entre outros.

Autores como Bourdieu (1962) e Velho (1977) nos ajudam a pensar sobre aproximação com o “campo” e como está aproximação pode ser importante para a reflexão e análise. No entanto, procuro pensar como por meio das narrativas do meu “povo” podemos mostrar as potências de suas ontologias nativas, para analisar problemas como os conflitos territoriais. Como trabalhar nas fissuras de relações sociais perpassadas por um sistema altamente violento? Como traduzir coisas da nossa cultura que muitas das vezes não tem tradução? Como trazer a potência das falas sem silenciá-las na escrita? Como não diminuir as narrativas dos quilombolas frente os conflitos territoriais impostos que provocam o rebaixamento da vida? Como acionar a memória coletiva de moradores de Santa Rosa?

Estes são alguns dos questionamentos que me guiam a luz de outros pontos de partidas, para que eu possa tecer um entendimento coerente sobre nosso território, nossa identidade, nossa autonomia. Para isso é preciso, antes de tudo, refletir com eles sobre os problemas que

incidem sobre o nosso território. Posso adiantar, nesse sentido, que o território de Santa Rosa está sobre ameaça desde a década de 40 quando se colocou o primeiro pico da BR 135, foi a leva para a entrada de outros empreendimentos, a saber: Estrada de Ferro Carajás (EFC), linhas de energia tanto da Eletronorte como da Companhia Energética do Maranhão (CEMAR), além da estrada de ferro Transnordestina, estes empreendimentos tomaram grandes extensões de terras e veem gerando conflitos nos mais diferentes contextos dentro do território, como tratarei no segundo capítulo.

Os questionamentos e dúvidas aqui colocados servem para eu repensar meu lugar enquanto pesquisador e também, para repensar meu lugar de fala. Essas inquietações aparecem por conta do meu sentir e do meu viver. Destaco isso pelo fato de que, por muito tempo os auto-reconhecidos quilombolas de Santa Rosa foram vistos como *objetos de pesquisa* por uma série de outros pesquisadores que vinham com um olhar de fora, desenvolviam seus respectivos trabalhos e, simplesmente, iam embora sem dar retorno do resultado das pesquisas. Poderia destacar aqui uma série de nomes, mas este não é o objetivo aqui pretendido, já que estamos em novas marés, sendo sujeitos de conhecimentos e contando nossa própria história.

Vale ressaltar que estes trabalhos aos qual me referi anteriormente eram norteados por duas relações: a) o ver e b) o ouvir/escrever Cardoso, onde eles (os pesquisadores) olhavam a realidade do lugar, ouviam as pessoas, elaboravam/redigiam seus trabalhos e desapareciam. Meu caso torna-se diferente pelo fato do ver, do ouvir e do *sentir*, pois é o sentimento de pertencimento que se torna o fator fundamental para o desenvolvimento deste trabalho, onde querendo ou não, estarei falando de mim, da minha história de meus ancestrais e dos meus parentes. A noção do pertencimento faz com que eu tenha uma “inserção” diferenciada no cotidiano e na vivência do quilombo Santa Rosa dos Pretos.

Contudo, procuro mostrar que as lutas, a resistência negra e os processos que fazem o tambor de crioula ser o que é, são meios que permitem com que as pessoas vivam e (re) existam dentro de um sistema excludente e patriarcal e genocida, que perpassa por uma política da morte, como aponta Mbembe (2003). Essa política ao qual me refiro, aparece nitidamente sem máscara com o Governo que assume em janeiro de 2019, onde o Presidente e seus Ministros dão carta branca para matar, em nome de uma política de segurança irresponsável. Mas, vale ressaltar que não é de agora que isto acontece e os negros sempre usaram meios para se defenderem e também de enfrentar a todo esse descaso que assola suas vidas.

Entretanto, seguindo discussões propostas por Paul Gilroy (2001) no livro *O Atlântico Negro*, no qual discute sobre o processo de construção da música negra e como ela tornasse elemento central na construção de uma identidade, assim como, “a arte se tornou a espinha

dorsal das culturas políticas dos escravos e de sua história cultural”. É que, nos contornos do objeto de pesquisa, procuro explorar o tambor como parte de expressões artísticas que se inserem em espaços políticos importantes, e sevem nas aberturas enunciativas, muitas vezes negadas em espaços formalizados. Para tanto, a resistência cultural que se opera e aciona a partir do manejo deste instrumento será um dos pontos centrais de observação e análises neste trabalho.

Não foi e não é fácil quando nos propomos a conversar com os “nossos” (pais, avós, tios e parentes) e é esta uma das dificuldades que tive. O fato é que eles supõem que eu já saiba sobre aquilo que indago e assim, em muitos casos, as dúvidas permaneciam sem resposta. Outro caso de destaque, que às vezes até me incomodava, era o fator relacionado ao tempo das entrevistas. Para conversar com outros pesquisadores eles tinham bastante tempo e reservavam o dia. Enquanto o tempo para falar comigo era limitado, sempre “às carreiras” e muito breve e contido.

Contudo, não me assusta o fato de ser do lugar, pois, apesar das dificuldades encontradas, outras foram as maneiras que desenvolvi para conversar com meus interlocutores. Lembro que algum tempo antes por volta de 10 a 15 anos atrás, sempre as pessoas quando chegavam do trabalho na roça, sentavam nas frentes de suas casas para conversar (prosar), falar do dia-a-dia do trabalho da vida. Hoje, com o crescimento dos meios de comunicações, televisões, rádios, internet, com as novelas, jornais, series, enfim, dos meios de informações esse modo de entretenimento perdeu um pouco daquela tradição, mas, em vários lugares no quilombo ainda acontecem essas rodas de conversas, que geralmente são às seis horas da tarde, finalzinho do dia. Neste momento eu sempre me atentava para poder participar dessas conversas e, por conseguinte obter informações e conhecer as “novas histórias”². Este espaço é riquíssimo e indispensável para a compreensão da vida dentro do território.

Desde criança, sempre gostei de escutar as histórias de Santa Rosa, sentar no meio dos mais velhos e ouvi-los. Suas histórias de luta, de vida, de trabalho, seus casos, seus romances e os desentendimentos. Por fazer parte de uma família de lideranças do quilombo e de militantes do movimento negro no Maranhão, tive a oportunidade de conhecer muito cedo outra história, a história “não oficial”, a história de meus ancestrais bisavós/bisavôs, tios e tias, que foram trazidos do continente africano em porões de navios negreiros e assim pude fazer a descolonização da minha mente, ou usando as palavras de Amílcar Cabral, a *reafricanização* das

² Nestas conversas ou rodas de conversas se falavam dos mais diferentes assuntos, desde a lavoura e produção, passando por festas, jogos de futebol até as situações políticas do país.

mentes, sabendo que a dominação do colonizador desenvolve a alienação cultural da população, por meio da aculturação aos valores do colonizador. Dessa maneira interprete com lucidez que se tornava

[...] indispensável uma reconversão dos espíritos – das mentalidades – para a sua verdadeira integração no movimento de libertação. Essa reconversão – *reafricanização*, no nosso caso – pode verifica-se antes da luta, mas só se completa no decurso desta, no contato quotidiano com as massas populares e na comunhão de sacrifícios que a luta exige. (CABRAL, 1976, p.226).

Cabe ressaltar o quanto foi importante para mim essa entrada no movimento negro, “no contato quotidiano com as massas”, pois ali foi possível entender e aprender sobre essa outra história, a história “não oficial”³. Afastando um problema essencial: “o problema de você conhecer somente uma mesma história é que ela viola a cidadania das pessoas, ele segrega, hierarquiza violenta e manipula os caminhos de dizer a verdade”.

Sinto-me privilegiado de crescer em uma família na qual desde muito cedo essas discussões (problemáticas) foram tratadas o que me deu suporte para seguir adiante mesmo dentro de um espaço majoritariamente branco e classista que engloba a academia, que historicamente exclui em sua grande maioria pessoas que pensam o mundo sob perspectivas diferentes. Essas discussões que tive em família, dentro do movimento negro e dentro das formações que participei ao longo de minha caminhada e da minha militância me fizeram compreender sobre meu lugar e me deram instrumentos para dialogar em diferentes espaços e produzir outras leituras críticas. Romão sintetiza esse processo quando escreveu:

[...] o ultimo território colonizado de um povo é sua consciência, porque enquanto ele não se liberta dos referencias teóricos de seu colonizador, enquanto não se lhe retiram todos os resquícios da Razão Oprimida que, na maioria das vezes, tem vantagens gnosiológicas e epistemológicas evidentes.(Romão, 2008, p. 63-90).

Posso, assim, afirmar que minha consciência não foi colonizada e usando uma frase bem forte de meu avô Libânio Pires “se um dia você cegar, cegue da vista, mas nunca cegue da consciência”. Interpreto, entendo que esta consciência é o que nos molda e nos faz acreditar numa sociedade onde todos tenham direitos e estes sejam plenos, com potencial emancipatório radical.

Entrada na Academia:

No ano de 2013 tive a oportunidade de conhecer e participar do Grupo de Estudos: Desenvolvimento modernidade e Meio Ambiente (GEDMMA), que desenvolve pesquisas

³ Disponível em:><https://.youtube.com/watch?v=wQk17RPuhW8>> acesso em: 23/11/2018.

sobre conflitos ambientais e projetos desenvolvimentistas. Primeiramente participei como aluno da primeira Escola de Formação Política do Corredor de Carajás, um projeto do GEDMMA e da Rede Justiça nos Trilhos (JnT). Essa turma de formação política era composta por jovens de comunidades impactadas pela estrada de ferro Carajás (EFC), de vários municípios maranhenses, a saber: São Luís, Santa Rita, Itapecuru-Mirim, Arari, Igarapé do Meio, Santa Inês, Buriticupu e Açailândia. Nessa formação nos reuníamos a cada dois meses para discutir diferentes temas relacionados às vidas das comunidades: Direitos Humanos, Ética, Cidadania, Sexualidade, Gênero, Conflitos ambientais/sociais entre outros. Os participantes dessa turma em sua grande maioria eram jovens entre 16 e 27 anos que traziam uma visão crítica sobre a sociedade, ou sobre os modos que se é constituída tal sociedade e essa aproximação com esses jovens me possibilitou entender como é desencadeado esse processo de expropriação e apropriação de terras, ou seja, essa “pilhagem” que segundo Mattei (2013, p. 17) é “propriedade roubada por meio de fraude ou da força”, meio muito usado por grandes empreendimentos nestas comunidades.

Vimos que no Maranhão nos mais diferentes contextos, esses territórios referidos às comunidades impactadas pela EFC são atravessados por grandes empreendimentos. Aqui destaco novamente o Programa Grande Carajás (PGC), que atravessa esses territórios tradicionalmente ocupados, trazendo uma série de outros empreendimentos, a partir do final da década de 1970, conforme apontado por Silva, Ribeiro Júnior e Sant’Ana Júnior (2011, p. 3)⁴,

Foram implantados: estradas de rodagem cortando todo o território estadual e ligando-o ao restante do país; a Estrada de Ferro Carajás, ligando a província mineral de Carajás (sudeste do Pará) ao litoral maranhense; o Complexo Portuário de São Luís, formado pelos Portos do Itaqui (dirigido pela Empresa Maranhense de Administração Portuária), da Ponta da Madeira (de propriedade da então Companhia Vale do Rio Doce, atual Vale S.A.) e da Alumar; oito usinas de processamento de ferro gusa nas margens da Estrada de Ferro Carajás; uma grande indústria de alumina e alumínio (Alumar, subsidiária da Alcoa) e bases para estocagem e processamento industrial de minério de ferro (Vale) na Ilha do Maranhão; um centro de lançamento de artefatos espaciais (Centro de Lançamento de Alcântara – CLA); a Termelétrica do Porto do Itaqui (em construção); projetos de monocultura agrícola (soja, sorgo, milho, eucalipto) no sul, sudeste e leste do estado; bem como, mais recentemente, a construção da Refinaria Premium da Petrobrás e a Usina Hidrelétrica de Estreito.

Esta formação política e o encontro com estes jovens me possibilitou ter maior entendimento sobre aquilo que de fato esses empreendimentos trazem às nossas comunidades e sobre as mazelas produzidas, mesmo antes de serem implantados os denominados projetos desenvolvimentistas dentro dos territórios tradicionais.

⁴ Para mais detalhes sobre os referentes projetos, consultar Guerra dos Mapas, Almeida (1993).

Como desfecho desta formação, em outubro de 2017, tive a oportunidade de ir a Genebra na Suíça e fazer um discurso na sede da ONU⁵, em defesa de nossos territórios frente às grandes empresas transnacionais que destroem nossas Matas, Igarapés, Nascentes, Rios sem serem responsabilizadas por tais danos.

Dentro deste campo de aprendizagem e conhecimento ainda no ano de 2013 ingressei como aluno do Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (PRONERA) no curso de Licenciatura em Pedagogia da Terra na Universidade Federal do Maranhão (UFMA) campus de Bacabal. A partir de minha inserção na academia e das aulas que tive do contato com professores engajados em diferentes movimentos de defesa de direitos dos povos tradicionais, comecei a entender sobre os processos que englobam a academia e a sociedade. Desse modo, comecei a ter, aparatos teóricos para conhecer novas realidades, discuti-las, analisa-las e entender sobre diferentes assuntos e conseguinte descrevê-los.

O tambor em minha vida

Desde muito pequeno eu sempre acompanhava as rodas de Tambor de Crioula em Santa Rosa dos Pretos. Lembro que eu tinha um desejo (sonho) muito grande de me tornar um tambozeiro, quando via aquelas rodas com Juvêncio, compadre Sebastião, tio Ilário, tio Paulo, vô Libânio, mãe Severina, Tia Dalva, Quelezinho, Louro, Catarina, Pedro Paulo e tio Godofredo, aquilo me encantava e continua movendo campos emocionais profundos do meu ser. Como costuma falar minha mãe “o tambor é o alimento da alma” e ao acompanhar estas rodas eu me sentia alimentado, Recordo das oficinas na porta de tio Juvêncio, era todos os dias as seis (6) horas da tarde, um monte de meninos ali, aprendendo a tocar e a cantar tambor. Lá estava eu junto daquelas crianças, quase aprendi a tocar não foi possível não sei o motivo, mas, por outro lado aprendi a cantar que não é fácil também, mas, só de estar ali, no meio da roda, já me sentia contemplado e feliz. Acredito que em outra vida fui um mestre tambozeiro, porque vai gostar de tambor assim em outro lugar, sei que os tambores mexem comigo com meu ser e quando tive a oportunidade de escrever sobre algo, não tive nenhuma dúvida sobre o que eu queria falar.

Lembro que em setembro de 2014, estávamos em manifestação na ferrovia Carajás na defesa de nosso território e lá aconteceu aquele que eu costumo chamar do tambor dos tambores. Ali naquele momento de euforia, de luta e de resistência o tambor guiava os passos dos manifestantes, pois nas noites frias que ali passávamos os tambores nos aqueciam, animavam e

⁵ Ver discurso em: <https://www.facebook.com/justicaglobal/videos/1658626204168704/>

emocionava quando eram tocados. Ali todos expressavam seus sentimentos e suas vontades. Então posso dizer que o tambor de Crioula era o nosso combustível naquele momento de reivindicações e ali ele serviu para confirmar aquilo que eu já tinha definido.

Lembro que no quinto e último dia de manifestação quando vieram agentes do Governo Federal, os tambores ecoaram de tal forma que pra onde você olhava tinham pessoas chorando e me pego a pensar, como descrever isso? Como explicar isso? Como falar sobre o encanto do rodopiar das saias? Às vezes é fácil entender e sentir, mas, é complicado explicar e descrever, enfim.

Entendo que meu papel com este trabalho é possibilitar que o pensamento e a reflexão que trazem o tambor de Crioula possa contribuir na compreensão da resistência negra dentro de Santa Rosa dos Pretos, frente ao processo de negações de direitos. Como intelectual negro e quilombola me é necessário cotidianamente fazer a autorreflexão daquilo que eu desenvolvo de quem eu vou falar e com quem eu vou falar, para entender minha realidade e a realidade do meu quilombo. Deste modo Bell Hooks (1995), ao falar sobre seu papel enquanto intelectual negra aponta:

optei conscientemente por tornar-me uma intelectual, pois era esse trabalho que me permitia entender minha realidade e o mundo em volta encarar e compreender o concreto Essa experiência forneceu a base de minha compreensão de que a vida intelectual não precisa levar-nos a separar-nos da comunidade, mas antes pode capacitar-nos a participar mais plenamente da vida da família e da comunidade” (Hooks. 1995 p. 466).

Assim acredito na relevância do conhecimento principalmente do conhecimento crítico. O trabalho intelectual é uma parte necessária da luta pela libertação e fundamental para os esforços de todas as pessoas oprimidas e/ou exploradas que passariam de objeto a sujeito que descolonizariam e libertariam suas mentes. Ainda, sublinho o papel da pesquisa/ação nesse contexto.

Destaco que como aluno do PRONERA, já em fase de conclusão do curso no ano de 2017 tive o prazer de participar de uma viagem de campo para Canelatiua (Território Quilombola em Alcântara) junto a equipe do Programa de Pós-Graduação em Cartografia Social e Política da Amazônia. Essa aproximação me possibilitou conhecer um pouco sobre o Programa e suas linhas de Pesquisas, bem como seus trabalhos junto aos territórios tradicionalmente ocupados. De imediato, me interessei e pesquisei sobre seus trabalhos e pesquisas, assim quando fiquei sabendo que tinha aberto o edital para seleção do Mestrado em Cartografia Social e Política da Amazônia, corri e fiz minha inscrição e depois das etapas das provas, constava meu nome da lista dos aprovados. Estava realizado e desejoso de empreender o mestrado.

Nesse intervalo, estou eu, em uma nova fase da vida, estes dois intensos anos de estudos me ajudaram na construção do eu intelectual/pesquisador. Essa aproximação com o Programa de Cartografia Social e Política da Amazônia vem trazendo resultados. Hoje tenho a responsabilidade do cargo de Presidente da Associação dos Produtores Rurais Quilombolas, associação responsável pelo processo de regularização fundiária do território.

Em conversa com professores do Programa de Cartografia, surgiu a possibilidade de construção de cursos sobre mapas sociais e oficinas deGPS, o que a tempo já era um anseio das lideranças que se sentiam alijadas com um mapa do território feito por agentes do INCRA. Estes deixaram em seus trabalhos Cartográficos grandes quantidade de terras de fora do território para transferi-las aos fazendeiros. Atualmente, como desfecho dessa parceria entre o Programa de Cartografia e o Quilombo Santa Rosa dos Pretos estamos construindo o mapa social (vivo) do território e também um livro que está em fase de escrita sobre autobiografia do senhor Justo Evangelista que é um dos percussores da luta em Itapecuru-Mirim e é reconhecido como importante figura da luta dos quilombos e sindicalistas do Maranhão.

Compreendendo que estou dentro de um campo de narrativas em disputa e pensando em manter a integridade dos entrevistados, optei em alguns momentos por não fazer a gravação da fala dos interlocutores me valendo algumas vezes apenas das anotações no caderno de campo e daqueles pontos e trechos das falas que foram fundamentais para o desenvolvimento da pesquisa.

No meu trabalho de monografia de conclusão do curso de Pedagogia da Terra (PRONERA-UFMA) “Tambor não é só tradição é também força e resistência: o tambor de crioula no território quilombola Santa Rosa dos Pretos” discuto como o Tambor de Crioula assume distintos significados relacionados aos contextos de interação em que é organizado como: uma brincadeira, nas festas e festejos; um tambor de promessa, nos pagamentos de promessas, geralmente a São Benedito; um tambor de luta, em ocupações e protestos. Em distintos espaços, os versos tirados, as músicas, as intensidades de batidas, as expressões corporais diferenciam-se. Naquele momento argumentei que o tambor não pode ser visto simplesmente como uma “manifestação cultural” ligada à ideia “brincadeira”, como é constantemente apresentado. Sua prática quando inserida em rituais e espaços religiosos (como no caso do pagamento de promessas) exige condutas e compromissos distintos dos da realização de uma apresentação cultural ou de uma brincadeira num aniversário; apresenta especificidades também quando acontece em espaço de luta.

O Tambor está associado à força e resistência, como destacou seu Libânio Pires, liderança quilombola e ancião da comunidade Santa Rosa, em entrevista em setembro 2016 - “O tambor

pra nós negros é uma segurança de vida. O negro não poderá se separar da sua maior herança. O tambor é uma afirmação da nossa identidade. Ninguém resistia ao que o negro resistiu branco nenhum resiste, não é a toa que você toca tambor a noite inteira e você não sente nada”. Nesse sentido espero aprofundar discussões que possam responder algumas lacunas que ficaram abertas na monografia por conta do tempo e da proposta que objetivamos naquele momento.

Dentro desta caminhada de construção da dissertação surgiram muitos desafios que envolvem as relações entre os processos de luta, as formas de enfrentamentos e tipos de resistência. A própria forma de pensar ou desenvolver o trabalho aparece como desafio importante. Como relacionar as teorias aprendidas às práticas vividas? Pretendo responder estes e demais questionamentos através da análise do tambor de crioula como fio condutor das práticas de resistência do quilombo.

Para pensar a resistência cultural desenvolvida pelos quilombolas de Santa Rosa dos Pretos a partir do Tambor de Crioula, é necessário pensar o processo histórico do território negro de Santa Rosa dos Pretos através de narrativas históricas do lugar, acionando a **memória** como nosso aporte teórico. Seguindo o entendimento do historiador Francês Pierre Nora (1984):

A memória é a vida, sempre carregada por grupos vivos e, nesse sentido, ela está em permanente evolução, aberta à dialética da lembrança e do esquecimento inconsciente de suas deformações sucessivas, vulnerável a todos os usos e manipulações, susceptível de longas latências e de repentinas revitalizações. (NORA, 1984).

Assim dialogamos com as histórias dos mais velhos, bem como suas lembranças e suas memórias que foram e são contadas em diferentes gerações e que prevaleceram sobre o tempo fazendo parte do “baú de Riquezas” de Santa Rosa dos Pretos. Essas lembranças e essas memórias servem aqui para debulhar sobre a fazenda Santa Rosa desde o período do regime escravocrata no século XVIII até os dias atuais do território Quilombola.

Em termos metodológicos ao longo da pesquisa entre novembro de 2017 e setembro de 2019 foram feitas entrevistas abertas e semiestruturadas com aqueles que se auto definem quilombolas e lideranças de Santa Rosa dos Pretos, Santa Maria dos Pretos e Jussara.

Em Santa Rosa dos Pretos foram entrevistados 12 pessoas entre junho de 2017 e setembro de 2019, e mais uma pessoa que a entrevista foi feita em setembro de 2016, segue quadro demonstrativo abaixo:

ENTREVISTADA (O)	TERRITÓRIO/ QUILOMBO	FUNÇÃO	DATA
Anaclea Pires da Silva	Santa Rosa dos Pretos	Caixeira do divino / gestora do ensino médio /	17/06/2017 05/01/2018

		coreira / lavradora / liderança quilombola / defensora de direitos humanos e ambientais / pedagoga da terra / guardiã / cuidadora social / cantora popular / compositora popular	06/07/2018 14/02/2019 20/03/2019 18/05/2019 10/09/2019
Libâneo Pires	Santa Rosa dos Pretos	Lavrador / líder quilombola e sindical / mestre tambor de crioula / ancião do território e guardião	16/11/2018 27/03/2019 06/07/2019
Elias Pires Belfort	Santa Rosa dos Pretos	Lavrador / liderança quilombola / presidente da UNIQUITA / tambozeiro	24/09/2019 26/07/2018
Juvêncio Pires	Santa Rosa dos Pretos	Mestre tambozeiro / lavrador / ancião (<i>in memorian</i>)	20/09/2016
Paulo Leonel Pires	Santa Rosa dos Pretos	Mestre de tambor / lavrador / ancião e guardião	12/12/2018
Josiane do Espirito Santo Pires da Silva	Santa Rosa dos Pretos	Caixeira do Divino / pedagoga da terra / liderança jovem / coreira /	03/07/2019
Josicléa Pires da Silva	Santa Rosa dos Pretos	Pedagoga da terra / liderança jovem / guardiã do território / fia de santo	15/09/2018
Ilario Pires	Santa Rosa dos Pretos	Mestre de tambor / lavrador / guardião do território	07/06/2019

(seu Joca)	Santa Rosa dos Pretos / Fugido	Lavrador / guardião do território / ancião (in memorian)	12/08/2017
José da Conceição	Monge Belo / Juçara	Lavrador / pescador / liderança quilombola / tambozeiro /	12/05/2019
Joao Batista	Santa Maria dos Pretos / Santa Joana	Lavrador / pai de santo / liderança quilombola / guardião do território/ ancião.	14/07/2019
Lusitano Belfort	Santa Rosa dos Pretos	Mestre Tambozeiro / lavrador / guardião /	16/11/2017
Maria Luisa (Pixita)	Santa Rosa dos Pretos	Lavradora / caixeira do divino / fia de santo / coreira / cozinheira	16/11/2017
Justo Evangelista	Tingidor / Alto da Esperança	Lavrador / sindicalista / liderança quilombola / ancião	10/01/2018
Severina Silva	Santa Rosa dos Pretos	Mae de santo / caixeira do divino / coreira / mestra de bumba meu boi (zabumba) / guardiã do território	15/09/2019
Maria Dalva Pires Belfort	Santa Rosa dos Pretos	Caixeira do divino / lavradora / cozinheira / filha de santo / guardiã do território / coreira / costureira / cantora e compositora popular	08/07/2019

Nas entrevistas os interlocutores dialogavam com diferentes perguntas, que na grande maioria estavam relacionadas aos processos de construção dos territórios, suas origens, os

primeiros moradores, sobre os laços de irmandade ou aproximações entre os quilombolas dos diferentes quilombos, as relações de produção de manifestações e festividades, como que eles preservavam sua ancestralidade através da cultura, ao longo deste trabalho também fiz o acompanhamento de reuniões em Santa Rosa dos Pretos, em audiências na Defensoria Pública da União (DPU), em rodas de conversas nas casas de alguns quilombolas, nesses acompanhamentos, fiz a observação participante. Realizei anotações no caderno de campo, também pesquisa documental em arquivos das associações comunitários e das lideranças, pesquisa bibliográfica acerca do Tambor de Crioula no Maranhão e nos Quilombos, e pesquisa em arquivos online (jornais, filmes, documentários) para assim ter maior embasamento teórico sobre aquilo que pretendo desenvolver. Mas, vale ressaltar que as entrevistas e falas dos quilombolas funcionam aqui como elementos principais de análise.

Trabalhando a perspectiva da **memória** como elemento de construção social das histórias do quilombo orientei as leituras para Pollak (1986) que descreve a denominada “memória subterrânea”, e está é interpelada como memória coletiva, como processo de construção social e notamos, através da pesquisa e das entrevistas, que isto está presente em Santa Rosa dos Pretos quando os moradores acionam-nas no processo de reafirmação identitária e de luta, para permanecerem em suas terras de direitos. Faz-se, assim, necessário destacar o papel fundamental dos anciões do território para a vida dos quilombolas de Santa Rosa dos Pretos, que por várias vezes foram ameaçados de sair de suas terras, e somente devido à luta destas pessoas elas conseguiram permanecer em seu território de direito e continuam lutando para terem de fato a titulação de suas terras e conseqüentemente poderem “dormir de cabeça fria” pensando assim em um tempo passado onde eles tinham domínio do território e o sossego de fazerem aquilo que tinham vontade, em especial o trabalho na roça, sem ser ameaçado por ninguém.

Esta dissertação compreende está Introdução e três capítulos No primeiro capítulo intitulado, o **Território Quilombola Santa Rosa dos Pretos: Narrativas Históricas do Lugar de pertencimento**, discuto sobre o processo histórico da fazenda Santa Rosa hoje conhecida como Santa Rosa dos Pretos e sobre o território de domínio do Barão Joaquim Raimundo Nunes Belfort, o Barão de Santa Rosa, tendo em vista os diferentes quilombos que compõem o Território Quilombola Santa Rosa dos Pretos, enfatizando a noção do “território” a partir das perspectivas dos moradores, bem como o sentimento de pertencimento e do se sentir parte do lugar.

No segundo capítulo intitulado, **Uma história de luta e resistência: o território frente a um “corredor”**. Discorro sobre os processos de luta das lideranças do Território Quilombola

Santa Rosa dos Pretos em meio, a perda territorial, frente à implantação de grandes projetos desenvolvimentistas, como: a EFC, a BR 135 e os Linhões de energia elétrica, que entraram no território e usurparam de parte significativa das terras dos quilombolas e hoje em seus discursos afirmam que os moradores do quilombo são invasores⁶ de suas próprias terras de direito e em episódio recente eles estão impedindo-os de construir suas casas e, sobretudo, vem proibindo o acesso dos quilombolas a lugares de extrema relevância dentro de suas próprias terras, através de interdito proibitório, cercas e processos Judiciais.

No terceiro capítulo, intitulado, **O tambor como herança dos pretos: O tambor é “o alimento da alma”**, “algo que sustenta o ser”, pois “até quem tá doente quando escuta o som do tambor, se levanta e vai brincar”, enfatizo a importância que tem o tambor de crioula para os moradores de Santa Rosa dos Pretos, como que ele assume distintos significados, bem como ele é usado pelos moradores como instrumento de luta em momentos de manifestações e enfrentamentos, saindo da lógica de enfrentamento posta pelo Estado e como este tambor é considerado e tido como outros elementos que dão amplitude ao lugar e ao ser, o tambor é comunicação, é dança, é música, é “alimento da alma”. Remetemos a entrevistas para fazer o registro etnográfico de um episódio que aconteceu em Maio do ano de 2016, onde os moradores resistiram a bombas de gás lacrimogênio, jogado pela tropa de choque da Polícia Rodoviária Federal (PRF), tocando e dançando tambor de crioula.

⁶ Caso da duplicação da BR 135, nesse documento o DNIT, afirma que os moradores de Santa Rosa são invasores da área de contenção da estrada.

CAPITULO 1 - O TERRITÓRIO QUILOMBOLA SANTA ROSA DOS PRETOS: Narrativas Históricas do *Lugar* de Pertencimento.

“Santa Rosa tem história, aqui é um lugar com muitos acontecimentos, desde pequeno meus pais me contavam as histórias desse lugar”

O senhor Paulo Leonel Pires ou Tio Paulo, como costuma ser chamado pela grande maioria dos moradores de Santa Rosa nos dá um panorama daquilo que é Santa Rosa: uma terra que “tem história, um lugar com muitos acontecimentos”. Quando ele começa a falar sobre tempos passados rememorando de como era Santa Rosa antigamente, de quando “se entendeu por gente”, de quando era criança, conta animadamente que:

Santa Rosa tem história, aqui é um lugar com muitos acontecimentos, desde pequeno meus pais me contavam as histórias desse lugar e assim eu fui aprendendo, aqui era uma fazenda onde teve trabalho escravo, senzala e essas coisas, os pretos aqui não tinham vez, mais sempre resistiram e isso é que estamos aqui”. (Trecho de entrevista do Sr. Paulo Leonel no dia 12.12.2018).

Dialogando com narrativas e memórias desses que são considerados como antigos guardiões e anciões de Santa Rosa dos Pretos, é que vamos tecendo entendimento sobre o território a fim de compreender sua historicidade, suas dinâmicas, seus “costumes” e suas “tradições”.



Figura 1. Senhor Paulo Leonel Pires rodeado de tambozeiros na sala da associação, (de frente, camisa branca) 2008 .



Figura 2. Adalgiza Pires Lavando roupa no Satuba., 2007

Tio Paulo nos conta sobre a história do Quilombo Santa Rosa dos Pretos, sobre suas lembranças de criança, sobre as falas dos mais velhos. Seguindo nessa perspectiva é que objetivamos nos debruçar sobre essas histórias memoriais que emergem a partir destas lembranças, que nos são contadas com atenção e entusiasmo:

Meu filho aqui teve um Barão e teve trabalho escravo. Eram sete famílias⁷ que moravam aqui, tá bom? Eu tenho 96 anos no documento, mas, naquele tempo era tirado errado. Sou irmão de leite de Severina e ela tá com 105 anos então, devo ter uns 104 anos de idade. Aqui tá muito diferente, aqui tinha os mais velhos meu pai, Urbano, Paulino, Gertrudes, eu conheci esse pessoal tudinho, era aqui que se produzia para o Barão. (Anotação no caderno de campo em 12.12.2018).

A historicidade de Santa Rosa dos Pretos está relacionada à vinda de sete famílias para o trabalho escravo na Fazenda Santa Rosa que até 1898 pertenceu a Joaquim Raimundo Nunes Belfort (1820-1898), o Barão de Santa Rosa. Segundo tio Paulo, o Barão deixou a fazenda Santa Rosa de herança para Américo, filho do Barão, com uma senhora que havia sido escrava, a senhora América e para os pretos que o serviram como escravos. Nesse sentido, tio Paulo, lembra-se de um episódio que ocorreu em um tempo pretérito, numa época em que prevalecia a autonomia daqueles que receberam as terras em herança relativas à fazenda. A despeito disso aquele que é conhecido como Américo quis manter as relações de subordinação aos então chamados “pretos”. Tio Paulo descreve esse episódio da seguinte maneira:

Foi tempo que teve a liberdade e com isso ele (Firmo) já arrumou os documentos tudinho, então foi a liberdade, mas o Américo, Américo, ainda continuava escravizando essa gente que faz, mas Firmo sabia que não era mais isso aí quando era tempo de roçado ele (Américo) dizia, “Firmo Vai chama esses meninos para trabalhar para mim”, tudo era no roçado. Cada dia de trabalho ele mandava era um que ia trabalhar para ele. Não tinha Estrada, estrada de ferro e não dava queixa, aí ia lá para o (Quelrú), perto do Rio (Rio Itapecuru) ia trabalhar para ele. Aí foi um dia, na hora de comer eles perguntaram “Américo aonde bota o comer desse pessoal”. Aí ele (Américo) falou “**ah bota aí no cocho**”, então eles ouviram, e ali eles pararam e muitos vieram embora e não ficaram lá, aí ficar agarrado com isso e aconteceu uma coisa, aí ele mandou dizer para Firmo, “diz para Firmo que sábado eu vou lá, que vocês já foram embora”. Então, eles chegaram e disseram para Firmo, e na quinta-feira ele foi para Itapecuru aí chegando lá Américo foi falar com Firmo. Eles estudaram juntos, “rapaz como é que tu ta?” E se abraçaram, aí ele encostou, aí Firmo perguntou e falou para Américo, e Américo disse “Firmo tu é besta tu estudou para quê rapaz, tu estudou comigo, tu aprendeu para quê, tu estudou para ser besta rapaz?”. Aí Firmo mostrou para ele “olha isso aqui a liberdade está aqui rapaz” (lei Aurea) e Américo falou “ser besta rapaz você é besta rapaz”; aí quando chegou Firmo falou com eles tudinho, porque quando Américo chegava eles iam lá tirava a cela do cavalo, quem lavava, lavava, as pretas iam lavar o pé dele, aí nesse dia quando eles botaram o olho, lá vem ele (Américo) dando “Bom dia!, Bom dia!, Bom dia! Aí ele desceu do cavalo e Firmo já tinha falado com o pessoal “olha não tirem nada do cavalo de Américo”, aí ele disse “olha Firmo é o seguinte aproveite vou embora rapaz”. Aí Firmo falou, “o tempo de comer no cocho já passou o tempo de comer no cocho

⁷ Sobre essas sete famílias ao qual o senhor Paulo faz referência, vale dizer que elas são anteriores a família do pai dele, aqueles que ele cita os nomes: Urbano, Paulino e Gertrudes, as sete famílias são dos escravizados que trabalharam na fazenda Santa Rosa no período do regime escravocrata. Ao longo do texto essas sete famílias serão tratadas com mais detalhes.

Américo já passou, Hoje os meninos trabalham por conta deles nós tudo trabalhamos por conta nossa acabou a escravatura: “Olha tá bem aqui o documento, tá aqui. Vem aí para te ver”. Aí ele leu ficou assim, aí ficou ele foi, morreu e não veio para Santa Rosa. (Paulo Leonel, entrevista dada em 12.12.2018).

Com esta narrativa posso dizer que as tentativas episódicas de imobilização da força de trabalho, não lograram êxito após a abolição. Neste momento os pretos de Santa Rosa já não estavam mais sobre o comando de um “*senhor*”, eles já trabalhavam por conta própria, como Firmo fez questão de enfatizar para Américo, e a partir desse episódio eles começaram a entender o sentido da autonomia e de ser dono do seu próprio trabalho, assim os pretos de Santa Rosa entenderam naquele momento que eles não eram animais para comer no **cocho**⁸, e este acontecimento serviu para eles darem um basta nas ações que eram feitas por Américo.

Nas narrativas encontra-se a notícia que o Barão teve outros filhos com a senhora América. Entretanto, ele só reconheceu Américo, e segundo relatos daqueles que detêm a memória sobre o tempo da escravidão, um dos motivos do não reconhecimento era o fato de que elas eram mulheres. Por outro lado, uma dessas filhas parece ter passado a exercer o controle de uma área de lavoura designada Sitio Velho, insinuando com isso que mesmo não tendo sido sua herdeira legal a senhora Eleonor, conhecida como Dodô, passou a deter o controle de uma área de forma a nos permitir compreender que o território hoje reivindicado esteve livre das grandes plantações desde esse contexto. Tio Paulo, faz questão de ressaltar que *a velha Dodô era filha dele* (do Barão), mesmo não tendo sido registrada. Contudo, ele segue sua narrativa, ainda falando sobre a velha Dodô “exatamente, ela era uma filha dele e ele mandou ensinar, ela era uma preta sabida como que”. Além de destacar quem era Dodô, uma filha não reconhecida em documentos pelo Barão, ele rememora uma Santa Rosa de antigamente.

Santa Rosa não era assim. A Santa Rosa que tinha não existe mais, quando eu conheci Santa Rosa aqui não tinha essas [...] Roçava só em um pedacinho de mata, e não tinha nem para quem vender a colheita, e para vender aqui em Santa Rosa, tinha que ir para a rua, para Boa Vista ou Itapecuru para poder vender, aí depois era assim, não tinha muito essas coisas assim, então surgiu o finado Ernesto que era quem tinha um comércio, aí depois que tinha um Engenho. (Paulo Leonel, entrevista feita em 12.12.2018).

Temos diferentes narrativas sobre a historicidade da Santa Rosa, cada interlocutor relata fatos de sua vivência, a partir do que eles ouviram contar ou conheceram. Tio Paulo ainda

⁸ Cocho é um objeto feito com um tronco de madeira, para colocar comida aos animais, como: cavalo, jumento, boi. E a expressão “*comer no cocho*”, usada por Américo, simboliza uma prática de rebaixamento social e de inferiorização daqueles que eram descendentes dos pretos que foram escravizados.

conheceu alguns escravizados como ele nos fala “Eu conheci sim, eu conheci o finado Felipe que era o pai de Urbano”.

Dialogando com a fala de tio Paulo, vô Libânio Pires, ancião e liderança do território, traz em sua narrativa, detalhes sobre as famílias que foram escravizadas pontuando que:

Esse território ele começou com essas sete famílias, nós sabemos que foi essas sete famílias por que, isso foi a história que começa, essas sete famílias então foi o começo deste território né que ai pega o nome dos escravizados que foi Antônia, Judith, Amância, Felipe, Olímpio, Firmo que era o feitor, Filete e América. Só que essa América poderia sair daí porque ela se juntou com o Barão; o barão tirou ela daí e largou as outras, pois é por isso, as outras todas foram escravizadas assim diretamente e ela não, e ela não era esposa dele. (Libânio Pires, entrevista feita em 16.11.2018).

A senhora América não foi escravizada, pelo fato dela ter ido morar com o Barão. Mas, ela foi uma figura de extrema importância para a construção do território de Santa Rosa dos Pretos, pois a partir de seu relacionamento com o Barão e dos filhos que teve com ele, é que se abriu ou se reconheceram direitos aos pretos, falo aqui sobre o testamento no qual deixou a terra como herança.

Tanto tio Paulo, quanto Libânio, destacam algo em comum, o caso da filha do Barão que não foi reconhecida por tal, assim, Libânio aduz que:

Nós chamava Eleonor e essa não ficou na Boa Vista, veio pra cá, e esse outro que esqueci o nome agora, essa Eleonor era mãe de Argentina, Antônio Marques e Salu. Essa Dodô que era filha do Barão ela era a única aqui em Santa Rosa segura com o Belfort essa Dodô, porque ela era filha do Barão. (Libânio Pires, entrevista feita em 16.11.2018).

Libânio nos conta que Eleonor, filha do Barão, não ficou na Boa Vista, lugar de sua morada dos seus familiares, ela foi morar na Santa Rosa, no quilombo Sitio Velho onde moravam os escravizados e seus descendentes, contudo ele lembra que Dodô tinha um importante papel junto a eles, pois era na casa da senhora Eleonor (Dodô) que se cozinhava para os festejos,

Lá na casa dela era a casa de cozinha, que se cozinhava para os dois festejos, o de Santo Antônio e o de Nossa Senhora da Conceição, a comidoria era na casa dessa Dodô que a gente chamava, mas, o nome dela era Eleonor”. (Libânio Pires entrevista dada em 16. 11. 2018).

Libânio, também ressalta que existiram outros escravizados dentro de Santa Rosa, mas, esses não constituíram famílias:

Agora tinha outros escravos também nesse meio, mais que não tinha família nós vemos Elvira que é a Bibi, essa também era escrava mais como ela não tinha família não entrava aí, não entrou aí tá? Iae formou, formou esse território aí, com essas

famílias tá? Agora as famílias dos escravizados. (Libânio Pires, entrevista feita em 16. 11. 2018).

As sete famílias que dão origem ao território, segundo Anacleta, “foram sequestradas da *tabanca*⁹ Caiol¹⁰, cidade de Cachêu, em Guiné Bissau, no ano de 1700”, que ao relembra sua ida ao Continente Africano, em novembro de 2010 aduz que:

Ao chegar ao aeroporto, tinha uma equipe que nos esperava, e nesse grupo, tinha uma pessoa por nome Kaiblama, que ao ver a minha filha Josiane, que tem no seu nome e sobrenome Espirito Santo e Pires, ele me contava que ali existiam Tabancas com sobrenomes Espirito Santo e Pires e lembro que falei pra ele que Espirito Santo é nome, e somente Pires sobrenome, a conversa seguiu e ele me contou que iríamos visitar uma tabanca chamada Caiou que o sobrenome era Pires, então no dia (...) visitamos esta Tabanca e lá foi feita toda nossa afirmação familiar, a partir do reconhecimento feito pelos nossos parentes, afirmo isso por conta das expressões, abraços, choros, lágrimas e das palavras. Onde os moradores diziam que não tinham como negar que éramos irmãos, “apesar de que há tanto tempo sequestraram vocês de nós, mas vocês estão presentes em nós, corpo, alma e sentimento”. (Anacleta Pires, anotações do caderno de campo em 06. 07. 2018).

As marcas na alma de um passado violento e de dor não conseguiram apagar a força e ancestralidade dos negros, que se religaram aos seus parentes mesmo do outro lado do Atlântico. Foi nas fronteiras da colonização que as almas dos pretos reincorporaram outras vidas em diferentes países das Américas. A historicidade em Santa Rosa dos Pretos mostra essa relação de ancestralidade e espiritualidade. A estética as músicas, a cultura, as religiosidades, o sentimento de pisar no chão da África, as danças tradicionais, todas se encontram, e é um algo inexplicável:

A viagem inspira Anacleta e aparece quando ela canta duas músicas que remetem ao contexto da viagem à África e da resistência negra mantida até os dias atuais.

Música I

*Ei Mamãe África,
Somos seus filhos,
Mas você não nos criou” (2x)
Fomos arrancados dos vossos seios
e escravizados nos engenhos dos senhores. (2x).*

Música II

*Chegou, chegou, chegou,
Ffoi o carnaval que chegou,
este é o povo quilombola que veio mostra o seu valor,
Temos o tambor de Mina que festejamos Nagô,*

⁹ Nome nativo dado as aldeias (quilombos), pelos moradores de alguns países do continente Africano

¹⁰ Aldeia de origem das sete famílias do território Santa Rosa dos Pretos

*Temos a festa do Divino,
Mas, a resistência do negro é
Tambor, dali dali tambor,
que a Crioula quer dançar,
a festa já começou e não tem hora para acabar.*

A primeira música nos mostra as marcas de um passado de dor e agonia, onde milhões de pessoas foram tiradas (arrancadas) do seio de sua terra mãe para serem usadas como mercadorias e força de trabalho, para um “senhor” de cor branca e proprietário de terra. Terra esta adquirida através do genocídio de diversos povos. A segunda música afirma que “a resistência do negro é tambor” porque eles tinham nos tambores uma segurança de vida para assim conseguirem suportar as violências sofridas e manter o equilíbrio da mente, do corpo e da vida.

Esta ida a África a que nos fala Anacleto aconteceu no bojo do Projeto de Regresso às suas origens, financiado pelo Instituto Marquês de Vale Flor¹¹. Este projeto foi pensado pela Historiadora Glória Moura em 1986, que andando pelo Maranhão e pelos quilombos ali constituídos durante seu trabalho de pesquisa de campo conheceu o Terreiro de Santo¹² da Mãe Georgina em Santa Rosa e viu juntos aos moradores a necessidade e anseios que o povo tinha de conhecer suas origens. Anacleto nos conta que está ida de volta a sua origem serviu para:

Compreender um processo de negação e violações de direitos, e para mostrar que a história aqui contada não condiz com a história verdadeira, não é a nossa história, é uma história contada por outros e nossa história está no sentimento, na memória e no corpo de nossos antepassados, de nossos anciões e no nosso, quero dizer, que fizemos várias visitas, encontramos vários marcos das maldades sofridas pelos nossos ascendentes, a exemplo a rota negreira, que acontecia nos Rios da região, onde faziam o sequestro e levavam nossos pretos para a muralha de seleção¹³, para serem comprados como mercadoria, e após a compra eles eram ferrados de acordo com cada “dono”, para serem embarcados e transportados nos navios negreiros. (Anacleto Pires, anotações do caderno de campo em 06. 07. 2018)

Quando Anacleto tenciona a forma de como a história está sendo contada ela está fazendo uma crítica ao sistema de conhecimento adotado no país e levantando hipóteses de que é possível traçar novos meios de conhecimento que levem em conta as diferentes histórias, que

¹¹ Criado em 1951 como instituição privada de utilidade pública, o **IMVF** é uma Fundação para o desenvolvimento e a cooperação, tendo iniciado atividade como ONGD em 1988 em São Tomé e Príncipe. A partir dos anos 90 expandimos a nossa ação a outros países, com predominância aos de língua oficial portuguesa, e alargámos as áreas de atividade. Os resultados alcançados tornaram o **IMVF** numa entidade de referência nos domínios da cooperação, da cidadania global e da reflexão sobre o desenvolvimento. <https://www.imvf.org/> acesso em 22/04/2019.

¹² Conhecido em Santa Rosa como Casa de Santo, Barracão de macumba ou Terreiro de Mina, é o lugar onde acontece a religião de Matriz Africana, os cultos aos encantados, aos voduns e Orixás.

¹³ Lugar onde deixavam os pretos presos, para serem selecionados, para o trabalho escravo, lugar descoberto ao vento, onde os pretos ficavam expostos ao sol e chuva.

não inferiorizem ou invisibilizem a história de muitos povos em prol da valorização do povo branco. A memória, o sentimento e o corpo são formas que nós quilombolas acionamos para falar em lugares onde nossos códigos e falas não são totalmente válidos, por exemplo, audiência, fóruns, assembleias.

Diante da situação falada e vivenciada pelos quilombolas que regressaram às suas origens podemos dizer que Santa Rosa vive toda a perseguição do sequestro feito pelos colonizadores aos pretos do continente Africano e que tem se propagado nos território a cada dia, com as novas formas de escravidão contemporâneas ou como diz a própria Anacleto, uma “escravidão silenciada”.

A perda das nossas terras para os chamados “grandes empreendimentos” tem trazido consequências desastrosas para o povo quilombola, levando nossos parentes para a cidade para integrarmos “lixões humanos”; favelas, presídios, tráfico, os privando de uma vida digna.

Cabe dizer que a entrada desses “grandes empreendimentos” acontece com o total aval do Estado, através de políticas de incentivos fiscais pautados na ideia de desenvolvimento e progresso, assegurados no Estado de Direito. Tal “Estado de Direito”, metamorfoseia-se de democracia em nome do bem comum para que as empresas multinacionais se façam presentes em nossos territórios, com um projeto de modernização do país específico do estado do Maranhão que traz fortemente para nossos territórios indústrias de bases como as siderúrgicas e deixa morrer os costumes preservados por nossos ancestrais, sendo aquilo que podemos chamar de *invisibilização do corpo negro*.

A “pilhagem”, que segundo Mattei (2013, p. 17) é “propriedade roubada por meio de fraude ou da força” tem assim se efetivado. Neste caso, temos um exemplo significativo desta “pilhagem”, quando temos que sair de nossas terras para a passagem do dito “desenvolvimento” e somos constantemente aliados por conta desta Política de morte ou “Necropolítica” para usarmos os termos de Mbembe (2003).

1.2 - Tecendo entendimento sobre o lugar

As sete famílias de escravizados, que constituíram a Santa Rosa - de Filete, de Antônia, de Olímpio, de Judith, de Felipe, de Olívia e de Amância foram as primeiras que se constituíram na Fazenda Santa Rosa, noque se refere à área de lavoura, ou como colocado na época, “centro de lavoura”. Suas primeiras moradas (casas) foram no Sitio Velho, lugar onde segundo os anciões, “os escravizados viviam na senzala do Barão”. O centro de lavoura era onde eles desenvolviam a lavoura e a produção dos bens de consumo, e também de exportação. No início

as terras de Santa Rosa foram do tenente capitão de Milícia, Joaquim Raimundo Nunes Belfort, filho de Lourenço Belfort, patriarca da família Belfort, este que foi almotacé em 1744, 1750 e 1754, vereador em 1753 e 1759 e Juiz de fora interino, também precursor do bicho da seda no Brasil e que fundou uma importante fazenda a margem do Rio Itapecuru, que recebeu o nome de fazenda “Kylrue”¹⁴.

A fazenda era o local de moradia do Barão. Passados alguns anos houve uma divisão da fazenda Kylrue para os descendentes de Lourenço, e nos dias atuais, onde era a fazenda Kylrue existe um Projeto de Assentamento (P.A.) denominado Quelrú, que faz fronteira com outro importante lugar denominado de Boa Vista, local de morada do Barão de Santa Rosa e sede da fazenda Santa Rosa.

Sobre o Centro de Lavoura Libânio Pires nos conta:

Aqui era a área de lavoura, daqui era que lavrava todo tipo de mercadoria, pra ir pra lá, começava do fumo né? O café tá é trigo, a mandioca mesmo, o arroz, o milho isso tudinho era o centro de lavoura era aqui nessa légua do fundo, que se produziam todas essas matérias, a cana-de-açúcar, o algodão, aqui se produzia de todo um pouco, mais quem fazia era os pretos escravizados. (Libânio Pires, entrevista concedida em 16. 08. 2018).

Segundo relatos de interlocutores, além de área de lavoura no território Santa Rosa dos Pretos, também existia um centro de punições dos escravizados revoltos, tanto da fazenda Santa Rosa como das fazendas e localidades circunvizinhas, Na época os Belfort eram donos de praticamente quase todas as fazendas da região da “Ribeira do Itapicuru”, então eram eles que “mandavam”. Como nos conta Josiane Silva, moradora de Santa Rosa dos Pretos:

Santa Rosa foi o centro de punição e execução de escravizados, que eram capturados, nos quilombos vizinhos e regiões, era os senhores Belfort que mandavam, então aqui era onde eles pegavam os pretos e traziam para matar aqui, tudo isso provamos em nosso sentimento de dor compreensão e permanência na terra, pois aqui era onde tinha o dito pelourinho e onde os pretos eram massacrados, judiados e não foi pouco não, tiveram muitos, aqueles que não aceitavam o trabalho escravo e se rebelaram contra o sistema escravista, dizendo que preferiam ser mortos. (trecho de entrevista com Josiane Silva, em 18.03.2019).

Foi nas fugas, nas rebeldias, nas insurreições, e nos quilombos que nos reinventamos enquanto quilombolas e, assim, existimos muito antes do termo que é desenvolvido na academia e no campo jurídico. Como exemplo, temos dentro do Território de Santa Rosa dos Pretos, um Quilombo chamado Fugido, que segundo os anciões e anciães do território por meio dos seus conhecimentos histórico e ancestral, afirmam que ali era o lugar para onde iam os escravizados que fugiram do regime escravocrata em procura de espaços seguros e de liberdade. Lugar este

¹⁴ Nome da propriedade feudal dos antepassados Belfort na Irlanda

onde eles podiam desenvolver seus trabalhos de forma harmoniosa e digna, sendo donos de sua produção e de seu trabalho, para assim manter a relação de irmandade e a espiritualidade com a natureza. Era onde “Eles se sentiam bem longe de toda a maldade feita pelos "senhores brancos” que “amavam sangue”. Nesse contexto Josicléa Pires descreve:

O único legado que os brancos têm para a história desde a construção do mundo é o legado de assassinato, então se justifica alguém que gosta de sangue precisa matar, em resumo é isso, digo, eles não amavam, eles continuam amando é só a gente olhar para todas as guerras do mundo, eles nunca levam paz, é, tendo como exemplo o branco, que é paz, não, o branco é o causador da guerra, o que muitas pessoas não conseguem compreender, pois eles detém a narrativa, a partir do olhar do assassino.

1.3 - Fugido: *Lugar de liberdade*

Nessa medida, podemos entender Fugido como uma afirmação da identidade negra dos moradores de Santa Rosa. Anacleta faz questão de enfatizar isso, ao falar do significado que Fugido teve e ainda tem para os moradores e para a história do Território quilombola de Santa Rosa dos Pretos:

Dentro do que, da vivência que a gente tem hoje em decorrência das violações e negações de direitos, ele (Fugido) é uma afirmação para além da compreensão da sua própria identidade, a partir do massacre dito que fizeram com os nossos antepassados né, tragos da nossa mãe África, melhor dizendo do continente africano e Fugido é a reafirmação de que nós éramos um povo livre e sofremos ataques abusivos a partir do continente africano, então Fugido é isso, afirmação da nossa identidade e fortalecimento das forças para o enfrentamento da luta.

Quando Anacleta destaca que Fugido é afirmação da nossa identidade e fortalecimento das forças para a luta, ela aponta a forma como por muito tempo os quilombos foram colocados de forma negativa e pejorativa e tidos como “lugares de escravos fugitivos”, lugares de desobediência e de medo para os brancos. Em contraposição, para nós, negros, fugir foi antes de tudo uma forma de se rebelar contra o sistema vigente. Não aceitar morrer, estar vivo, enquanto corpo negro foi e é ainda hoje a afirmação da ancestralidade e a busca por autonomia e liberdade.

Assim, Fugido, é uma forma de “colocar o passado sempre entre parênteses” (MBEMBE, 2014), é uma maneira de se encontrar no lugar hoje:

Fugido é quando a gente entende a Santa Rosa enquanto um corpo, ele é a memória e também o cartão postal da resistência de espaço livre e o início da luta para que as pessoas compreendessem que os seres humanos nasceram para ser livres, então, foi um novo espaço conquistado pelos nossos escravizados e serve para a Santa Rosa a história viva da Santa Rosa ela perpassa pelo entendimento de compreender o que foi o que é o Fugido, então fugido é isso é o cartão postal da Santa Rosa e através dessa

compreensão a gente tem muito respeito do sentimento. (Anacleta, entrevista em fevereiro de 2019).



Figura 3: Caminho centenário na altura do quilombo Fugido, usado pelos moradores para irem à Vila do Itapecuru. Foto equipe de mineração Itapecuru/Santa Rita 2017.

Sobre o porquê do nome Fugido, seu Joca um dos moradores mais velho do Quilombo nos explica que:

Isso foi no século XVIII, ai ficaram, ficaram, ficaram, foi no tempo que teve a liberdade né? E ai eles ficaram aqui dentro do mato, ai eles mandavam buscar os pretos e os outros vinham chegava aqui os pretos davam neles e lá eles davam nos pretos, iai começaram voltar, que eles se achavam sós lá, foi tempo que teve a liberdade ai ele diziam assim, vamos lá ao fugido, mas fugido quem chamava era os pretos que estavam aqui, ai rumbora visitar os fugidos, ai veio pra cá e pegou este nome que estava aqui, mais não era assim não o nome do lugar, fugido eram os caras que vinham de lá, os pretos... Ai eles convidavam, rapaz rumbora lá visitar os fugidos, ai assim ficou o nome do lugar fugido mais quem chamava era os pretos. (Joca, entrevista dada em 11 de outubro de 2018)

Em Fugido se constituía aquilo que podemos chamar de “espaço de liberdade”, onde os escravizados tinham autonomia do que faziam e produziam, tanto para a alimentação, quanto para a troca ou para a venda. Em Fugido os pretos de Santa Rosa estavam “livres” do sistema genocida da época. Assim, Fugido constituiu-se como uma parte importantíssima da historicidade do território de Santa Rosa dos Pretos.

Hoje neste quilombo ainda existem descendentes dos pretos que foram escravizados, e por isso, dentro do contexto da pesquisa de campo, realizamos entrevistas e conversas informais

com eles para entender um pouco de toda essa complexidade. Importante ressaltar que aqui estamos descrevendo o mínimo de um vasto campo histórico que permanece vivo dentro da memória de cada um daqueles que tivemos contato no decorrer do trabalho.



Figura 4: Forno de cobre com mais de 120 anos, pertencente à família de seu Joca 2017.

Para entender a dinamicidade do território Santa Rosa dos Pretos, cabe dizer que estamos falando de uma porção (área) de terra de uma légua e meia. Essa légua era denominada “légua sesmarias”. Segundo os moradores, tem uma metragem de 6.600,0000 ha, no caso uma légua de fundo com meia de frente, tem uma totalidade de 9.900,0000 ha, de terra. Cabe sublinhar que, no RTID de Santa Rosa, aparece outra metragem ou noção de tamanho, como podemos ver abaixo:

Cumprir ainda registrar que há dois entendimentos com relação à área deixada pelo Barão para usufruto perpétuo. Para os moradores de Santa Rosa, “uma légua de fundo e meia légua de frente” significa uma légua sesmaria ao fundo, ou seja, 4.356,0000 ha, e meia légua sesmarias na frente, sendo que a légua de fundo seria a dos escravos. (RTID, de Santa Rosa, p.53).

Aqui ressalto que os processos de entendimentos territoriais não são algo linear que adquirem somente uma forma pronta e acabada. Eles estão sempre em processo de mudança. Com o entendimento da história e com a visão crítica de todo o processo histórico, de negação de direitos e da desumanização feita aos negros é possível contrapor a história que nós é contada e pensar novas formas de conta-la.

Quando os Pretos de Santa Rosa perderam o domínio do testamento deixado pelo Barão, começou um processo avassalador de perda das terras, abaixo podemos ver como se aconteceu este episódio:

Segundo história anotada no livro *Estratégias Territoriais de Desenvolvimento das Comunidades Negras Rurais de Itapecuru-Mirim e Vargem Grande* (2002), o documento (do testamento) deveria ter sido passado ao descendente mais velho, no caso Júlio Belfort, Filho do segundo casamento da escrava Judith. Este, entretanto, sofria de uma doença mental. Os papéis foram passados, então, para Urbano (...)

Buscando resolver a situação com o posseiro, Seu Urbano passou uma procuração a João da Silva Rodrigues em julho de 1952. Além de dar poder de representação para propor ação de despejo contra Teodoro Moreno, a procuração dava poderes ao “dito procurador propor outra qualquer ação contra o citado Teodoro Moreno, bem como promover a demarcação do dito imóvel [Santa Rosa]”. (...)

Assim, ao invés de constituir uma área de usufruto de América seus filhos e mais os que haviam servido ao Barão como escravo e todos seus descendentes, a área passa a ser denominada como dos “filhos e demais Herdeiros de América Henriques”.

Para proceder à demarcação da Data, seu Urbano entregou ao seu procurador a cópia do testamento do Barão que estava sobre sua custódia. A entrega do documento coletivo foi um episódio dramático da história da comunidade de Santa Rosa.

As escrituras da comunidade saíram da comunidade em poder do senhor Urbano, que a cavalo, se dirigiu até a Boa Vista para entrega-las a Zeca Pires que ao avistá-lo com um “pacote nas mãos”, foi logo perguntando o que era aquilo e ele respondera: “trago os documentos da Santa Rosa por que os mais velhos me respeitam, mas os mais novos são um bando de moleques”. (trecho do relatório antropológico de Santa Rosa, p. 44, 45, 46 e 47. Luchesi 2008).

Ainda sobre este fato da perda do testamento seu Joca nos fala que:

Ai nós fomos lá, eu e papai olha este documento e ele disse, “rapaz eu não vou mostra papel rapaz papel tá guardado”, e nunca ele mostrou pra nós né? Pra nós saber como era o negócio das terras, como era que passava, ele nunca mostraram pra nós de jeito nenhum, ele perguntava “papel tá guardado rapaz, pra quê que criança quer papel?”, o negócio era esse, ai ele pegou e deu pra Zeca Pires, e Zeca Pires passou a mão e vendeu as terras. Tem certeza que não sabia como era o negócio né? Eles nunca mostraram pra saber como era o negócio como era o papel como que andava nera, eles nunca deram pra nós ver. (Seu Joca, entrevista concedida em, 19.08.2017).

Seu Joca faz questão de enfatizar que, apesar do seu interesse e do seu pai, em conhecer os documentos do testamento, eles foram impedidos de ver e aquilo que seria um bem de todos acabou sendo motivo de grandes dificuldades para os moradores. Urbano, que era filho do velho Felipe e quem ficaria com o domínio do testamento, por ser o mais velho da época, foi responsável por essa passagem crítica na historicidade de Santa Rosa e como descreve seu Ilario:

Ele fez tudo errado porque esse documento era de nós todos, não tinha nada que levar pra Zeca Pires, isso dificultou nossas vidas e hoje traz sofrimento, a luta pela terra hoje é grande, sabe né? E isso por causa desse documento meu filho, meu avô era irmão de Urbano e como pode ele ter parte e meu avô não, por isso que eu digo que tá tudo errado, isso num pode acontecer não.

Quando seu Ilario questiona aquilo feito por Urbano ele mostra que se sente alijado e prejudicado por uma decisão que foi tomada apenas por Urbano, sem o consentimento dos outros, isso para ele, aconteceu de forma irresponsável. Cabe dizer que o pai de seu Ilario era Paulino, que era irmão de Urbano, e está decisão tomada por Urbano, vem prejudicando os moradores do território até os dias atuais, por que a partir desse momento começou-se a venda de terras em Santa Rosa.

Outro fato de relevância que destacamos aqui é o processo de divisão territorial de Santa Rosa que no ano de 1952 foi dividido em sete Quinhões como podemos ver abaixo:

A data Santa Rosa foi dividida em sete quinhões: 1) “Quelrú (154,2040 ha.), para Cia.”. Babaçu Ltda.; 2) “Boa Vista” (3.098,0000 ha.), para Marcolina Pires Belfort, 3) “Barreiras” (726,0000 ha.), para José Lopes Macedo; 4) “Frexeiras” (500,0000 ha.) para Maria Anunciação; 5) “Santa Rosa” (2.178,0000 ha.) para Urbano e Outros; 6) “Santa Rosa” (1.269, 6000 ha.), para Marcolina Pires Belfort; 7) quinhão “Picos” (894,8400 ha.), para Joaquim Nogueira da Cruz. (RTID de Santa Rosa, Luchesi, 2008).

Destaca-se que com essa divisão, Urbano ficou apenas com um quinto quinhão de terra e essa mesma só foi registrada em 1995 pelos senhores Libânio Pires e Domingos da Conceição Belfort, que descobriram que as terras não eram registradas depois de tentarem fazer uma aposentadoria rural para o senhor Juvêncio Pires, que no momento lhe foi pedido uma declaração do proprietário da terra.

Ainda sobre a divisão da terra, Anacleta aponta que a mesma significou a desnaturalização das famílias, e isso acirrou conflitos internos e teve como consequência o autoritarismo e o individualismo para dentro do território que era um espaço de uso comum e organizado pelos moradores, em entrevista ela traz que:

Essa divisão fez foi desnaturalizar os laços familiar a partir da terra, é, então isso individualizou... não é a terra, eles não partiram terra né! Eles partiram é... fizeram uma divisão de partir assim é sentimentos de pertença e isso acirrou conflitos, conflitos familiar, e também ele deu poder de autoritarismo, as pessoas compreenderem que eles mandavam na terra é que eles eram donos de terras, então foi o individualismo em primeiro lugar e em segundo lugar enfraquecer a autonomia da resistência das lideranças tratados anciões dentro do território. Isso foi um segundo ataque, é e esse ataque era para o esquecimento da história que perpassa e que até hoje é a história verdadeira fora do papel que é a história do nosso povo, é a história da nossa resistência é a história das nossas riquezas, então a partir daí foi uma segunda tentativa para que as pessoas entrassem em desespero e não dominasse a história memorial que é a sustentabilidade de todo processo histórico guardado pelos nossos anciões e também já hoje nas gerações existentes. (Anacleta Pires, entrevista concedida em 05. 01. 2018).

Anacleta ao dizer que “este ataque era para o esquecimento da história que perpassa e que até hoje é a história verdadeira fora do papel que é a história do nosso povo”. Esta nos

possibilita pensar sobre o processo de silenciamento das histórias negras e isso gera conflitos e acirra a violência, pois aos quilombolas é negado o direito da fala, e conseqüentemente os “outros falam a seu favor”.

Nas linhas que se seguem faremos uma discursão sobre território em diferentes perspectivas no intuito de abordar as noções que mais se aproximam daquela pensada pelos moradores de Santa Rosa, entendendo que são diversos os saberes e que estes sujeitos de saberes e conhecimentos têm todos os aparelhos práticos de entendimento daquilo que desbulham, que são foco desta dissertação.

1.4 - TERRA DE “HERANÇA” (doada aos pretos): pensando território a partir de diversos olhares.

Santa Rosa é uma terra de herança, foi doada aos pretos pelo Barão Joaquim Raimundo Nunes Belfort, não podendo em tempo algum ser vendida ou alienada por se tratar de seu patrimônio perpétuo.

Deixo para uso e fructo de América Henriques e todos os seus filhos a data de terras dita no lugar Santa Rosa, lado esquerdo do rio Itapicuru, na segunda légua ao fundo, onde tive o último estabelecimento de lavoura, com uma légua de fundos e meia legua de frente, podendo roçar nas mesmas terras, sem ônus algum, todos aquelles que me serviram como escravos, durante sua vida e a dos seus, não podendo em tempo algum serem vendidas, alienadas, ou dadas a pagamento as ditas terras que constituem um patrimônio perpetuo aos acima declarados e seus descendentes (Testamento de Joaquim Raimundo Nunes Belfort, O Barão de Santa Rosa, 1898; in: Lucchesi, 2008).

Essa é uma história contada de geração em geração pelos moradores e descendentes do território, como destacado por Silva:

O Território Quilombola Santa Rosa dos Pretos está situado à margem esquerda do Rio Itapicuru. O espaço territorial foi legado aos trabalhadores escravizados por meio de doação feita pelo Barão Joaquim Raimundo Nunes Belfort, filho do capitão Joaquim Raimundo Nunes Belfort e neto de Lourenço Belfort, que ganhou domínio da terra através das capitâneas hereditárias, criadas no período imperial. Com a abolição da escravatura e o término formal do regime escravocrata; e com a partida do Barão, o território foi deixado de herança para os pretos que o serviram como escravos, para criar filhos, netos e seus descendentes; não podendo em tempo algum ser vendido ou alienado por ser seu patrimônio perpétuo. (SILVA, 2017, p. 29).

Contudo, após receberem a doação das terras e com o falecimento do Barão, os moradores da Santa Rosa se articularam e organizaram formas e acordos para a preservação e manutenção das terras. Um desses acordos de responsabilidade foi deixar o testamento da doação aos cuidados da pessoa mais velha do território como mostra Silva (2017, p.32), “O

documento na doação do Barão passaria de geração a geração tendo sempre o mais velho dos descendentes direitos dos ex-escravizados como seu curador”. Desta forma cabe dizer que as terras de Santa Rosa eram preservadas a partir do respeito pelos seus anciões e pelos acordos de convivência que ali existiam e eram mantidos por cada sujeito que ali moravam, entendendo seus direitos e deveres e sendo responsáveis pelo território na perspectiva de cuidar das novas gerações.

Deste modo destacamos a fala de seu Libânio Pires, liderança quilombola e ancião do Território de Santa Rosa dos Pretos que diz:

Camarada nós somos fortes, mais nossa força vem da natureza é a natureza que nos dá, é onde plantamos a mandioca, o milho, o arroz, onde tiramos nosso sustento, a nossa força vem da natureza, porque nós não vive sem ela, mas ela vive sem nós, então a gente tem que preservar a natureza, porque ela é nossa mãe e nossa vida, e não pode ficar solto não, tem que ter regra no convívio na vivência da gente, se não vai ser tudo destruído, esses acordos é que fundamenta a gente pra não destruir é assim camarada. (Libânio Pires entrevista concedida em 16. 11. 2018).

A partir dessa fala de seu Libânio podemos notar que de certo modo estas regras e acordos são mantidos para ajudar os moradores no cuidado e na preservação de seus modos de vida e, acima de tudo, na preservação da natureza que para eles é tida como primordial, seja para a conservação do território, seja para o bem estar do povo, ou seja, para suas vidas enquanto parte do lugar.

Buscando entender mais sobre como se dava essa relação sujeito, natureza e território, em agosto de 2017, fizemos uma visita ao Quilombo Fugido, para conhecer os marcos do Território e conversar com seu Joca, que guardava na memória parte da história do lugar. Como vimos acima em trechos da entrevista, algo que é necessário destacar e que foi muito enfatizado por ele são os conflitos que se acirraram naquele Quilombo, muito por parte da negação ao conhecimento do testamento como destacado anteriormente e também pela implantação do Projeto de Assentamento. Entroncamento em terras dos quilombolas, o que gerou indignação e desconforto familiar, individualizando aquilo que era um bem comum de todos, consequência de toda essa indignação seu Joca ficou depressivo o que levou o mesmo a óbito logo depois.

Visita ao “Fugido”

Éramos seis pessoas dentro de um Fiat uno que caminhava em velocidade baixa. Saímos de Santa Rosa por volta das 8:00 horas da manhã de um dia ensolarado; andamos pela BR 135 até chegar a Entroncamento onde pegamos a BR 222 sentido Itapecuru-Mirim. Caminhamos por mais cinco quilômetros até chegar ao Povoado Cachoeira, onde pegamos a estrada de ramal que dá acesso ao Quilombo Fugido. Anacleto, que nos acompanhava na viagem, foi nossa

interlocutora e guia de viagem e durante a ida de Cachoeira para Fugido ela mostrou-se preocupada com o que via a sua volta (as terras todas cercadas de arame farpado).

Seguimos viagem e Anacleta foi nos apresentando setores, comunidades, caminhos, e construções, estes que vão abrindo espaços para perguntas e reflexões sobre alguns questionamentos que nós que ali estávamos (França, Yuri, Antônio José, Cíndia eu¹⁵) tínhamos sobre diferentes assuntos como a questão da regularização fundiária, a expropriação de terras pertencentes ao território quilombola Santa Rosa dos Pretos e a lenta regularização dessas terras já reconhecidas pelo Estado como pertencentes à comunidade.

Estávamos chegando em Fugido, já bem próximo do nosso destino, quando Anacleta voltou nossa atenção para uma extensão territorial que vem sendo convertida em fazendas e loteamentos de terras, e novamente ela expressou sua preocupação com aquela situação e com o descaso das autoridades responsáveis que deixam isso acontecer.

E preocupante essa situação nós que somos donos não temos um palmo de arame e a gente ver nossa terra toda cercada nos deixa bem triste, nossa luta é pela vida e não há vida entre cercas, como fica nossa liberdade? Isso é um descaso muito grande, essas mazelas que são feitas diariamente contra nós, contra nossa mãe terra, contra nosso existir é muito ruim ver tudo isso. (conversa feita com Anacleta Pires em agosto de 2017, anotação caderno de campo).

Em grande parte daquela paisagem, são os arames que compõem as cercas - utilizadas para dividir e delimitar terras transformadas em grandes desertos verdes e que foram tomadas através de práticas espoliativas - que marcam a presença da valorização (ideológica e econômica) do capital imperialista que se faz hegemônico e nega os modos de produção da existência e outras dimensões das relações sociais que existem nessas comunidades. Um aspecto relacionado aos modos de produção e organização da vida social dos que vivem na comunidade de Santa Rosa dos Pretos é a inexistência de cercas e divisórias entre as casas, o que estar ligado à noção de “uso comum da terra” discutida por (Almeida, 2006), que aponta:

Um aspecto frequente ignorado da estrutura agrária brasileira refere-se às modalidades de uso comum da terra. Analiticamente, elas designam situações na quais o controle dos recursos básicos não é exercido livre e individualmente por um determinado grupo doméstico de pequenos produtores diretos ou por um de seus membros. Tal controle se dá através de normas específicas instituídas para além do código legal vigente e acatadas de maneira consensual, nos meandros das relações sociais estabelecidas entre vários grupos familiares, que compõem uma unidade social. (ALMEIDA, 2006, p. 101).

¹⁵ As pessoas citadas que estavam nesse trabalho são pesquisadores do Grupo de Estudo Desenvolvimento, Modernidade e Meio ambiente (GEDMMA), da Universidade Federal do Maranhão, e estávamos em pesquisa.

Essas *normas específicas*, é quem rege as formas de uso da terra elas aparecem em Santa Rosa como meios de se preservar a vida. Contudo essas normais são aqui pensadas como um aparelho de interligação e de controle social de uso das terras. Cabe sublinhar que, apesar das normais serem acordadas pela grande maioria dos quilombolas, sempre há exceções e para utilização de cercas no caso, ocorre quando esta envolve a criação de animais (boi, porco, cavalo). Sobre o descaso que vem sendo feito atualmente, Dona Anacleta diz: “*Nós que somos donos não temos um palmo de arame*”.



Figura 5. Seu Joca mostrando o ponto de canto do território Santa Rosa dos Pretos, em um corte feito na palmeira do babaçu 2017.

No território ainda são mantidas formas tradicionais de uso, e a partir das conversas com os interlocutores e da minha vivência no quilombo, constatamos que os principais meios de renda e produção do território dão-se através da: Roça no toco, aposentadorias rurais, criação de pequenos animais que servem para o consumo e para a venda, como: galinha, porco, patos, boi; hoje em dia já existe a criação de peixes; além de programas sociais do governo (bolsa família, minha casa minha vida), entre outros.

Nas letras de um cordel que segue abaixo, descrevo como se dá o processo de economia e de manutenção da vida e da produção dos quilombolas:

Caminhando com a história,
 Pois queremos avançar,
 Pra falar da economia
 E da renda do lugar
 Falar de economia
 É falar de produção,
 Que vem da roça no toco,
 Onde fazemos a plantação

Da mandioca, do arroz,
Do milho e do feijão,
Ainda tem a criação
De pequenos animais,
Que é pra aumentar a economia,
Botar comida na mesa
E não ficar de barriga vazia.
(Trechos do cordel “Esses pretos são danados”, de Joércio Pires).

A roça no toco, ainda assume um papel de destaque dentro do quilombo, porque é através dela que se faz a plantação dos alimentos. A roça no toco é feita da seguinte maneira: os quilombolas derrubam determinados espaços de mata, que quando seca, taca-se fogo, depois de tacarem fogo e recolherem (juntar) a “coivara” (resto de madeira queimada) se começam a fazer a plantação dos grãos e dos produtos da sua agricultura.

Os principais produtos produzidos pelos quilombolas são: o arroz, a mandioca, e o milho. Estes produtos em sua grande maioria são usados para a sua (re) existência.

Na minha perspectiva de trabalhar uma teoria nativa, dialoguei com lideranças e pessoas do quilombo, e ainda a noção de território de Silva (2017, p. 32) que escreveu:

No território vivem cerca de 750 famílias, em 14 setores ou áreas de moradias e produção. Foi reconhecido inicialmente pelo governo do estado e depois pela FCP (Fundação Cultural Palmares) como área de quilombo, também é reconhecido nacionalmente e internacionalmente, por preservar suas culturas, tradições e costumes; além de tudo, o quilombo mantém vivo o pertencer e o respeito pelo próximo num processo de manutenção do território.

E em dados de sua dissertação, sobre o território Santa Rosa dos Pretos, Santos (2019) aponta que:

O território Quilombola Santa Rosa dos Pretos, localizado no município de Itapecuru-Mirim engloba um conjunto de núcleos comunitários chamados de quilombos, são eles: Boa Vista, Pirinã, Barreiras, Leiro Centro de Águia, Fugido, Barreira Funda, Sitio Velho, Picos I, Picos II, Curva de Santana, Alto São João, Tingidor do Campo, Colégio, Kelru, Santa Rosa dos Pretos, além de Matões, Fazenda Nova, Pindaíba, e Conceição (os quatros últimos são quilombos de dentro do território que foram tomados por fazendeiros) (SANTOS, 2019, p. 45).

Sobre a quantidade de famílias e moradores não se tem um número concreto, mas, estimasse em cerca de 800 famílias com uma base de quatro mil pessoas. Este número é trabalhado pelas lideranças dos territórios com base em seus conhecimentos territoriais.

É relevante falar sobre como se deu o processo de territorialização de Santa Rosa, saindo do Sitio Velho para ocupar outros lugares dentro das terras, para tanto, destacamos a fala de Libânio que nos conta quê:

Nós não morava só aqui, a família de meu pai morou muito além daqui, a família de Benedito grande morou muito além daqui, a família de Macário, é Tomásia, Judith, é como diz o outro seu Júlio morou muito além daqui tá? Então cada setor desses que ainda tem muitos lugares, que tem pés de limão aqui ou acolá, então era como diz o outro, ia fazer uma roça pra lá se agradava, passava de quatro a cinco anos lá naquele lugar tá? Então não era uma coisa que nós todo tempo só morávamos X não, morava assim como eu estou dizendo oh, porque aqui na beira dessa estrada aqui... que vai pro Quelrú, então tá lá no relatório, que tinha Boa vista, que tinha Santa Rosa aqui tá, ela pegava o centro de Águida aqui acolá com outra gente lá no interior, passava aqui pegava o centro de Madalena... Madalena não Mariana que justamente morava outro povoado e agente morava no Estirão Grande aonde tem os pequizeiros eu nasce lá”. (Libânio Pires, entrevista concedida em, 27,03,2019).

Esse processo de ocupação territorial era prática comum usada pelos moradores de Santa Rosa na construção e reconhecimento territorial de suas terras. Mas essa pratica de uso da terra começa a ser modificada por conta de inúmeros fatores que vão desde a perda de grandes partes do território até o aumento da população quilombola, que cresceu imensamente nos últimos anos. Contudo, esse processo de “territorialização” que existia há algumas décadas foi se acabando, assim como os espaços utilizados para se fazer a roça, que passaram de vinte, dezoito, quinze linhas para um número mínimo de quatro ou duas linhas. Isto se deu em grande parte por conta das percas da terra e da proibição de acesso em determinadas áreas por parte de fazendeiros e também grandes empreendimentos que adentraram as terras de Santa Rosa, o caso da Estrada de Ferro Carajás, BR 135, linhões da Eletronorte, entre outros.

1.5 - TERRITÓRIO SAGRADO A GENTE SENTE, POIS, TERRITÓRIO É VIDA, VAI PRA ALÉM DE TERRA.

Nosso Território é vida, vai pra além de terra, é falar com o vizinho, com o irmão, com o encantado, com a terra, com a natureza, o território é vida é sentimento e pertence, é onde tem umbigo enterrado é onde preservamos nossas ancestralidades, nossa cultura e nossos costumes”.

Anacleto Pires

Ao analisar aquilo que descrevem os sujeitos de Santa Rosa dos Pretos, sobre a noção de território, compreendemos que território, trata-se de algo que vai além do fato de terra e “espaço”. Percebe-se que o território está atrelado a um todo: é a relação sujeito/espaço, suas culturas, seus costumes, suas tradições, e formas de manutenção da vida, as relações sociais presentes no lugar. Contudo, Dona Dalva, filha de Santo, cozinheira, rezadeira e importante liderança feminina do quilombo, ao falar do território e de suas lembranças, conta com alegria, que:

O território de Santa Rosa dos Pretos é uma terra de encantarias é lugar de fé e de Devoção, é aqui que agente faz nossas atividades tudinho, aqui a gente se sente bem, aqui nós temos o contato com a natureza, com a terra com o lugar, sabe por quê? Por que a natureza é mãe a terra é mãe, aqui fazemos nossos cultos para os nossos encantados, aqui conversamos com eles, a gente se orienta, faz o que tem que fazer, desde criança estamos envolvido com a terra, a terra, é quem dá e somente ela pode tirar, na terra agente faz tudo, e na terra estão os encantados. (Dona Dalva, entrevista realizada em 15 de julho de 2018).

Desde a parte inicial deste trabalho viemos falando sobre território, e cabe dizer aquilo que entendemos por território, para tanto, faz-se necessário destacar autores que trabalham sobre o conceito, mas aqui, não nos prendemos somente naquilo que dizem os autores, e assim, destacamos também a importância da teoria nativa, ou seja, das falas de lideranças e quilombolas de Santa Rosa que tem seus próprios entendimentos sobre o território, e dentro das suas perspectivas expressam seus saberes.

Dentro das Ciências Humanas existem várias noções e definições e conceitos sobre Território, mas, usaremos aqui, aquela noção elaborada por Milton Santos (2011, p.13), que pensa o território como “o lugar em que desembocam todas as ações, todas as paixões, todos os poderes, todas as forças, todas as fraquezas, isto é, onde a história do homem plenamente se realiza a partir das manifestações da sua existência”, também usaremos a definição usada pelo geógrafo Haesbaert, quando afirma que:

Para muitos “hegemonizados” ou, como preferimos, subalternizados, o território adquire muitas vezes tamanha força que combina com igual intensidade funcionalidade e identidade. O território, neste caso, como defendem Bonnemaïson e Cambrèzy (1996), não diz respeito apenas à função ou ao ter, mas ao ser”. Haesbaert (2004, p. 23)

Mauri (2014, p. 89), por sua vez, aponta que, “O conceito de território foi imposto para se referir às relações - simbólicas e materiais - que uma sociedade mantém com seu espaço, concretamente com suas terras”.

Destacamos essas noções, definições e conceitos, porque eles/elas se aproximam e dialogam com a noção de território pensada pelos moradores de Santa Rosa dos Pretos que o definem como algo *que vai além do fato de terra e “espaço”*. Seguindo discussão proposta por Almeida (2006), podemos dizer que o território constitui-se nas relações sociais envolvidas entre os sujeitos. Percebe-se que o território neste contexto, está atrelado a um todo: é a relação sujeito/espaço, suas culturas, seus costumes, suas tradições, é como diz Anacleto, em conversa ocorrida no dia 15 de julho de 2018:

“**Nosso Território é vida**, vai pra além de terra, é falar com o vizinho, com o irmão, com o encantado, com a terra, com a natureza, o território é vida é sentimento e pertence, é onde tem umbigo enterrado, sangue e suor derramados, corpos mutilados e enterrados é onde preservamos nossas ancestralidades, nossa cultura e nossos costumes e crenças através dos cuidados”. (entrevista concedida em 15 de julho de 2018, grifos meus).

Pensando nessa perspectiva nativa do significado é que dialogamos com diferentes lideranças de Santa Rosa dos Pretos para compreender a noção de território desenvolvida por eles, e fizemos o seguinte questionamento que segue abaixo:

P: Anacleta o que você entende por território, e para você o que é território?

R: Tratando de território enquanto espaço terra, ele é composto por diversos quilombos agora tratando da ancestralidade ele é uma forma da gente compreender comportamento né? A partir do sentimento, podendo relacionar isso o sentimento com a própria natureza, então isso que faz a gente respeitar a cada comportamento então isso aí é a compreensão do território enquanto ancestralidade porque se sabe que cada um de nós, agente tem o seu dom natural da forma de fazer as coisas, compreendendo às vezes a necessidade opções, pra ter um norteamento da vida então tudo isso é uma forma de a gente tá é entendendo a natureza como o instrumento principal da gente poder entender esse relacionamento da nossa ancestralidade a partir da potencialidade da água do nosso verde da nossa mãe terra e como a mente, como por exemplo, esse equilíbrio humano ele perpassa de corpo fora do humano como, por exemplo, esse corpo tem cabeça membro e tronco... Corpo nenhum vive sem a cabeça, quem é a cabeça? A cabeça é a terra e os membros são o que os membros são os verdes que são as matas é podendo detalhar isso melhor dentro da compreensão de território,... O território é o processo que nos deixa bem claros, porque como e porque a gente mantém a resistência né, nada podemos resistir sem compreender território como o pilar da sustentabilidade, humana ou sustentabilidade da vida então território é tudo isso meu filho é o corpo da inspiração, sem esse corpo da inspiração quem seria essa matéria podre? Ninguém tá, então território é isso... Território é a fortaleza da vida é por isso que a gente sempre luta por ela, respeitando a natureza, que ela nos fala 24 horas. (Anacleta Pires, entrevista concedida em 24 de Julho de 2018).

E, Josicléa Pires a (Zica), filha de Anacleta e liderança jovem do quilombo em entrevista realizada no dia 25 de Julho de 2018, nos coloca que:

Falar de território é entender a questão mesmo da permanência histórica. Não dar pra falar em território se não entender todo o sentido da ancestralidade que existe nele né? Porque, assim, pra mim, eu pessoa só não componho o território, a geração da minha mãe só não compõe o território, do meu avô, mais todas essas gerações juntas sim dão legitimidade para entender o sentido do território, a territorialidade na verdade é uma veia da ancestralidade, então é fundamental escrever isso, eu vejo desse jeito, uma coisa complementa a outra, pensar em território é pensar em ancestralidade, em união, em junção, em realmente (re) existir, é isso”.

Falando sobre um território sagrado relacionado à religião de Matriz Africana, dona Dalva nos relatou em entrevista realizada no dia 24 de julho de 2018 que:

O território é a matinha e o barracão e nós que estamos lá, porque eles têm uma brincadeira de dividir o território, tu ainda não viu eles passar o risco no chão? Quem tá do lado de lá não passar pro lado de cá e quem tá do lado de cá não passar pro lado de lá, então o barracão ele é um território alheio, a matinha também, quando entra gente lá diferente, vocês já sabem várias coisas que a gente não pode fazer dentro do

território da martinha né? Só os guias de luz podem fazer e eles não fazem nada que afeta, a natureza é a maior mãe que tem eu já lhe disse isso várias vezes meu filho”.

Elias Pires, Coordenador da União das Comunidades Quilombolas de Itapecuru-Mirim (UNICQUITA), diz a respeito:

O território é o lugar aonde a gente brinca, faz nossas coisas e preserva a nossa história e a nossa identidade, é a afirmação do nosso ser, de nós quilombolas, é onde a gente se sente bem, aonde cuidamos um do outro, seja irmão, seja vizinho, seja parente sabe? Aqui o território é nosso lugar de viver de ser e de fazer, isso é o território entende. (Elias Pires entrevista concedida em 26. 07. 2018).

Notamos a partir da fala das lideranças que o território em seu contexto macro faz parte do *ser* de seus moradores, lugar onde eles estabelecem relações de uso e respeito, pois, como vimos, o território é a relação que eles mantêm e preservam, seja com a natureza, com as tradições, costumes ou com os encantados, e assim as pessoas vão se organizando e mantendo suas formas de ser, agir e lidar com o lugar, trabalhando e usufruindo daquilo que fazem e produzem, numa constante luta pela (re) existência de suas formas de vida.

A gente faz a roça de acordo com o que a gente pode, faz mutirão trabalha para nossa necessidade, aqui não pensamos só na gente, sabe por quê? Porque agente divide com o vizinho, com o irmão, quem tem da pro outro e assim a gente vai vivendo, essa troca faz parte do nosso modo de vida. Não podemos tá bem se nosso companheiro não tá, é como se diz onde come um come dois. (entrevista realizada com Libânio em 15 de julho de 2018).

De acordo com Seu Libânio existe uma diversidade de elementos que dão forma ao território quilombola e aparecem como força e resistência no processo de organização social do lugar. “Não podemos tá bem se nosso companheiro não tá, é como se diz onde come um come dois”, com essa citação vemos como ele está em diálogo com a ideia de *terra de uso comum*, (Almeida, 2006), no qual se tem um lugar onde as únicas fronteiras que existem são a do respeito porque se planta e se coloca roça sempre pensando na necessidade das outras pessoas.

Assim podemos dizer que para estes sujeitos, o território é um lugar sagrado, algo que contém dimensões de reciprocidade entre o ser humano e a natureza. Destaca-se que a terra é o espaço onde eles exercem suas funções, suas religiões, onde plantam, colhem e produzem de acordo com suas necessidades. É o lugar onde preservam suas identidades, seus saberes, seus sentimentos e suas ancestralidades.

Terra de encantarias, lugar onde existem os espaços de socialização das pessoas, seja na conversa com o vizinho, seja nas reuniões de associações comunitárias, espaços estes onde são pensados e articulados a resistência do território. Assim compreendemos que em Santa Rosa, ao se sentirem alijados, os quilombolas resolvem se manifestar e buscar por direitos que lhes

são negados constantemente por parte do Estado na figura de seus órgãos de representação. Cabe sublinhar que, quando os moradores de Santa Rosa se manifestam eles usam suas práticas culturais e suas tradições como instrumentos de luta e, deste modo, acabam fugindo das formas de enfrentamento esperadas pelo Estado.

Apesar de todas as dificuldades enfrentadas, desde o regime escravocrata (onde trabalhavam para um “senhor branco” que usurpava suas forças de trabalho”), da perda territorial de parte de seu território por conta da grilagem de terra, até os dias atuais com a grande ofensiva dos projetos desenvolvimentistas a coletividade no Quilombo de Santa Rosa dos Pretos é constantemente fortalecida pela preservação e manutenção de seus costumes, de suas culturas, e principalmente de sua historicidade, que como vimos acima, está relacionado com o processo de autonomia e resistência dos moradores. Essa coletividade só é possível pela maneira como as pessoas constituem seus próprios espaços, de acordo com seus anseios e suas necessidades.

Assim podemos afirmar que Santa Rosa existe porque (re)existe, preservando seus modos de vida e respeitando seus limites, mas, principalmente, nas relações com a natureza, que é tida como “grande mãe”, aquela que dá que sustenta e que alimenta, assim como, as relações com os encantados e a preservação de suas culturas, como podemos destacar na fala de Mãe Severina (mãe de terreiro) como vemos abaixo:

A terra é que nos sustenta, e é nela que vivemos a terra e nossa cultura são fundamental pra nós, é onde que a gente se mostra se senti, a cultura é onde mantemos nossa essência, nosso respeito com o próximo, com nosso passado com a vida, é nela que a gente se ver, se encontra se respeita e se aproxima como irmão como ser, é nela que mostramos nossos saberes e fazeres a cultura, o tambor de crioula é parte de nós, nossa vida é luta é resistência e os tambores é uma forma de nós resistirmos, sabe por quê? Por que é onde estamos unidos e falando a mesma língua, cantando a mesma música e dançando juntos e unidos.

E damos ênfase no povo que prevaleceu simplesmente porque sua cultura prevaleceu e por isso Santa Rosa é referência e o lugar ganha forma e sentido por meio das relações das pessoas e do cuidado com suas ancestralidades. Por meio da preservação de seus Festejos e dos acordos de convivência, acordos esses que orientam as pessoas sobre as formas de uso da natureza e dos bens territoriais, dentre eles destaca-se: ter um lugar para construir sua casa, mantendo a terra livre; fazer roças respeitando as nascentes dos igarapés e córregos; usar os bens da natureza de acordo com suas necessidades sem exageros, não cercar áreas de usos coletivos, etc. Estes acordos de manutenção da vida e da natureza são mantidos até os dias atuais.

Contudo, é notável o importante papel desempenhado pelas lideranças de Santa Rosa dos Pretos seja na política, seja na luta ou nas festas e brincadeiras. Dentre os muitos significados que dão sentido ao lugar, desde o tempo da escravidão até os dias atuais, o de vinculação com as práticas culturais parece ser um dos mais fortes. O Tambor de Crioula aparece nesse contexto como elo forte de ligação comunitária, como descrito no terceiro capítulo deste trabalho.

CAPÍTULO 2. Uma história de luta e resistência: o território frente a um “corredor”.

Vivemos hoje, ameaçados, estamos num chamado corredor da morte, se vai pra frente tem essa estrada, se vai pra traz tem a ferrovia, mais pra frente tem linhões e mais adiante outra ferrovia, não temos mais pra onde ir, sem contar as fazendas dentro de nosso território, as áreas de produção foram destruídas. Nossa lavoura diminuiu, na hora que nosso povo cresceu, o que vamos fazer? Estamos a mercê da situação, tá difícil!

Anacleto Pires

O território quilombola Santa Rosa dos Pretos é conhecido nacional e internacionalmente pela luta e pela resistência que há tempos são usados como pilares de força contra as grandes empresas transnacionais e órgãos governamentais que buscam executar projetos desenvolvimentistas em seu território. No ano de 1950, os Pretos de Santa Rosa perderam o domínio do testamento deixado pelo Barão e a partir desse episódio houve sérias investidas do capital sobre suas terras. O primeiro empreendimento que atravessou as terras de Santa Rosa foi a rodovia BR 135, que passou nos anos 40, período este que o testamento ainda se encontrava sobre domínios dos quilombolas, a passagem dessa rodovia BR, abriu as portas para a implantação de uma série de outros empreendimentos como veremos adiante.

A construção, implantação e ampliação de inúmeros projetos desenvolvimentistas, a entrada de fazendeiros, fizeram com que os modos de vida dessas pessoas do quilombo fossem modificados. Estes empreendimentos foram e são um grande desastre para a vida desses sujeitos. Esse processo de desmonte de inviabilização e de silenciamento, que já estava em curso pelo estado brasileiro, ganhou maior contorno, em anos seguintes através da Lei nº 2.979/1969¹⁶ conhecida como lei de terras do Sarney, lei esta que deu segurança a essas empresas para usurparem tal terra.

A instituição dessa Lei de Terras em 1969 apresentou-se como suporte legal que reforçou a expropriação dos então chamados territórios negros¹⁷, das áreas indígenas e do

¹⁶ Lei estadual no 2.979, de 17 de junho de 1969, concebida pelos planejadores do então governador José Sarney, que regulamentava a aquisição de terras devolutas (terras públicas) no Maranhão, disponibilizando-as para o mercado.

¹⁷ Muitas comunidades que se colocam no presente como comunidades remanescentes dos quilombos estão referidas as chamadas terras tradicionalmente ocupadas. Nesse sentido, o território tradicionalmente ocupado de Santa Rosa dos Pretos, passou a ter seus limites territoriais violados, seja pela ação de pretensos proprietários de terra, seja pelas ações de intervenções oficiais perpetradas pelo Governo do estado do Maranhão, como forma de fomento as políticas de desenvolvimento do Maranhão.

O que significa dizer que em algumas situações bem antes da constituição de 1988, aqueles que hoje se autodefinem quilombolas já viviam a anos naquelas territórios.

campesinato, uma vez que destinava “terras públicas” do estado para fins de exploração mineral, agropecuária e florestal, isso transformou estas terras em foco de interesse de empresas e de grupos econômicos privados que recebiam incentivos fiscais concedidos pela Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE) e Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM)¹⁸.

A ideal combinação terra e capital tornava-se o fio condutor para a expansão desenvolvimentista no Maranhão, com a incorporação de grandes extensões territoriais a esses projetos. No rastro desse projeto chamado "Maranhão novo"¹⁹ foi criada a infraestrutura necessária ao capital, que possibilitou a entrada de empresas com ações predatórias a partir de médios, grandes e megaprojetos de desenvolvimento, oriundos, principalmente do Centro-Sul do país.

Essa ideologia desenvolvimentista discutida por Sant’Ana Júnior(2018) objetiva o crescimento financeiro de corporações e tem como resultado o detrimento de territórios tradicionais. Teve como característica a distribuição generosa de grandes extensões territoriais para empresas. Desse modo, o Estado dizendo-se responsável e preocupado pela ocupação/utilidade dos “espaços vazios” amazônicos, acionada como política governamental de integração nacional, como, por exemplo, a partir do II Plano Nacional de Desenvolvimento (PND). Em nome dos grandes projetos minerais e agropecuários (subsidiados por órgãos do governo), a grilagem tornou-se corriqueira nas regiões do estado do Maranhão que trouxe consigo inúmeras mazelas, e não foi diferente o caso em Santa Rosa dos Pretos.

Contudo, Santa Rosa dos Pretos começou sofrer impactos diretos de tais empreendimentos rotineiramente e passou a conviver com o exterior com o “novo”, que diferenciava-se em tudo daquilo que era vivido por eles. Sob a ideologia do desenvolvimento econômico e da fundamentação técnica de agentes do estado de “espaços vazios” territórios inteiros foram e estão sendo atravessados por “projetos de morte” no estado do Maranhão desde décadas atrás, e estes projetos de mortes fazem-se presente na vida de tais agentes que em certa medida, não se tem nem a proporção do tamanho dos impactos sofridos rotineiramente, impactos sociais, psicológicos e ambientais.

(...) Antes dessa estrada os nossos filhos comiam os queimados²⁰ junto com nós, depois dessa estrada isso separou as nossas famílias, foi cada um para um lugar. Antes

¹⁸ A SUDENE e a SUDAM foram criadas com o intuito de amenizar as desigualdades regionais no Brasil.

¹⁹ Projeto criado em 1966 pelo governador José Sarney que tinha como objetivo impulsionar o desenvolvimento do estado, com um discurso modernizador e de facilidades econômicas.

²⁰ É referente a sobra do arroz que fica agarrado no fundo do caldeirão, que após ser molhado com caldo de carnes ou peixe é raspado e comido por todos os familiares, algo que faz parte dos “costumes” dos quilombolas de Santa Rosa, e que ainda está muito presente em seus festejos e promessas, mas, que cotidianamente já se perdeu.

da estrada não tinha fazendeiro para invadir as terras, nossos irmãos e nossos filhos ficavam aqui e não iam para as cidades. (...) É muito sério isso, foi a estrada que trouxe isso, essas mortes pra dentro das nossas famílias, trouxe a morte, são várias mortes (...)" (Fala de Seu Libânio²¹).

O ato de comer queimado ao qual seu Libânio se refere, trata-se do está junto em coletividade, algo presente na vida dos quilombolas, que a partir da entrada dos empreendimentos foi se perdendo. O arroz é um dos alimentos mais cultivados pelos quilombolas de Santa Rosa, e, quando se entrar o “desenvolvimento”, e se perde grandes proporções de terra, ele torna-se quase que escasso e isso reflete tendenciosamente na vida dos moradores, o ir para a cidade, é outra coisa que passar a ser realidade do quilombo, muito por conta desta perda efetiva de seus meios de promoção da vida, presente aqui na produção dos alimentos.

Contudo, os quilombolas de Santa Rosa começaram a viver a dualidade presente na implantação de tais projetos desenvolvimentistas. Por um lado, os projetos de ampliação, construção, duplicação e propriedade privada que fazem parte dos projetos de desenvolvimento/modernização do país, que foge de sua realidade vivida, e por outro a preservação e manutenção dos seus meios e formas de manutenção da vida assim como seus “costumes” e suas “tradições”, que garantem a sua vivência.

O desenvolvimento econômico que vem sendo implantado no país; como projeto de melhoria para o povo, acontecem sem a consulta do povo, e buscam em tese garantir o crescimento econômico de uma parcela muito pequena de pessoas que tem os meios de produção. É por meio disso, que a duplicação da Ferrovia Carajás, a construção de um novo Porto em São Luís²² e o massacre e expulsão do Povo Gamela²³ se faz possível, necessário e desejado.

O não-dito racista na instalação desses projetos no Maranhão ocorre quando as comunidades locais enfrentam a falta de acesso a justiça, quando a consulta prévia não ocorre, quando liderança locais são ameaçadas de morte por manifestarem e lutarem para permanecer em seus territórios e tais projetos modernizadores vem acompanhados de desigualdades que

²¹ Fala extraída do relatório de impactos psicossociais causados pela BR-135 aos territórios quilombolas de Joaquim Maria, Santa Rosa dos Pretos e Santa Maria dos Pinheiros, no ano de 2018, em âmbito de discussão sobre os impactos de possível duplicação desta BR.

²² O Porto aqui referido trata-se do Terminal Portuário São Luís, da empresa WPR – São Luís Gestão de Portos e Terminais, que será implantado na comunidade do Cajueiro, e ameaça fazer o deslocamento compulsório de dezenas de famílias.

²³ Este massacre ocorreu no dia 30 de abril de 2017, no município de Viana – MA, onde os indígenas faziam retomadas de suas terras e foram brutalmente atacados por grupos organizados de fazendeiros daquela região, e tiveram mãos decepadas e muito sangue derramado.

interferem drasticamente nas condições de moradia, renda, escolaridade e emprego das comunidades locais.

O desenvolvimento posto coloca em questão a possibilidade de existência dos territórios negros no Maranhão, pois na sua forma mais real vem derrubando casas, expropriando terras, entupindo igarapés e com isso assassinando famílias inteiras. Isto quando provoca o aumento da insegurança alimentar dentro desses territórios, quando tira dos moradores a possibilidade de manutenção de sua cultura e de seus modos de vida, quando provocam grandes danos à natureza. Esses efeitos são diferentes daquilo que é anunciado ou pensado o desenvolvimento para esses sujeitos acaba ganhando outras conotações que se diferenciam, das formas de uso comum usadas pela grande maioria desses territórios.

Nesse sentido, conforme o desenho de Zica Pires figura 1, Santa Rosa hoje é atravessada por cinco (05) linhões de energia, que são 02 da Companhia Energética do Maranhão (CEMAR) e 03 da Eletronorte; por três linhas férreas, sendo 01 da Transnordestina e 02 da Carajás; também é atravessado pela BR 135 do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transporte (DNIT), que hoje aparece no cerne da questão com a ameaça de duplicar suas vias.

Apesar de serem muitos os impactos causados por tais empreendimentos, aqui vou me ater em três específicos que são eles: a) BR 135 do DNIT, b) Ferrovia Carajás da Vale, e c) Linhão de energia da Eletronorte, resolvi falar apenas destes três empreendimentos por motivos de aproximação e maior interesse de pesquisa, não que os outros dois não tenham a mesma importância e causam os mesmos impactos, minha definição aqui se deu por conta mesmo das entrevistas e das informações colhidas.

Quando pensamos na ideia de corredor, ela nos permite visualizar como o acúmulo de riquezas vem se dando no Maranhão, com a expansão das desigualdades e com a extinção de áreas de reservas de soberania alimentar das comunidades tradicionais, que são: os rios, as matas, os igarapés, o mar, as áreas de roça.

O corredor permite da forma e conteúdo a uma dimensão do desenvolvimento que não aparece nos documentos oficiais, que geram o fatiamento do território. O que caracteriza o corredor é a imposição de um ideal de branqueamento que vem se dando pela urbanização e com os empreendimentos que se apresentam como melhoria para o povo, que de fato não melhora em nada a vida de tais sujeitos.

Contudo, enfatizamos a forma de como está o território nos dias atuais, como que os quilombolas se sentem ao verem suas terras atravessadas por tais empreendimentos, no intuito de entender visualmente aquilo que chamamos de corredor, traremos uma cartografia social do

território feita em uma reunião da associação comunitária por lideranças e jovens do território, afim de entenderem a dinamicidade dos projetos que atravessam suas terras e violam seus direitos. Os referidos projetos cortam toda extensão territorial do quilombo e como já colocado mexe diretamente com a vivências dos quilombolas de Santa Rosa dos Pretos, que passaram a conviver com os impactos de tais empreendimentos. Talvez o ato de escrever os impactos, não se coloca a tona toda sua força, que é possível ver e sentir, através de poucas horas de convívio ali no quilombo.

Os carros que não param, a ferrovia e o trem que geram dor, os linhões que tiram o lugar da roça, são alguns dos impactos vividos diariamente pelos quilombolas de Santa Rosa dos Pretos. Abaixo na figura da cartografia tentaremos mostrar como tais projetos/empreendimentos cortam as terras dos quilombolas.



Figura 6 Cartografia Social do território e dos empreendimentos que o atravessam, desenho de Zica Pires (2018)

Nas duas pontas da figura acima podemos ver umas linhas vermelhas que estão sinalizando as ferrovias que cortam as terras de Santa Rosa a mais fina corresponde à ferrovia Transnordestina e a mais grossa corresponde à ferrovia Carajás em vias duplicada, mais ao meio próximo da ferrovia transnordestina, observamos duas linhas de tonalidade verde com uns pontos no meio, que correspondem aos linhões de energia. A primeira com dois pontos e mais fina é a chamada “COHEBINHA” de responsabilidade da Companhia Energética do Maranhão (CEMAR), e a outra com três pontos e mais grossa é a chamada “COHEB grande” de

responsabilidade da Eletronorte e bem no meio do desenho tem uma pista com tonalidade marron, essa corresponde à BR 135, que hoje ameaça ser duplicada e com isso retirar 345 casas dentro de Santa Rosa dos Pretos. Nas linhas que se seguem procuro descrever de modo mais nítido tais empreendimentos para uma melhor compreensão do processo.

2.1 - In Casua Rodovia BR 135

Em princípio e obedecendo às práticas locais de uso específico do território, os mais velhos de Santa Rosa que respondiam por essa ação, permitiram ao DNIT, fazer a construção da BR em suas terras, em contrapartida eles receberam inúmeras promessas de melhoria de vida. Disseram-lhes que eles poderiam fazer escoamento de suas mercadorias para a capital, teriam acesso rápido aos lugares. Contudo, nada ocorreu como prometido e hoje o DNIT se diz dono de parte do território e considera os pretos e antigos ocupantes como invasores.



Figura 7 – Dona Maria atravessando a BR 135, Imagem retirada do documentário o mundo preto tem mais vida – Foto: Andressa Zumpano 2018.

Apesar de muitos moradores trabalharem na rodovia e apoiarem a sua passagem logo que ela foi implantada em meados de 1940, como descrito anteriormente, hoje o discurso de lideranças e moradores mais velhos são acionados como ferramenta política de demarcação, histórica e social do lugar frente a duplicação da BR 135.

Aqui não tinha estrada! Eu conheci isso aqui com mata legítima. O barão deixou isso aqui, mas, foi na ponta da chibata, não foi de graça não. Ele não teve outro jeito e deixou essas terras para o povo escravizado que trabalhou pra ele. Ele deixou esse terreno de usos e fruto, não tem dívida que dê essas terras em pagamento, não tem quem compre ela, filhos e netos e descendentes era pra tirar o sustento dessa terra. Vocês sim [DNIT], vocês são invasores! Nós não. Vocês querem que nós vamos daqui invadir a casa de vocês? Vocês tão invadindo terra que não é de vocês (Paulo Leonel, entrevista realizada em 10.12.2017 grifos nossos).

Atualmente, os quilombolas de Santa Rosa dos Pretos se insurgem contra a duplicação da rodovia/BR 135 no MA, porquanto a experiência anterior efetuada pelo DNIT é considerada como espécie de erro cometido ou espécie de ingenuidade cometida, por acreditar, que de fato, as promessas de melhorias pudessem vir.

No entanto o que se tem hoje, é uma tentativa de deslocamento dos moradores, o DNIT traz em seu projeto de duplicação uma série de irregularidades e ameaça fazer a derrubada de 345 casas dentro do território quilombola Santa Rosa dos Pretos. Dentre essas casas estão: a igreja centenária no qual se festeja em duas etapas o Divino Espírito Santo, ao som das Caixas e das Caixeiras, festejo esse que existe a mais de 250 anos; a casa de forno, lugar onde os quilombolas produzem a farinha; o terreiro de Mina, Tenda Nossa Senhora dos Navegantes de mãe Severina, espaço onde se cultua a religião de Matriz Africana; bem como a casa de inúmeras lideranças do território. Este impacto que será incalculável, pois, para nós Quilombolas, não há preço que pague uma vida, e quando se fala em derrubar a casa das pessoas está se falando de tirar vidas sonhos e sentimentos.

Logo na sua passagem do primeiro pico, o discurso que a os membros do DNIT trouxeram consigo, a velha ilusão do desenvolvimento e do progresso, e como salientado acima, inúmeras promessas de melhorias de vida, acesso rápido a capital do estado, escoamento de suas produções. Aquilo era a chegada do “paraíso”, e essa ideia do paraíso fez com que os quilombolas concordassem com a passagem da BR por suas terras, como recorda Libânio:

Eu era bem novinho quando passou o primeiro pico, mais lembro que teve umas reuniões, aí eles disseram que, depois da estrada passar, tudo ia melhorar, agente, podia transporta nossa produção pra vender na cidade, nós ia chegar rápido ia ser tudo um paraíso, mais eles num contaram que agora eles iam dizer que nós invade área deles, como que essa área é deles se quando eles passaram nós já tava aqui? (entrevista realizada com Libânio Pires, liderança quilombola, em 02.02.2018).

A construção da Rodovia BR 135 nas terras do território Santa Rosa dos Pretos, em meados dos anos 1940, serviu como fio condutor a um constante processo de expropriação de terras, essa passagem fez com que grileiros, fazendeiros, e empreendimentos pudessem adentrar os territórios dos quilombolas de maneira brutal, expulsando pessoas e tomando suas terras, derrubando suas moradias, transformando drasticamente suas vidas e seus meios de envolvimento, fato é que, com esses “novos vizinhos”, as dinâmicas e os modos de vida das pessoas, bem como, as formas de manutenção do território, foram transformadas, e o processo

de autonomia vivido pelos pretos de Santa Rosa, foi se degradando em consequência dessa perda. Seu Libânio descreve este episódio da seguinte maneira:

Olha aqui hoje a gente tá vendo umas curiquinha passar aqui cantando “querequere”. Meu amigo quando era uma hora dessa aqui você ficava quase surdo de tanto ver pássaro cantar para tudo quando era lado, mas que maravilha naquela época. Toda hora tava vendo, como é hoje... Pra você tá vendo... comezinho se você não tiver com um dinheiro você não compra. [...] Aqui você fazia uma casa não tinha necessidade disso. Rapaz bem aí ainda tem um pedaço de pau, por aí... Ele tá bem aí. Não sei nem quantos anos tem esse pedaço de pau. Aqui pra gente fazer uma casa, o esteiro desse que tinha naquela época... Era esteiro para tirar até cem anos, esse pedaço que tá por aí assim. (Libânio, entrevista realizada em 2015).²⁴

Quando se perde autonomia alimentar e “financeira”, se perde o envolvimento com a natureza, que esteve sempre presente com esses sujeitos, isso fez com que os quilombolas buscassem outros meios de se manterem, outras formas de vivência, no entanto, os problemas só aumentaram e aquilo que era externo, passou a ser algo presente para tais agentes, e os impactos só aumentaram.

Os espaços de roças foram cercados, os igarapés foram entupidos, as matas derrubadas e os animais desapareceram, isso enfraqueceu a autonomia destes agentes, a ponto de hoje a BR está em processo de duplicação e os quilombolas ameaçados mais uma vez, de perderem seu território, pois quando um projeto como esse avança dentro desses território, ele avança com todos seus impactos e uma duplicação não vai acontecer somente na via, mas, também na vida dessas pessoas, através de todos os impactos já mencionados.

E quando se falar em derrubar casa, temos que ter em mente que se falar de, derrubar vidas, histórias, sentimentos, projetos e planejamentos, a ideia da raiz, da conexão com a terra, com o lugar, com a natureza, é simplesmente apagada por tais agentes externos ao território que simplesmente vivem uma outra realidade e não respeitam as coisas ali envolvidas.

²⁴ A entrevista é uma breve discussão sobre esse momento anterior à chegada dos empreendimentos é discutida em: BRUSTOLIN, C. ANJOS, J.C.G. SANTOS, D. Um corredor para exportações: o território de Santa Rosa dos Pretos nas v(e)ias abertas da mineração in SANT’ANA JUNIOR, H. TEISSERENC, M.J. BRUSTOLIN, C. Desenvolvimento em questão: projetos desenvolvimentistas, resistências e conflitos socioambientais. São Luis: EDUFMA, 2018.



Figura 8. Trabalhador do DNIT dentro do território, acompanhando o desmatamento de áreas foto: Sabrina Felipe 2018.

Nesse contexto de desmonte e desrespeito, os quilombolas estão sempre em luta, e uma série de denúncias e reportagens já foram feitas pelas lideranças quilombolas com ajuda da repórter investigativa Sabrina Felipe (de São Paulo) no que diz respeito aos impactos provocados pela duplicação que vem sendo feita pelo DNIT na BR 135 no trecho de Miranda do Norte à Bacabeira no Maranhão. Cabe dizer que está duplicação em curso desde o ano de 2017, ocorre sem a execução de procedimentos básicos como a *consulta prévia* este que é um procedimento garantido em acordos internacionais, neste caso assegurado pela Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT).

No entanto, quando os quilombolas se depararam com a situação, as máquinas do DNIT já estavam em seu território, executando trabalhos de terraplanagem e limpeza de áreas, para construção de bueiros, e conseqüente duplicar a BR, e naquele momento a única coisa que poderiam fazer, foi o que fizeram, colocaram seus corpos em duelo com a máquina, defendendo seu território e obrigando os maquinistas a pararem tal trabalho, o ato de levar o corpo como instrumento de defesa territorial é algo que se repete constantemente dentro desses processos, que acontecem de maneira irregular e brutal.



Figura 9 máquina do DNIT, desmatando área no território Santa Rosa dos Pretos Quilombo Picos II, Foto: Elias Belfort (2017)

Entretanto o que se vê nesse processo de duplicação da BR, em curso sobre esse território, é os atos de estado (Bourdieu, 2008), que legitimam ações como essas e os técnicos do DNIT e do Incra, continuam prestando desinformação ao povo, agindo de acordo com seus interesses, assim, podemos ver na nota da reportagem abaixo, aquilo que tais agentes têm feito:

Voltando ao Incra: o coordenador geral de Regularização de Territórios Quilombolas do Incra do Distrito Federal disse que a duplicação da BR não interfere na titulação das terras quilombolas. O que você acha disso do ponto de vista legal? Do ponto de vista legal, ele deveria ter um esclarecimento melhor dessa fala. É claro que afeta, porque se uma parte [a parte ocupada pela BR duplicada] não vai ser mais regularizada, já afetou. A duplicação pode não extinguir o processo, porque o processo continua na área não afetada pelas desocupações ou desapropriações. Mas se você reduz o tamanho do território a ser titulado, você já afetou²⁵. (reportagem do Jornal Vias de Fato sobre o processo de Duplicação da BR, Acesso em, 15.05.2019).

Quando fica colocado que a parte em vias de duplicada da BR 135 não vai ser mais regularizada, pois o território quilombola a ser titulado foi afetado/impactado, podemos concluir que, a não titulação desses territórios, faz parte do não-dito racista, no qual, segundo Sales JR (2006, p. 236) “o racismo tem em geral, o seu próprio léxico, mas o que há de mais ideológico nele são os interesses de poder a que serve e os efeitos políticos que gera”, assim, quando Sabrina Felipe destaca que *existe uma política de não fazer a regularização* ela nos ajuda a ratificar um racismo institucional presente na implantação de projetos

²⁵ Notícia disponível em: <<https://viasdefato.jor.br/2018/01/12/sem-participacao-quilombolas-perdem-protagonismo/>> Acesso em: 15/05/2019.

desenvolvimentistas no Maranhão, como vem sendo o caso da duplicação da BR 135, e como foi o caso da duplicação da Estrada de Ferro Carajás e muitos outros projetos em curso no país, notamos que:

A titulação quilombola é feita numa área que vai se tornar inalienável [que não pode ser vendida ou cedida], é uma área que vai sair do mercado.... Foi falado claramente que **não tem dinheiro porque existe uma política de não fazer a regularização quilombola**, mas sim a comum, individual, cada um com seu pedaço de terra²⁶ (reportagem de Sabrina Felipe, grifos meus).

Contudo, nesse processo de duplicação que vem sendo feito pelo DNIT segundo Sabrina Felipe nem o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), nem o Centro de Cultura Negra (CCN) ou a Fundação Cultural Palmares (FCP) foram consultados e mesmo com as irregularidades na duplicação, ela está quase pronta, pois iniciaram as obras de uma ponta a outra e deixaram a área das comunidades quilombola por último.

Novamente se vê o racismo mascarado que está sempre presente nestes projetos e serve de alicerce para os grandes empreendimentos, tendo em vista que, quando se vai passar com estes projetos por uma fazenda, uma área particular de um proprietário de terra branco, se faz todos os tramites legais e rapidamente se busca a solução para os problemas, diferente da situação dos territórios negros, que são brutalmente invisibilizados e silenciados, tais empreendimentos usurpam suas terras, expulsam seu povos e faz questão de afirmar que ali não existia ninguém, ou que aquele alguém é invasor, que não são quilombolas, é um racismo estrutural latente.

O empreendimento aqui referido apresenta-se em favor da melhoria dos municípios vizinhos (Anajatuba, Itapecuru-Mirim, Santa Rita e Miranda do Norte), se apresenta como se fosse para beneficiar o povo, mascarando o que de fato está por trás de tudo, que são interesses econômicos de investidores nacionais e estrangeiros. Hoje, o DNIT afirma que é dono de 35m de cada lado da BR 135, a contar da faixa central da via (linha amarela), o que totaliza 70m, para além desse existe mais uma área de proteção que a BR tem que ter de cada lado, que seria de trinta 15m totalizando 30m.

²⁶Notícia disponível em: <<https://viasdefato.jor.br/2018/01/12/sem-participacao-quilombolas-perdem-protagonismo/>> Acesso em: 15/05/2019.



Figura 10 Máquina do DNIT após fazer desmatamento e entupir um Igarapé. Foto: Elias Pires (2017)

A foto acima foi tirada por Elias Pires, um dos quilombolas que impediram às máquinas de continuar desmatando o território. Pois, mesmo sem deixar qualquer aviso com os quilombolas, o que de fato seria o ato legal por parte da empresa, as máquinas entraram no território e foram destruindo tudo.

Em uma ida ao DNIT em São Luís, no dia 06/12/2017, para pegar os documentos referentes a duplicação da BR; eu, Mateus estudante do IFMA Campus Maracanã em São Luís e Cíndia docente da UFMA, ouvimos de um técnico da autarquia, que o DNIT considera os quilombolas como sendo **invasores** de uma faixa de domínio que é da empresa, que é particular, por isso eles falam de desocupação e não desapropriação, pois segundo o pessoal do DNIT “a construção dentro da faixa de domínio é crime”. Dessa maneira, os quilombolas que vivem a tempos nessa área, são considerados invasores desta área, que hoje a empresa reivindica como sua, essa postura do DNIT causa muita indignação nas pessoas, que se sentem lesadas com tamanho absurdo, com isso seu Ilário aponta:

Tenho 74 anos e estive sempre aqui. Isso era um matagal. Aí foi mudando, até quando romperam essa estrada. Vão dizer que somos invasores. Isso é quilombo! E é velho! O DNIT é novo pra nós aqui. Aquele pé de piqui ali, é mais velho do que meu avô. Eles não tiram esse pé de piqui aí não. O tanto de casa que eles querem afastar, você é louco. Eles vão ficar do Pico pra lá e de São Francisco pra lá. (Ilário Pires, entrevista em 11.12.2017)

Desde 2017 quando as lideranças de Santa Rosa dos Pretos tomaram conhecimento dos dados e impactos que a duplicação poderia causar, começaram a semobilizar, fazendo denúncias ao MPF, à DPU e também reuniões e enfrentamento²⁷.

²⁷ Refiro-me aqui sobre um ocorrido no dia quando lideranças do território tiveram que parar a máquina que já estava trabalhando em suas terras sem consultar ninguém.

Em um primeiro momento participaram do “Comitê das Comunidades Ameaçadas pela Duplicação da Rodovia/BR 135”, criado para defender os territórios das ameaças feita pela empresa e buscar uma solução para o impasse, mas, perceberam que as ideias postas por pessoas que se diziam representar o comitê divergiam daquelas das lideranças do território Santa Rosa dos Pretos. Dessa feita, os quilombolas de Santa Rosa, como na maioria das vezes, resolveram caminhar (lutar) enquanto território e não mais como Comitê, o fato de não se sentirem representados por tais pessoas que coordenavam este comitê, foi fundamental para esse desmembramento. O referente comitê é composto pelos territórios quilombolas de Cariongo, Pedreiras e Vila Fé em Deus, ambos em Santa Rita e Oiteiro dos Nogueiras localizado no município de Itapecuru-Mirim.

Até hoje cinco audiências já aconteceram, três ocorreram na Defensoria Pública da União (DPU) e duas no Ministério Público Federal (MPF), como encaminhamentos das mesmas foram deliberados a realização de um estudo aprofundado sobre a situação local dos territórios e sobre os possíveis impactos, tendo em conta que o estudo feito pela empresa expressar uma série de irregularidades.

Cabe dizer que, em uma dessas reuniões que ocorreu no MPF o superintendente do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transporte (DNIT), em sua fala, deixou bem claro que, “o órgão não tem recurso para indenizar ninguém”, com isso, consta na documentação referente à obra, que, se vai fazer uma desocupação da área de domínio do DNIT e não indenização. Fato esse que preocupa ainda mais, os quilombolas que sofrem intensamente os ataques às suas raízes e suas identidades com o espaço onde já construíram um legado, onde foram criados, a pergunta aqui a se fazer é: até quando os corpos negros continuaram sendo objetos descartáveis? Pois o que vemos neste caso é mais um dos que se repetem por todo território nacional, que, onde se pretende levar o “progresso”, as vidas são invisibilizadas e corpos negros são silenciados rotineiramente como forma de garantir o tal desenvolvimento.

Neste momento a obra de duplicação encontrasse suspenso e tem se veiculado notícias em que o Exército tem interesse em continuar a duplicação, por outro lado o próprio exército diz que vai duplicar só o trecho de São Luís a Bacabeira que ainda não está completo, faltando 5% e tem que fazer reparos por conta de problemas neste trecho. Para tirar a suspensão da obra, o DNIT tem que fazer um novo estudo de componente quilombola, para apresentar e fazer a consulta de acordo com a convenção 169 da OIT, entretanto, o DNIT ainda não fez nem apresentou este estudo e não consultou as comunidades que estão no raio de impactos da obra.

O DNIT recente em reunião com o MPF alega que já fez a consulta, então está acontecendo um retrocesso e depois de um ano e meio de discussões, a Secretaria Estadual do Meio Ambiente (SEMA) reconhece que teve vícios no processo, e mesmo assim o DNIT prevalece dizendo que teve consulta, ignorando este ano e meio de denúncias e mobilizações. Contudo, as obras estão suspensas, mais há essa movimentação do DNIT que ignora tais ações que já foram feitas até o momento, e as pessoas do território continuam monitorando o desfecho de tudo isso.

2.2 - O Caso dos linhões e seus impactos



Figura 11 – Libânio Pires - antiga área de roça – os linhões de energia da cohebinha e a fazenda de Dileno dentro de Santa Rosa dos Pretos Foto: Dayanne Santos (2017)

Os linhões de energia começaram a passar dentro do território, na década de 1970, foram instalados dentro do território antes mesmo que as pessoas tivessem acesso a energia elétrica. Assim os quilombolas por muito tempo não usufruíram de um bem que passou dentro de suas terras, à energia. Cabe dizer, que ela só chegou nas casas por meio de um projeto feito pelos próprios quilombolas, em parceria com um deputado estadual chamado Gasparinho, na década de 1980, e teve uma ampliação somente com o programa Luz para Todos, do governo federal, nos anos 2000, onde todos puderam usufruir de tal bem, bem esse que trouxe consequências, o que fez com que os quilombolas perdessem espaços de produção.

Assim, os linhões passaram cedo em nosso território, bem ali aonde a gente colocava roça, só que, eles passaram e nós não tivemos acesso a aquela energia, aqui tudo era alumiado na lamparina, sabe? O descaso dessas coisas é muito grande, todos esses empreendimentos vêm chegando do mesmo jeito, e nós ficamos sempre a mercê dessa situação, sem direito a nada, essa é a verdade. (Anacleta Pires, anotações do caderno de campo, em, 10.09.2019, grifos meus).

Até pouco tempo os linhões não estavam no cerne das questões de Santa Rosa dos Pretos, pois seus impactos permaneciam velados, e eles permaneciam silenciados. Mesmos passando em cima da área usada pelos quilombolas para se fazer as roças. Pois ali onde foi colocado os linhões se tratava de um lugar fértil e de grande produtividade, com muitas áreas denominadas de “baixos”, estas que são, o espaço propício para a plantação do arroz, como nos fala Libânio:

Lembro que ali, naquele lugar, era onde a gente colocava as roças, e ali tinha uns baixos e dava muito arroz, a produção ali era grande, muito grande mesmo, era pouca coisa que a gente fazia e produzia muito, porque ali era um lugar rico e toda aquela extensão de terra nós perdemos, isso é ruim e causa muitos impactos negativos, sabe? (Libânio Pires, entrevista realizada em 06.07.2019).

Além de ser ruim pela perda de suas terras e da área de lavoura, recentemente, os moradores ficaram sabendo dos impactos que os fios podem trazer, a partir da radioatividade, que provoca câncer, mesmo sabendo dos riscos de serem eletrocutados como já havia acontecido anteriormente a morte de uma pessoa, logo no início da passagem da primeira linha da coheb grande, os quilombolas viviam “tranquilamente”, até a descoberta deste novo fato, a ameaça de câncer é o medo constante vivido agora pelos quilombolas que estão preocupados, e isso está gerando muita revolta, em conversa feita na casa de sua mãe Dalva, a senhora Maria Luiza (Pixita) falou que:

Agora a gente tem medo até de passar debaixo porque nós não sabia dos impactos que a gente sofria, agora imagina como que a gente fica sabendo que até câncer isso dá, é um medo tremendo, e o ruim é que nós temos que passar por baixo sabe porquê? Porque pra lá que tá nossa roça, pra lá que tiramos madeira e pra lá que vamos pescar, agora temos que correr o risco. (Maria Luiza, anotações do caderno de Campo, em, 16.11.2018).



Figura 12. Linhões de energia da Eletronorte, que atravessam o território de Santa Rosa dos Pretos Foto: Zica Pires 2018.

Os relatos das passagens de tais empreendimentos, por incrível que pareça, vão se repetindo da mesma forma, só muda os empreendimentos, mas, o discursos e as ações são as mesmas. Contudo, com a entrada destes empreendimentos, o medo e a insegurança, passam a ser algo presente na vida dos Quilombolas de Santa Rosa dos Pretos, pois os empreendimentos trouxeram consigo as marcas de sofrimento e destruição, pois, a partir da entrada dos mesmos o território perdeu parte de sua autonomia financeira e alimentar, momento que Seu Libânio descreve da seguinte maneira:

Antes da passagem dessa estrada e dessa rodovia agente mantinha nossa vida pacata, sabe né? Agente fazia roça e produzia nossa farinha, nosso arroz, agente pescava caçava e era assim, eles falam de um desenvolvimento e de um progresso, eu quero saber como é esse progresso, por que pra mim foi andar para trás, foi mexido na nossa vida, no começo tava sossegado, agora estamos sofrendo os impactos como nunca, estamos sem saber o que fazer e sem saber pra onde ir, esse desenvolvimento trouxe, medo e injustiça (Libânio, entrevista realizada em maio de 2018).

A fala de seu Libânio é uma contra narrativa ao *modo operandi* da sociedade capitalista que se impõe o tempo todo como moderna e melhor. Seu Libânio chama nossa atenção para a dimensão do medo e da injustiça presente na instalação de projetos modernizadores em áreas já povoadas por outras lógicas de envolvimento e de cuidado. Assim, toda vez que um projeto é imposto de cima para baixo em áreas já habitadas, uma violência é exercida, uma força antiga

faz com que o povo negro rememore o tempo do cativo, se anda para traz, e a liberdade é ameaçada novamente, e logo após os linhões veio a ferrovia.

2.3 - Ferrovia Carajás em terras de Santa Rosa



Figura 13. Ferrovia Carajás em vias Duplicada dentro de Santa Rosa dos Pretos Foto: Joércio Pires 2018.

O território de Santa Rosa dos Pretos, mais uma vez é atravessado e dessa vez, pela ferrovia Carajás, que na década de 1980, começou sua implantação em terras de Santa Rosa. Deste modo, com a passagem da ferrovia em 1985, uma dimensão da vida é violada, o sossego (bem viver), a tranquilidade, a harmonia, tudo foi perdido, e as pessoas passaram a viver com a realidade do trem, com o barulho, com a poluição e com o trauma da morte de alguns parentes.

A Vale S.A, era uma empresa estatal que foi privatizada em 1997, pelo governo do então presidente Fernando Henrique Cardoso, hoje ela é uma das maiores empresas de mineração do mundo, e é responsável pela concessão da Estrada de Ferro Carajás que foi inaugurada em 1985, sobre a mesma, analisa Coelho, (2013):

A Estrada de Ferro de Carajás (EFC) tinha em seu projeto inicial uma extensão de 892 quilômetros, transportando 35 milhões de toneladas anuais. Hoje em dia, o trem da EFC é composto por 334 vagões e a estrada tem 3,5 quilômetros de extensão. A estrada de ferro foi oficialmente inaugurada em 1985, carregando minerais da Serra dos Carajás para o Porto Ponta da Madeira, em São Luís. (COELHO, 2013, P. 21).

De acordo com informações da rede Justiça nos Trilhos e também de moradores dos Quilombos os problemas com a empresa já começaram logo na sua implantação e com o passar do tempo só aumentaram:

Os problemas com a empresa Vale S. A. tiveram início a partir da construção e funcionamento da ferrovia que atravessa o território quilombola. Porém, até então, esses problemas apresentaram-se de forma velada, ganhando contornos mais explícitos a partir do momento em que a empresa interpôs recurso administrativo contestando o processo de regularização fundiária do território quilombola, quando da publicação do Relatório Técnico de Identificação e Delimitação (RTID), em outubro de 2008. Isso criou um embaraço ao andamento do processo, instaurado em 2005. O laudo antropológico já apresentava denúncias dos quilombolas sobre os impactos da Estrada de Ferro Carajás no território. (Fonte: site da Rede Justiça nos Trilhos, retirado em, 10. 03.19)

A Estrada de Ferro Carajás foi e continua sendo um dos maiores empreendimentos que impactam diretamente sobre a vida dos territórios, são muitas as reclamações dos quilombolas contra as ações da empresa, que desde sua implantação nos territórios, nunca abriu um diálogo com os quilombolas como nos conta Anacleto:

Isso na época a gente já tentava conversar com a Vale, só que assim, a Vale, ela foi muito complicada, eles não conseguiram, se hoje não é, já no... vamos dizer assim em 2012 ou 2011 que tivemos o primeiro contato com a Vale, um dos primeiros contatos para estar intermediando desde 2005, com a presença do Ministério Público Federal, só agora em 2011 que a Vale se abriu mais um pouco. Passou de 2005 até 2011 o pior dragão da vida, então foi muito tempo, não é? ... de 2005 até 2011 somando dá seis anos pra se ter alguma coisa. Agora com presença do Ministério Público Federal foi difícil ...imagina com nós...há trinta anos atrás... como não era? Aí mesmo que eles não ouviam,então parece que foi pior na época ... eles se instalaram dentro da comunidade, fizeram mesmo foi invadir, colocaram esses trilhos aí (Da.Anacleto, entrevista realizada em 2015).

A estratégia usada pela empresa do não conversar, perpassa pela política do silenciamento dos corpos negros que segundo, José Carlos Gomes dos Anjos²⁸, em entrevista concedida para Brustolin, Santos e Sant’ana Júnior (2018), destaca “como padrões de relações sociais moldados ainda na colonialidade permitem determinadas ações” por parte de empresas e estado, ele destaca que:

Com que já exista um certo padrão de relação com o território e o corpo negro que é uma relação que pressupõe que os corpos podem ser a qualquer momento objetos de violência, que são corpos que estão dispostos para um exercício arbitrário, como se fossem meros prolongamento da natureza a ser explorada pelo homem branco e pelos padrões civilizatórios brancos, então é por isso que as pessoas e as instituições se organizam estrategicamente para invadir esses espaços que são espaços ocupados por

²⁸ Antropólogo, professor da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRJ) e pesquisador sobre relações interétnicas e desigualdade social, que pesquisa também dentro de Santa Rosa dos Pretos.

corpos negros, territorializados por corpos negros, por vidas negras. (José Carlos Gomes dos Anjos, entrevista em 12.05.2018).

Estas formas de violência são usadas pelos diferentes empreendimentos, e o conflito se acirrou ainda mais, quando houve uma interposição de recurso administrativo pela Vale S.A com relação ao RTID da comunidade de Santa Rosa dos Pretos, no ano de 2009, o que fez com que o processo de titulação ficasse por três anos sem qualquer movimentação e sem que a comunidade fosse informada o porquê da demora. Neste episódio, a empresa chegou até mesmo a alegar que os moradores não eram quilombolas e que não tinham qualquer direito sobre o lugar.

Tal ação gerou revolta dos quilombolas que junto ao MPF e a DPU, entraram com ação contra a empresa, logo que descobriram o ocorrido, esse episódio é descrito por Brustolin, Santos e Sant'ana Júnior (2018), da seguinte maneira:

Em 2009, o escritório Sávio Dino, representante legal da mineradora, apresentou contestação ao processo administrativo de Santa Rosa, no que se refere ao território delimitado pelo INCRA. A principal alegação foi a de que a exclusão de 7,163 ha do território referentes a estrada de ferro não seria suficiente para o pleno funcionamento da Estrada de Ferro Carajás, pois a mesma estaria iniciando o projeto de expansão das linhas férreas: “a área excluída não é suficiente para salvaguardar o correto funcionamento da Estrada de Ferro Carajás, no pequeno trecho da interseção com a comunidade Santa Rosa, tal como delimitado pelo INCRA -MA, vez que, inadvertidamente, deixou de considerar o processo em andamento de ampliação, duplicação, melhorias da referida linha férrea. (Contestação – Processo INCRA 54230.001364/2009-79; p. 10)”.

Quando tratamos estes grandes projetos de desenvolvimento que expropriam terras e matam formas de vida, vale sublinhar que:

A disputa por território deve ser vista como um processo em continuo movimento, cuja resultante é produto da correlação de forças que se efetiva entre as partes envolvidas, e, portanto, reflete o confronto instantâneo daquele momento, e, como tal, ele é instável, na medida em que, no momento seguinte, essa correlação de forças pode ser outra, resultando, assim, em um novo perfil para cada um dos envolvidos no ambiente em disputa (MESQUITA, 2011, p. 64).

Neste contexto de disputa, os territórios negros historicamente, sofrem os impactos de tal política, mas, (re)existem bravamente, ao descaso com que são tratados, e assim resistem as inúmeras tentativas de genocídio que estão sujeitos periodicamente, muitas das vezes levando o próprio corpo como arma de luta.

Aparecem nas falas de algumas lideranças, as dificuldades que hoje enfrentam, devido aos impactos causados pela EFC, como temos em exemplos: os entupimentos de Igarapés, que eram fonte de alimentação de toda a comunidade; morte nas ferrovias; interrupção das

passagens de moradores. Muitas vezes ocorreu que o trem ficou parado por horas e as vezes até por dias, fazendo com que alunos perdessem aulas, pessoas que precisassem ir com urgências para o hospital e acabaram indo a óbito. Além, de rachaduras de imóveis, devido a trepidação do solo em virtude da passagem do trem; poluição sonora e do ar (devido ao transporte e processamento do minério).

Importante ressaltar que para além do que se “vê” a ferrovia interfere no modo de vida das comunidades tradicionais e dos povos que estão às margens do corredor, nas suas relações com o território e entre as pessoas. A ferrovia torna-se uma barreira concreta, que acaba distanciando às comunidades de suas formas de vida, impedindo de certo modo sua cultura, seu acesso às outras comunidades, como afirma o senhor Ezequiel da comunidade Retiro São João da Mata:

A gente ia pra outras comunidades e as outras comunidades vinham pra nossa, aí nós dançava tambor, brincava o coco, o bumba boi, e estávamos sempre juntos, com essa passagem a gente se separou, e a cultura enfraqueceu, hoje aqui quase não tem mais o tambor, as pessoas deixaram de brincar de se envolver isso foi ruim pra gente. (entrevista de campo, em 16 de agosto de 2017).

O estar juntos, dialogar com os companheiros, o ir e vir, são elementos fundamentais para as dimensões do ser “comunidade”, das relações interculturais e das territorialidades presentes nestes territórios, entre seus sujeitos, dimensões essas, que, são perdidas a partir do processo de implantação destes empreendimentos, como enfatizado acima pelo senhor Ezequiel, a cultura enfraquece as brincadeiras vão se acabando, pois, os empreendimentos são barreiras físicas que se sobrepõem aos modos, “tradições” e “costumes”, destes sujeitos.

Ainda com relação ao modo de vida das comunidades, os moradores têm os igarapés como um dos seus lugares sagrados, espaço que serve para a busca de alimentação (pescado), da água, (lavar, beber), e até na religião, onde temos relato de mães de Santo, que falam do medo de ocorrer mudanças na mina, por conta do assoreamento dos mesmos. Nesse sentido, Silva, Brustolin, Santos (2017), apontam sobre os prejuízos que esses empreendimentos geram dentro dos respectivos territórios :

A chegada de grandes empreendimentos dentro do território quilombola causa sérios prejuízos para a manutenção da mina na comunidade, pois atualmente os igarapés estão secando e a mata vem sendo suprimida em prol do desenvolvimento econômico para o Estado do Maranhão e conseqüentemente do Brasil”. (Silva, Brustolin e Santos, 2017, p. 08).

Entendendo o quão é perverso este sistema que vem sendo colocado nos territórios e essa perspectiva de desenvolvimento adotado pelo Estado, é que discutimos criticamente sobre tal noção, para tanto, referenciamos (SILVA b, 2017), que em seu trabalho monográfico

intitulado “**A riqueza e a pobreza ao longo do corredor Carajás: os impactos dos projetos de mineração nos territórios quilombola Santa Rosa dos Pretos e *Monge Belo*, no qual justamente fez a crítica sobre essa noção de desenvolvimento:**

Aqui faz-se necessário uma reflexão, sobre os territórios quilombolas de Santa Rosa dos Pretos e Monge-Belo e sobre a visão, que estes entendem como um verdadeiro desenvolvimento, ou seja, o envolvimento que estes acreditam ser, não só um progresso mais também, uma evolução do homem.

O que não permite ao homem, perceber, o grande valor que a terra tem, é o *desenvolvimento*, ambição na forma de expansão mineral, onde os ganhos ficam concentrados nas mãos das empresas e os danos são distribuídos aos que vivem nos territórios.

Frente a isto, os territórios quilombolas de Santa Rosa dos Pretos e Monge-Belo são contra essa ou qualquer outra forma de des-envolvimento, porém não repudiam por inteiro o desenvolvimento, estes têm em vista que do desenvolvimento é aproveitável o envolvimento, acreditando que, o desenvolvimento, só é possível quando existe o envolvimento entre os seres.

Os territórios quilombolas de Santa Rosa dos Pretos e Monge-Belo, se constituíram assim, tendo como base o envolvimento, entre si. (SILVAb, 2017, p. 49 e 50).

Para a autora o que se vive nos territórios é o envolvimento e quando se coloca, o desenvolvimento, se coloca uma barreira concreta naquilo que tais agentes vivem, os processos simbólicos de trocas e reciprocidade, o comer juntos o queimado do arroz que nos fala Libânio, o ir e vir ao qual fala seu Ezequiel. Contudo entende-se que desenvolvimento é simplesmente o ato de se tirar o envolvimento presente dentro dos territórios entre as pessoas que ali vivem e se relacionam é mudar os formas de uso e trocas presentes no cotidiano dessas pessoas.

CAPITULO 3. O tambor como herança dos pretos: O tambor é “o alimento da alma”, “algo que sustenta o ser”, pois “até quem tá doente quando escuta o som do tambor, se levanta e vai brincar”.



Figura 14 tambor tocado em cima dos trilhos em ocupação de 2014 foto: arquivo de Santa Rosa (2014)

Muito além de dança, religião, e cultura negra, o Tambor de Crioula genuinamente maranhense é feito nos quilombos como uma forma de afirmação de sua ancestralidade, de sua resistência e, sobretudo de seus valores e anseios, é onde os quilombolas expressam seus sentimentos, constroem e reconstróem seus vínculos familiares e comunitários em defesa de direitos e do fortalecimento das suas potencialidades.

O tambor de Crioula é descrito pelos quilombolas como: “o alimento da alma”, “algo que sustenta o ser”, pois “até quem tá doente quando escuta o som do tambor, se levanta e vai brincar”. A partir da fala dos interlocutores entendemos o Tambor como instrumento de fortalecimento, de luta, e, como destaca Dona Dalva, de comunicação:

O tambor ele mexe com nós.O tambor é uma comunicação, que nós se comunica, por exemplo, se nós estamos aqui na Santa Rosa e nós vamos para Filipa, então o povo da Filipa vem para cá, para Santa Rosa, é uma comunicação que nós temos.Se comunicando com outras pessoas chamando na roda, vamos dançar. Punga na mulher, trás para roda e dali em diante a gente fica unido, nós somos unidos por essa forma do tambor, porque o tambor de crioula é uma coisa de nós pretos.Aí disso nasce uma comunicação nossa, porque quando nós dançamos e pungamos, nós estamos chamando outra mulher para roda, certo? E só quem sabe o valor do tambor somos nós quilombolas,por isso que vale para nós muita coisa, é uma comunicação, o tambor é a comunicação.Por exemplo, eu toco tambor lá do outro lado, lá na porta da igreja,

mas eu estou com cinco dias que eu não vejo Dinar, quando eu vejo ela eu danço, eu vou lá, e a união agarra” (entrevista concedida em 08.07.2019, grifos meus)



Figura: tambor de crioula as armas da luta

Figura 15 Tambor de Crioula RTID de Santa Rosa dos Pretos 2007



Figura 16 Coreiros e Coreiras do tambor de crioula em apresentação Foto: RTID de Santa Rosa dos Pretos 2007

Notasse assim que para nós, quilombolas, o Tambor de Crioula vai para além daquilo que está escrito na grande maioria dos trabalhos sobre Tambor de Crioula. Esses trabalhos, em tese descrevem o Tambor como uma forma de folclore, de dança de divertimento (brincadeira) e de apresentação, como podemos ver abaixo em notas feita pelo IPHAN:

O tambor de crioula ou, simplesmente, o tambor é uma forma de expressão afro-brasileira que envolve música e dança de roda. Sua musicalidade é baseada na percussão de três tambores acompanhada pela percussão de matracas, num ritmo forte e envolvente que acelera o coração e toma conta do corpo e da alma dos brincantes. Brincantes porque, no Maranhão, essa e outras formas de expressão e celebração **são designadas como brincadeiras**, mesmo que tenham forte conotação religiosa, como, aliás, é muito próprio dos festejos de matriz africana no Maranhão. (IPHAN.2006, p. 19 grifos meus).

Destacamos que, para além do que está escrito nos livros como mera expressão de cultura e folclore, na perspectiva dos quilombolas o Tambor é a interligação da ancestralidade e da territorialidade; ele é “comunicação e vida, é uma arma de luta e de proteção territorial”, como descreve para nós o senhor José da Conceição, liderança do Quilombo Jussara no território Quilombola de Monge Belo:

E sobre os tambores, na nossa concepção é a nossa resistência de luta, de vida, porque pra nós a cultura também é vida, isso faz parte do nosso cotidiano, é a nossa cultura, nós vive disso, além de vivermos da terra, nós vive da nossa cultura, porque, ela que nos traz força ela que nos traz ânimo, e faz por onde a gente não desistir, e a gente não

vai desistir, vai continuar nessa luta todo tempo, enquanto vida tiver e negarem os nossos direitos a gente vai cobrar (Entrevista com José da Conceição Silva (José da Jussara entrevista concedida em .12.05.19eus).

Assim podemos ter uma ideia daquilo que o Tambor representa para os quilombolas e vale destacar, o tambor como forma de comunicação, pois, Dona Dalva nos fala de sua importância para construção dos laços de união comunitária:

O tambor é uma comunicação, eu de criança fui escutando o tambor de Crioula, eu não morava aqui mais, mamãe ia cantando pra nós... a primeira vez que vi foi o pessoal daqui eu ainda não tinha 20 anos, eles estavam pagando uma promessa de Juvêncio, eu sai escondida com a saia de mamãe, uma saia rosa; quando mamãe chegou, eu já tava dançando. O tambor pra nós negros é uma ansiedade pra nós dançar é uma comunicação, a punção é uma comunicação, nós temos isso na alma e no sangue (Tia Dalva, entrevista concedida, em setembro, 2016).

A comunicação presente no tambor de crioula, nas músicas, nas rimas e nos versos, permite um diálogo entre os quilombolas. Diálogo este, que ocorre através de códigos, letras e sinais que são compreendidos apenas pelos sujeitos que vivem tal realidade, é a forma deles falarem entre si, sem serem percebidos, reprimidos e sem serem compreendidos, como aponta Anacleto:

O tambor ele é uma comunicação pelas músicas se diz oh! A gente não poderia usar muito dessa oralidade que o cara compreendia né? Mais as vezes na música ele não compreende o que a gente tá se comunicando. Ali na caixa, ali no tambor, em nosso boi, tudo isso a gente tá se conversando, através da música tá conversando, tem que diz assim, *“oh abelha não deixa milho, penduar. Aeê abelha não deixa milho penduar”* bis. Eu não podia dizer que abelha não deixa milho penduar, então eu cantava [...] então a gente tá se comunicando através da música é uma doidiça, tem uma que diz assim oh! *“Aeeeeê boi comeu, roçei na mata boi comeu”*, isso doi demais na gente cadê a mata agora. [...] tem uma música que Henzo cantou com 4 anos, que diz assim, *“eu só vou de manhã, eu só vou de manhã, tambor grande tá dizendo eu só vou de manhã”*. Então nós no tambor, a gente quando diz, eu vou para o tambor, tu pode até não dançar, mais tu só vem quando termina aquele tambor você não vem antes. (Anacleto Pires, anotação do caderno de campo em 18/05/2019).

Nesse sentido, discutimos expressões de luta que permitem pensar em processos políticos de enfrentamento frente às expropriações de terra a partir do fortalecimento dos valores que permitem vínculos, relações e busca de caminhos para a reconstrução contínua da conquista de autonomia e da segurança territorial que o testamento, por si só, nunca garantiu.

O tambor aparece dessa forma, como elemento central de análise, portanto, por ter se mostrado um dos principais elementos de enfrentamento aos desmontes e às mazelas impostas diariamente aos quilombolas. Mas, como se construiu esse processo na comunidade? É o que procuramos abordar nesse capítulo, através do registro de uma manifestação acontecida no quilombo Santa Rosa dos Pretos, no dia 17 de maio de 2016, através dos relatos dos moradores,

de pesquisa bibliográfica sobre a origem do tambor de crioula e, sobretudo, através de análise das músicas cantadas pelos quilombolas em determinadas ocasiões.

3.1 - Santa Rosa dos Pretos dia 17 de maio de 2016

Resolvemos falar deste dia 17 de maio de 2016, sabendo que, este não era um dia qualquer, neste dia, o coração do Brasil pulsava de maneira diferente. Foi um dia que mais tarde se fechou como um sombrio momento para a democracia do país. Em muitas cidades do Brasil foram feitas centenas de manifestações, tanto por apoiadores contra e a favor do processo de impeachment da então presidenta do Brasil Dilma Rousseff.

Lembro-me que em Santa Rosa não foi diferente. O dia amanheceu ensolarado, com poucas nuvens, e certa tensão no ar. Naquele dia muitos de nós (moradores de Santa Rosa) acordamos bem antes do comum, entre as 04hrs e 05hrs da manhã. O fluxo de pessoas era intenso e fora do comum para aquele horário. As pessoas que ali circulavam eram apoiadores da permanência da então presidenta Dilma, e contra a abertura do processo de impedimento pela Câmara dos Deputados. Frente a isso, nós quilombolas de Santa Rosa, decidimos manifestar nossa opinião, a favor da democracia e do respeito ao nosso voto.

A manifestação teve início às 5:20hrs da manhã. Ali encontravam-se diferentes pessoas manifestando seu apoio, com cartazes, bandeiras e gritos de rebeldia, tudo acontecia em cima da BR 135 que dá acesso à São Luís Capital do Maranhão. Essa manifestação foi um ato organizado em parceria com os sindicatos, movimentos sociais e quilombolas, e tinha como objetivo, chamar atenção das autoridades sobre aquilo que viria a acontecer. A manifestação era pró Governo em defesa, da então presidenta, por isso, durante todo o dia foram feitas muitas falas em favor da democracia, do respeito ao voto e também à presidenta. A manifestação permaneceu pacífica durante a maior parte do tempo. Ali as pessoas prosavam, cantavam, se manifestavam, preservando o respeito e a integridade física.

As crianças brincavam no meio da estrada jogando futebol, tacobol, cola e descola. Corriam ali sentindo a liberdade do poder ir e vim sem ter o medo da passagem dos carros, sem o medo de atropelamentos. Naquele momento eles se sentiam livres e, ora ou outra, encostavam para próximo do espaço onde estava fechada a BR, para entenderem o que estava acontecendo e marcarem presença no ato. Ali as mulheres que são a força da resistência, seguravam cartazes, panfletos e cantavam palavras de ordem. Elas cantavam e mostravam solidariedade à presidenta que era uma mulher e naquele momento sofria forte investida do sistema constituído com base

no Patriarcado. Os homens também marcavam presença no local e ali acompanhavam tudo, com cartazes, faixas e ora ou outra, cantando músicas de ordem que expressavam seus sentimentos, entendendo o desrespeito deferido ao seu voto.



Figura 17 e 18. Manifestação na BR 135 no dia 17 de maio de 2016, ato contra o processo de impeachment da presidenta Dilma Rousseff
Foto: arquivo Fotográfico de Santa Rosa dos Pretos (2016)

Durante a maior parte do dia tudo permanecia “tranquilo”, até o momento da chegada do batalhão de choque da Polícia Rodoviária Federal (PRF) por volta das 13hrs. No início ainda houve tentativas de conversas entre as manifestantes e a polícia e ali ficaram acertados alguns detalhes sobre o término da manifestação, que estava previsto para as 16hrs da tarde. No entanto, antes do horário combinado entre a polícia e os manifestantes, o batalhão de choque resolveu intervir e deu-se início aos “enfrentamentos”, que os quilombolas entenderam como um ato de autoritarismo e desrespeito. Como descreve Anacleto:

A gente já tinha combinado tudo certinho, fizemos nossa manifestação e ia parar no horário combinado, não tinha necessidade de ter sido feito aquilo, por que nós temos nossos direitos, e se manifestar é nosso direito, isso causa indignação na gente, sabe porquê? Porque a gente faz tudo certo para não machucar ninguém e somos tratados como não sei nem o quê, eles jogaram bombas e atiraram na gente, eu fiquei ali e até hoje ainda sofro com as lembranças daquele dia o sofrimento impregnou na alma. (Anacleto Pires, anotação do caderno de Campo em, 20/03/2019).

Nessa ocasião os quilombolas foram atacados pelos policiais, que jogaram contra eles bombas de efeito moral, gás de pimenta e gás lacrimogênio, deixando-os em uma situação de perigo, pois ali se encontravam crianças e idosos. Contudo, a correria foi grande, muitos quilombolas estavam reclamando do efeito das bombas em seus olhos, a indignação foi muito forte.



Figura 19. Crianças se protegendo das bombas de Gás lacrimogênio Foto: Arquivo fotográfico de Santa Rosa dos Pretos 2016.

Figura

20. Tropa de Choque da PRF lançando bombas nos manifestantes Foto Arquivo fotográfico de Santa Rosa dos Pretos 2016.

Apesar de todos ali estarem em enfrentamento, faz-se necessário destacar o papel das mulheres neste momento, abrindo parêntese aqui para falar de quatro em especial, Anacleta, Josiane, Maria Luiza e Ivonete. Elas foram as únicas pessoas a permanecerem na BR após as bombas serem jogadas, não posso aqui dizer por qual motivo, mas, vejo como relevante destacar essa centralidade delas neste momento, e sobretudo destacar o papel da mulher na luta de Santa Rosa dos Pretos, pois como elas mesmas afirmam, elas são as que fazem a resistência e os homens só acompanham, e dentro do tambor não é diferente, elas assumem papel de centralidade na roda, mesmo apesar de todo processo de exclusão que existia no começo desta atividade.

Logo que as bombas explodiram, os quilombolas acenderam os fogos e aqueceram suas armas: o Tambor de Crioula.

Naquele momento, o Tambor de Crioula tocado, aconteceu de uma forma tão potente que não há elementos, que possam explicar tamanha energia e tanta intensidade, as batidas, os versos, as toadas, o rodopiar das coreiras, cada detalhe foi único. Ali estava expresso em cada rosto de quilombola o sentimento de revolta, com um misto de liberdade, liberdade de poder falar o que sentia, sem ser silenciado pela polícia. E a toada que foi cantada naquele momento expressava tudo aquilo, que os quilombolas sentiam:

*Queimei canavial,
Queimei canavial,
No romper da madrugada
Eu queimei canavial”.*

A letra dessa toada, trazia consigo a lembrança de um passado de dor, onde mesmo assim, os negros se rebelavam contra o sistema vigente da época, quando em plena madrugada eles tacavam fogo nos canaviais dos senhores, como um ato de insurgência e rebeldia.

E aquele tambor tocado em meios as bombas da polícia, trazia em si, um ato de insurgência, as potencias nas batidas dos tambores fizeram com que muitos ali presentes viessem às lágrimas, e no clímax de tal evento, novamente as armas usadas pelos quilombolas – o Tambor de Crioula - evitou aquilo que poderia se transformar em algo muito mais perigoso.

Outra música tocada ali naquele momento foi:

Aeê assim

Tambor de Quilombola

é assim.

Falar que tambor de quilombola é assim, é mostrar a força presente nas “coisas de preto”, nas festas, nas brincadeiras e, sobretudo na luta, é dizer que basta de descaso e que é momento de se pensar um novo, um novo que dialogue com todas as partes, um novo que seja igual sem distinções raças, classes ou credos e que os modos de vivência de cada um sejam respeitados, dentro de seus meios de vida.



Figura 21 e 22. Manifestantes na BR 135 protestando contra a votação do impeachment e Elias carregando um tambor para ser tocado naquele ato. Foto: Arquivo Santa Rosa dos Pretos (2016)

Trago lembranças deste dia para compreendemos o papel fundamental do Tambor naquele momento de enfrentamento direto entre o choque da PRF e os quilombolas de Santa Rosa.



Figura 23. Tambores sendo esquentados Foto: Joércio Pires (2015)



Figura 24 e 25 Homens da Policia Federal em estado de vigilância circula entre os manifestantes. 2016.

Um combate desigual, onde por um lado se tinha bombas munições e armas letais, e por outro se tinha os tambores, o sentimento de revolta e como descreve Elias Belfort: apenas o “som do Tambor”, este que evidencia dimensões outras que fazem com que os quilombolas permaneçam de pé e lutando, e sobretudo, acreditando na força dos espíritos e de suas ancestralidades. Contudo Elias aponta que, *“o som do tambor diz que a gente vai vencer, diz que somos fortes, diz que estamos organizados né, o som do tambor diz que Deus está com a gente é que os Orixás estão com a gente”*.

Cabe aqui um questionamento, será que através desse Som do tambor que os moradores de Santa Rosa se organizam? Como resposta, para tal questionamento, posso afirmar que não, não é a partir do som que eles se organizam, mas, é o som que os orienta para as decisões que pretendem tomar. Nesse sentido Elias reflete sobre a importância do som dos tambores e da escuta que eles fazem:

Quando a gente escuta o som dele assim de uns 50 metros assim de 100 braças né um quilômetro né de distância, quando você escuta o som do tambor você ver assim o que

que ele tá dizendo, você que conhece, você fica logo animado pra ir lá pra pular também pra dançar, porque o tambor ele chama é o tambor chama a gente, então na nossa luta mesmo é eu creio que por isso que a gente permanece forte na Santa Rosa e no nosso município, forte mesmo na luta, porque por causa do som desse tambor, é por causa do som dos tambores, né? **E esse tambor de crioula nosso ele nos dá muita resistência muita força o suor que a gente derrama é só da energia que a gente recarrega o corpo.** (Elias Pires, entrevista concedida em 24.09.2019, grifos meus).

É nesse momento de embate e enfrentamento que o Tambor aparece como elemento central de luta dos quilombolas, pois o “simples” ato de tocar o tambor, trás outro desfecho para aquilo que podia se transformar em uma tragédia, tendo em vista a indignação e toda falta de respeito sofrido pelos quilombolas.



Figura 26. Roda de tambor ao lado da ferrovia Carajás em ocupação de 2014 foto: Marcelo Cruz

Nesse sentido, em meu trabalho monográfico de conclusão do curso de Pedagogia da Terra, pela UFMA, no ano de 2017, onde me debrucei sobre o tambor de luta e sobre a centralidade que ele assume, examinava que:

O Tambor de Crioula é fortaleza que se ergue permanentemente na consolidação de espaços de autonomia. É música, é dança, é brincadeira, é pagamento de promessa, é comunicação, é luta. Jóia lapidada em processos de resistência e de luta que se forjaram durante os fluxos de irmandades no sistema escravista faz parte dos baús de “riquezas de Santa Rosa”. Como diz Seu Libânio, “a gente tem história, a gente tem a cultura, não desprezou, não largou ... morreram, apanharam, mas não largaram. Essa é a riqueza de Santa Rosa, porque também, se não fosse ela, com certeza, não estávamos aqui”²⁹. (SILVA a, 2017, p. 42).

Quando Libânio destaca “*se não fosse ela, com certeza, não estávamos aqui*”, ele aponta a importância de suas culturas e do tambor de crioula para a vida e resistência dos

²⁹ Documentário Guardiões de Santa Rosa ver no Youtube.

quilombolas de Santa Rosa dos Pretos que sofrem diariamente com o descaso e com a negação de direitos, e ele (o tambor) aparece como elemento de força e de luta:

Companheiro se não fosse o tambor já teria acontecido morte com certeza, teve dia de chega camburões topados de polícia com mais de cinco camburões, com os policias todos armados com pistolas e tudo mais, quando eles viram, nós estávamos tocando tambor, cantando, dançando quem entende as cantigas sabe o que nós estamos dizendo, nos versos nas rimas; mais acontece companheiro que esse toque desestressa, deixa a gente relaxado, nos tira nossa raiva tocando no tambor ai nós xinga policia e eles não sabem, e eles veem a brincadeira e não fazem nada, porque a gente não tá bagunçando, não tá quebrando nada, essa é nossa principal arma: a força de Deus e de São Benedito e o nosso tambor (Libânio Pires, entrevista concedida, janeiro, 2017).

Nessa trajetória entendo que o Tambor de Crioula se constituiu em possibilidade de enfrentamento, que foge da lógica posta e pensada para os quilombolas pelas autoridades (polícia). Ele permite que os quilombolas falem diante dos camburões, do sistema opressor e das injustiças sociais, sem se colocarem na condição de alvo das armas de fogo. Não se trata do enfrentamento esperado pelas autoridades. Trata-se do enfrentamento não decifrado enquanto tal pela autoridade. Sem o tambor, com certeza, como diz Libânio, *“já teria acontecido até morte nas manifestações dentro do território”* e isso para ele faz parte do respeito:

Eu sou uma pessoa assim que mesmo com meu conhecimento, eu gostaria de fazer as nossas brincadeiras assim com respeito, com respeito, porque tem muitos lugares que fazem uma coisa dessa e taca fogo nas coisas, eu sou uma pessoa que é contra isso, fui e ainda sou contra isso, é temos que fazer os nossos enfrentamentos as nossas coisas, mais com respeito, por ai, por que quem faz com respeito tem respeito. (Libânio Pires, entrevista concedida em 06.07.2019, grifos meus).

É relevante destacar que os tambores nesse processo de enfrentamento aparecem como um meio de estratégia para se lutar. Na lógica, ao invés dos quilombolas levarem armas de fogo, letais ou cortantes contra o corpo humano e a vida, e que possivelmente agravariam os conflitos tornando-o perigoso, os quilombolas tocam os tambores como armas letais contra a desumanização do ser humano, contra o desrespeito às suas formas de vida, à terra e a expropriação dos povos.

O ato de tocar o tambor de crioula, objetiva atingir diretamente a subjetividade das pessoas, rumando para um desfecho do conflito que não agrave as situações e evite o embate direto entre as partes.



Figura 27. Foto dos tambores de Crioula, instrumento de luta usado pelos quilombolas de Santa Rosa dos Pretos. Foto: Joécio Pires (2017)

O Tambor é arma poderosa e toma centralidade nos processos de afirmação identitária e territorial dos quilombolas de Santa Rosa dos Pretos. Presente em protestos, ocupações, fechamentos de BR e ferrovias, e enfrentamento direto às autoridades policiais, o Tambor é uma forma potente dos quilombolas falarem sobre seus problemas, expressarem seus sentimentos, para buscarem soluções.

O Tambor que aconteceu durante a ocupação da BR 135 “do DNIT”, em 2016 por quilombolas e pessoas dos movimentos sociais do Maranhão, serviu para mostrar a força que ali se apresentava nas batidas, nos versos e nas cantigas, aquele foi um momento impar onde os quilombolas expressavam sua revolta, e Elias nos conta que naquele momento o tambor falou:

Naquele momento, o tambor falou pra nós tudo sobre esse descaso, que era um golpe ao Estado brasileiro, no povo, na nação do Brasil, nas nossas políticas públicas, aquele tambor chorou, como muitos choraram e como muitos estão chorando, a falta das políticas públicas a falta de atenção no estado brasileiro, a falta da humanidade, porque tá desumano demais, as coisas que estão acontecendo. Então, aquele tambor de crioula ele já mostrava para nós tudo isso, a gente via ali na hora daquelas bombas, na hora daquelas coisas tudo que está acontecendo hoje, e que outras coisas, mas coisas virão né? Mas, que o som dele também nos fortaleceu para a gente permanecer organizado. (Elias Pires entrevista concedida em 24.09.2019).

E sobre a importância do tambor para aquele momento, para a vida das pessoas para a luta daquelas pessoas, para um futuro melhor Elias descreve que:

Então tudo aquilo, aquela ação daquela hora de bomba, daquela hora, de coisa ali, nos mostrou né? Mas, mostrou para nós que não acabou, que a luta não acabou, que o mundo não acabou, né? Que a esperança não terminou né? Então a gente vai permanecer firme na Santa Rosa e aguardar, que Deus é o maior, ele vai dá os caminhos vai guiar os caminhos pra gente, mas, aquele tambor de crioula ali, já nos mostrou, e sempre a gente se fortalece com ele, graças a Deus que a gente tocamos

ele ali, pra animar para desaparecer viu? Aquelas bombas, aqueles tiros, aquilo lá, os spray de pimenta, aquela coisa tudo na vista das pessoas da gente. Então o som do tambor, a festa que nós fizemos lá ela tirou. Tudo aquilo desapareceu no toque do tambor, na dança do tambor; pronto dali nós desaparecemos como se nada tivesse acontecido, nós não ficamos com aquele sombroso com aquela coisa, porque o som do tambor ele mandou tudo para longe, então eu me espelho nisso, aí é o que me deixou assim, é na minha memória que o tambor nos fortaleceu naquele momento, porque se a gente não toca ele se a gente não dança, a gente ia ficar com aquela imagem só dos tiros das bombas né, do massacre, não... graças a Deus não, a gente se reanimamos e recarregamos as energias com o som do nosso tambor naquele dia, então eu penso desse jeito assim, aquele tambor deixou essa imagem pra mim como tambozeiro. . (Elias Pires entrevista concedida em 24.09.2019).

Em entrevista e rememorando esse dia, perguntado se lembrava de tal ato, e o que foi aquele ato, para que serviu? José da Conceição nos conta que:

Eu lembro sim, mais uma vez a gente estava aqui, a gente sente tudo isso, por um lado a gente tava fazendo o bem pra gente e por outro lado eu sei que estava prejudicando outras pessoas, fazendo com que a comida não chegasse rápido até eles, mais a gente só queria que aquele povo entendesse o por causa de quer que a gente tava fazendo aquilo, era reivindicar os nossos direitos que eles continuam negando os nossos direitos, e por isso a gente foi atingido por bomba, muitas pessoas ainda chegaram até a adoecer por causa disso. (José da Conceição, entrevista concedida em 12.05.2019).

O entender o outro talvez não seja algo de fácil entendimento, mais mesmo assim uma forma de se fazer ser ouvido é se manifestar e isso é a forma com que, nós quilombolas expressamos nossa voz, e o elemento do tambor é a nossa comunicação é como fazemos para sermos ouvidos é uma de nossas formas de fala.

3.2 - Eu sou vou de manhã, tambor grande tá dizendo, eu sou vou de manhã

O Tambor de Crioula desde sua origem sempre foi um elemento de insurgência do povo negro, pois, em seus primórdios os tambores eram silenciados por uma forte repressão das autoridades policiais, (FERRETTI, 2009), diz que “*na sociedade maranhense, prevalecia o preconceito. Jornais locais registravam inúmeras reclamações contra os divertimentos de negros*”, e os registros que se tinham sobre estas atividades eram apenas nas páginas policiais, era a forma encontrada pela “elite” para dá fim e acabar com as formas de resistência negra da época. Pois, os negros não tinham vez nem voz, e eram tidos como inferiores, seguro numa visão racista e classista que por centenas de anos sustentou o regime escravocrata, onde prevalecia o preconceito e o racismo. Assim, o Tambor de Crioula por um longo tempo foi proibido pelas autoridades, devido aos processos de marginalização social, econômica e ao preconceito e aos estereótipos atribuídos as pessoas negras.

Entretanto, apesar dos registros e das condições não favorecerem, o Tambor de Crioula sempre foi usado como instrumento de luta pelo povo preto, pois, em certo período da história, quando o tambor estava acontecendo, permitia despistar os senhores, para que os escravizados se organizassem e assim conseguissem fugir das senzalas.

Como uma arte bem dinâmica, o tambor se destacava em diferentes ocasiões, assim ele era tocado pelos negros para comemorarem a liberdade em momentos de diversão e felicidade, e também era usado como forma de luta, que tinha como objetivo derrubar o adversário com uma rasteira, essa luta era chamada de “pernada”.

É notório que o tambor sempre esteve relacionado com as formas de resistência e enfrentamento ao sistema; e hoje em dia observamos que não é diferente, pois, notamos que ele é uma forma dos negros manifestarem seus sentimentos e permanecerem conectados com suas raízes **identitárias**. Montello (2005) no seu Romance Os Tambores de São Luís, destaca a força dos tambores e a pureza que ele traz:

Quando saiu, ele não saberia dizer ao certo quanto tempo ali permanecera. Vinte minutos? Meia hora? Ou mais ainda? Mais ainda, certamente. O importante é que, depois de ouvir os tamboreiros e assistir às danças rituais, se sentia preparado para ir ao encontro de seu trineto. Sentado no banco, a olhar as noviches dançando rodeadas de velas, era outra vez o negro puro, filho de sua raça, em contato com as remotas raízes africanas. (Montello, 2005, p. 16).

Mesmo com todo processo de discriminação o tambor resistiu, sendo a forma dos negros escravizados protestarem e manterem vivas suas raízes, assim, preservando seus costumes e sua identidade histórica e cultural. Nesse sentido, na década de 1940, o tambor era frequente nos bairros, como afirma Carlos de Lima, no boletim online da CMF (Comissão Maranhense de Folclore):

Há 50 anos atrás os tambores de crioula eram frequentes nos bairros, divertimento de fins-de-semana, reuniões de ponta de Rua, sem organização ou indumentária (farda), simples ajuntamento de amigos e vizinhos, para se distrair e bebericar. As roupas eram as de uso diário, um chapéu de palha, um lenço na mão, os pés descalços. Pelo carnaval tisnavam-se com carvão rostos e braços, não só para ingressarem no clima da mascarada como para acentuar sua condição de pretos, pois era corrente a expressão tambor de preto para designar a brincadeira. “-lá vem um tambor de negro, dizia-se assim, no Desterro, na Camboa, na Vila Passos, na Madre Deus, na Praia do Caju, faziam-se rodas de tambor, somente de homens, deste que houvesse um aniversário, um batizado, um fato qualquer a comemorar”.

A frase “lá vem tambor de negro” nos dá embasamento para afirmar que o Tambor de Crioula é uma herança dos negros e percebe-se isso através da ancestralidade presente no fazer do mesmo, pois ele é uma dança que tem religiosidade quando acontece a promessa para São Benedito, é momento de lazer quando acontece em apresentações ou brincadeira e é um

instrumento de luta que é acionado em momentos necessários pelos Quilombolas, em manifestações, ocupações e enfrentamentos.

3.3 – Pensando sobre as origens

Sobre a origem do Tambor de Crioula, existem diferentes narrativas. As pessoas com quais eu dialoguei, não sabiam ou não deram certeza de como se iniciou tal atividade, porém, recorri às pesquisas bibliográficas, com o intuito de entender mais. Ramassote (2006) sublinha que:

As narrativas da origem do tambor de crioula via de regra se referem ou a São Benedito ou ao período da escravidão. São Benedito, o santo protetor dos negros aparece no teatro das memórias como um escravo que foi à mata, cortou um tronco de árvore e ensinou os outros negros a fazer e a tocar o tambor. Outras vezes ele surge como o cozinheiro do monastério que levava comida escondida em suas vestes para os pobres. Mas em muitos casos não há uma narrativa geral sobre o tambor e sua origem ancestral e sim a história específica de determinado grupo de tambor, demonstrando que naquilo que costumamos chamar de cultura popular há espaço para a individualidade, a diferenciação. (Ramassote 2006, p.42).

O autor citado, descreve exatamente as histórias, que me foram contadas pelos meus interlocutores, que sempre remetiam a origem do tambor à São Benedito, que era o cozinheiro que levava comida aos outros pretos que estavam presos na senzala.

Não se tem ao certo quando se começou o tambor de crioula em Santa Rosa dos Pretos. A lembrança trazida pelos anciões é inicialmente a do “velho Felipe e da velha Isabel”, ambos que foram escravizados e na lembrança foram quem ensinaram a arte do Tambor para os outros pretos do quilombo, como destacado por Juvêncio:

A lembrança que eu sei, é que foi o velho Felipe irmão do meu pai que tocava tambor aqui, ele que ensinou para os outros, isso é uma coisa boa cultura boa que deus deixou pra nós, sabe? E com isso a gente não larga, eu gosto de tambor, minha festa é tambor, ando esses lugares tudinho no tambor, eles vêm aqui me buscar pra cantar tambor e isso começou daí, do velho Felipe. (Juvêncio Pires, anotação do caderno de campo em 20.09.2016).

Vejo que me remeter às origens sempre é válido quando se tem a pretensão de entender o novo, deste modo, conversar com os anciões e com os quilombolas sobre as origens do tambor de crioula, sobre como aprenderam a tocar, a dançar, sempre me animou enquanto jovem, que tem o intuito de conhecer sua própria história.

Nessa caminhada de aprendizado, em um momento muito remoto, me deparei com a seguinte situação: a centralidade que esta “atividade cultural” assume dentro do território, assim, não tive nenhuma dúvida sobre o que eu queria pesquisar e descrever, tendo em vista que o Tambor de Crioula está relacionado com o cotidiano das pessoas e ele é um elemento que está

relacionado com toda a historicidade desse território negro, seja nas brincadeiras, seja nas apresentações, na comunicação ou na luta como aqui enfatizo.

Assim, fazendo uma análise sobre a situação que se encontra Santa Rosa e dos empreendimentos que a cortam, e destroem seus modos de vivência e de vida, Anacleto aponta que:

Vivemos hoje sobre ataque constante, estamos num chamado corredor da morte, se vai pra frente tem essa estrada, se vai pra traz tem a ferrovia, mais pra frente tem linhões e mais adiante outra ferrovia, não temos mais pra onde ir, sem contar as fazendas dentro de nosso território, as áreas de produção foram destruídas, nossa lavoura diminuiu, na hora que nosso povo cresceu, o que vamos fazer? Estamos a mercê da situação, tá difícil! (Anacleto Pires, entrevista dada em 17 de junho de 2017).

Cabe dizer que, essa não é uma preocupação atual dos quilombolas, pois, como já salientado, desde o início da década de 1950, quando os quilombolas de Santa Rosa dos Pretos perderam o domínio das terras deixadas em testamento pelo Barão para os moradores que lhe serviram como escravos, deu-se início a um processo crescente de expropriação territorial, e fazendeiros se estabeleceram no território.

Essa expropriação acompanhou-se de uma série de estruturas logísticas de escoamento de produtos para exportação: estradas de ferro, estradas rodoviárias, linhões de energia foram instalados no local e provocaram a expropriação de boa parte do território negro. As áreas expropriadas correspondiam a espaços de roça, lugares de pesca, caça e outras formas de extrativismo comunitário e práticas religiosas. Essa entrada de fazendas e de estruturas ligada a grandes empresas no território geraram perdas irreparáveis para a reprodução social e cultural das famílias negras.

Contra estes empreendimentos e contra essa invisibilização do corpo negro, o Tambor de Crioula é pensado aqui como parte das expressões artísticas, como a música e a dança, que emergiram da cultura dos escravizados, permitindo a abertura de espaços para as liberdades políticas formais constantemente negadas no cotidiano e silenciadas nos documentos.

De acordo com Gilroy (2001), “*a arte se tornou a espinha dorsal das culturas políticas dos escravos e de sua história cultural*”. Quando pensamos o tambor mais profundamente, sem dúvidas, podemos analisar as relações entre arte e política que estão presentes no seu acontecimento, desde o fazer, até a forma do brincar e protestar, passando por uma série de espaços da comunidade e das esferas públicas, permitindo a expressão nas músicas e danças da liberdade e dos direitos negados.

O Tambor de Crioula é um instrumento poderoso nas lutas sociais dos quilombolas e é acionado em defesa de direitos e de cidadania que a eles são negados. É forma de expressão que permite romper silêncios em prol das demandas sociais. Assim como já salientado, é parte principal de um todo, ou como afirma Libânio Pires: ele é “a *cereja do bolo*”. Ou seja, elemento fundamental no processo de enfrentamento e luta dos territórios e comunidades quilombolas, como Santa Rosa.

Podemos pensá-lo como arte negra, que possui um potente elemento anti-discursivo e de liberdade de fala, que se constitui ainda hoje, como pensamos ter se expressado nos tempos da escravidão formal, numa “*importante aliada nos processos de luta, rumo à emancipação, à cidadania e à autonomia negra*”, Santos (2019).

Ao salientar a importância do Tambor de Crioula nos processos de territorialização das comunidades e territórios negros, este aparece como espaço de socialização e comunicação entre os quilombolas de comunidades diferentes, como podemos ver na fala de senhor Juvêncio mestre de tambor do quilombo Santa Rosa dos Pretos:

O tambor era onde nós se encontrava, batia e conversava, era nele que se via a gente junto, Felipa, Oiteiro, Santa Maria e Santa Rosa, era no tambor que falávamos as mesmas coisas era do trabalho, do quilombo e da luta, que nossas lutas não é diferente, então no tambor que a gente se encontrava para sorrir e brincar, mas, se tivesse o negocio feio era com o tambor que nós brigava, sabe né? (entrevista dada em 15 de novembro de 2018).



Figura 28. Crianças esquentando tambores, um dos meios de aprendizagem da arte. Foto Joécio Pires (2017)

Quando o tambor está sendo tocado numa manifestação ele assume formas distintas de um tambor numa brincadeira; seus toques, suas cantigas, os versos expressam a revolta e a indignação a partir de uma linguagem que é compreendida por cada participante e recodificada

pelas autoridades. Nesse sentido, Justo Evangelista, quilombola, grande liderança sindical de Itapecuru-Mirim e do movimento negro afirma:

Dá de ver que onde existe um tambor de crioula forte existe um povo forte, onde há uma Mina (religião de matriz africana) forte existe um povo forte, onde a cultura resiste o povo resiste. Então nossa cultura é nossa resistência é nossa força é nosso alimento, onde ela prevaleceu o povo prevaleceu e se sobressaiu, não foge da luta e sempre que é preciso tá junto para lutar e briga por nossos direitos por isso Santa Rosa é referência (Justo Evangelista, entrevista concedida, janeiro de 2017).

É importante ressaltar a importância que o Tambor de Crioula assume nesses processos de luta e resistência dos quilombolas, pois pra além de tudo ele é um combustível de ânimos que serve aos manifestantes. Ele traz o sentido do coletivo, traz a alegria para o povo presente.

O tambor é de uma força inexplicável, algo que dá sentido as falas, que anima as pessoas, ele tem uma força natural que se apresenta num todo. Quando Anacleta nos fala que *“o tambor é alimento da alma”*, que *“ele sustenta o ser”*, quando outros nos falam que *“até quem tá doente quando escuta o som do tambor, levanta e vai brincar”*, entendemos o Tambor como instrumento de fortalecimento e luta dentro do território.

O IPHAN sinaliza que o tambor:

É uma dança marcada por fortes traços africanos, na qual uma roda de mulheres baila diante da parêla de três tambores (grande, meião e crivador) tocados por homens. O canto é tirado pelo solo, como uma toada, e acompanhado pelo coro formado pelo resto do grupo. Na coreografia, destaca-se a punga, umbigada que as mulheres dão uma na outra, antes de sair da roda, seguindo o ritmo dado pelo tambor, que é uma constante em inúmeras danças de origem africana. Essas dançantes, também chamadas coureiras, vestem saias rodadas muito coloridas e blusas de cores fortes; a cabeça enfeitada por flores, colares e outros adornos. Os homens usam camisas coloridas e chapéus de palha. Embora Domingos Vieira Filho considere que não há nenhum elemento ritual nesta dança, caracterizada pela espontaneidade do simples gingado diante de um tambor, pode-se destacar seu aspecto religioso, expresso no louvor a São Benedito e na demanda às apresentações em outras datas do calendário litúrgico popular, como o São João ou os pagamento de promessa (IPHAN, 2005, p.9)

Concordo em varias partes, mas, é notório que para os quilombolas, o tambor é força, é arma, é vida, é comunicação, é alimento da alma, é um elemento de dimensões outras que, faz com quê os quilombolas permaneçam de pé e reivindicando seus direitos e lutando pela vida, enfrentando o sistema e garantindo a voz, que é silenciada por séculos de maldades.

CONCLUSÃO

Nessa caminhada, a partir das narrativas de meus interlocutores sobre os mais diferentes assuntos, que estão relacionados com a vivência no quilombo, entre conversas, prosas e entrevistas, fui constituindo um entendimento sobre a historicidade de Santa Rosa dos Pretos. Deste modo, notei que diferente daquilo que se tem propagado e escrito nos livros e estudos ao qual tive acesso, o tambor de crioula, assume múltiplas faces. Além de ser brincadeira e dança, ele é também arma de luta usada pelos quilombolas para reafirmarem suas identidades e manifestarem seus direitos, que são violados e negados cotidianamente. O tambor de luta se faz presente em momentos de fortes ameaças e é a forma usada pelos quilombolas para se defenderem e manifestarem. Através do tambor de luta eles se comunicam, lutam e reafirmam sua existência.

Os quilombolas de Santa Rosa dos Pretos viviam grande autonomia no seu território até meados de 1950, quando perderam domínio do testamento deixado pelo Barão. Com isso, sua terra já atravessada pela BR 135 começou a ser grilada e fazendeiros começaram a entrar, seguidos de grandes empreendimentos desenvolvimentistas: ferrovias, linhões de energia, que começaram a usurpar terras de Santa Rosa.

Assim, houve a necessidade dos quilombolas se organizarem para defender sua terra, seus modos de vida, seus “costumes” e “tradições”, e com isso, as memórias dos anciões junto de suas culturas ancestrais, passadas por gerações, foram acionadas como elemento de afirmação identitária, como força de garantir seu pertencimento.

O tambor de crioula em Santa Rosa dos Pretos se constituiu em instrumento importante na insurgência dos escravizados e conseqüentemente de seus descendentes, pois assume um papel central no processo de manifestações dos quilombolas e torna-se, “tambor de luta”, ao permitir a constituição de espaços de liberdade de expressão, garantido aos pretos, o lugar da fala, mesmo diante de todo um sistema opressivos que é presente frente aos corpos pretos.

O tambor de crioula como culto aos seus valores ancestrais, à natureza e a vida, fortalece os processos contra culturais, e enfatiza a importância da coletividade existente entre os quilombolas, e os mantém firme e resistente:

“Dá de ver que onde existe um tambor de crioula forte existe um povo forte, onde há uma Mina forte existe um povo forte, onde a cultura resiste o povo resiste. Então nossa cultura é nossa resistência é nossa força é nosso alimento, onde ela prevaleceu o povo prevaleceu e se sobressaiu, não foge da luta e sempre que é preciso tá junto para lutar e briga por nossos direitos por isso santa rosa é referencia” (Justo Evangelista, entrevista concedida, janeiro de 2017)

A existência do tambor, por si só, garante a permanência desses quilombolas dentro de suas terras, pois, nele está presente dimensões outras, que se diferenciam das formas de adestramento posto pelo Estado e os permitem viver em conjunto com o outro, coletivizando e trocando, saberes, experiências, alimentos e vida.

Foi fundamental neste trabalho, conhecer a história do meu quilombo, que é também minha história e de meus ascendentes. Há um provérbio Africano que fala o seguinte: “Até que os leões inventem as suas próprias histórias, os caçadores serão sempre os heróis das narrativas de caça”. Assim, compreender a historicidade de Santa Rosa dos Pretos, a partir das narrativas de anciões e do tambor de crioula é algo que me permite mostrar a sua potência e importância como fonte de energia espiritual e corporal, porque o tambor é uma arma que foi e sempre será utilizada em defesa da vida, e da consciência do cuidar do espaço enquanto algo sagrado frente ao desenvolvimento posto pelo estado, que assola os territórios, e nesse sentido de defesa, o tambor toma uma representatividade que dá equilíbrio aos quilombolas e garante sua permanência em seu território.

Portanto como destaca Anacleto “o tambor é a sustentabilidade da vida, porque sem o tambor a gente não vive, ele é a luz do espírito, que move o corpo, a mente e a alma, por meio dos movimentos, dos toques, e das cantigas, que alimentam nossa alma e expressam a fortaleza da nossa ancestralidade”.

Cantiga: Deixa couro caminhar, deixa couro caminhar

Tambor grande tá dizendo deixa couro caminhar

Verso: Vou parar com essa toada que de noite eu tenho medo minha Mãe é mulher velha fecha a porta e dorme cedo.

Cantiga: Deixa couro caminhar, deixa couro caminhar.

Tambor grande tá dizendo, deixa couro caminhar

Verso: Colega eu me ajoelho e faço o pelo sinal, eu vou dá minha despedida e já vou me arretirar.

Cantiga: Deixa couro caminhar, deixa couro caminhar

Tambor grande tá dizendo deixa couro caminhar

Verso: Eu já dei a despedida que o dia vai amanhecer, se não escrevi a seu gosto outra vez posso escrever.

REFERÊNCIAS

- ADICHIE, Chimamanda Ngozi, *O perigo de uma História Única*, 2010.
- ALMEIDA, A. W. B. de. Terras de quilombo, terras indígenas, "babaçuais livres", "castanhais do povo", faxinais e fundos de pasto: terras tradicionalmente ocupadas. Capítulo: "Terra de preto, terra de santo, terra de índio- uso comum e conflito". Manaus: PPGSCA/EDUA, 2006.
- ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de. *Os quilombolas e a base de lançamento de foguetes de Alcântara: laudo antropológico / Alfredo Wagner Berno de Almeida*. – Brasília: MMA, 2006.
- BOURDIEU, Pierre, 1930-2002. *Sobre o Estado : Cursos no Collège de France (1989-92) / Pierre Bourdieu; [edição estabelecida por Patrick Champagne... et al.]*; tradução Rosa Freire d'Aguiar – 1ªed – São Paulo: Companhia das Letras, 2014
- BOURDIEU, Pierre. A casa kabyle. *Cadernos de campo*, vol. 8, pp. 147-159, 1999. Português (Brasil).
- CURY, Isabelle (Org.) *Cartas Patrimoniais*. 3ª Edição. Rio de Janeiro: IPHAN, 2004.
- DOS ANJOS, José Carlos. **A filosofia política da religiosidade afro-brasileira como patrimônio cultural africano**. *Debates do NER*, Porto Alegre, ano 9, n. 13, p. 77-96, jan./jun. 2008. Disponível em: <file:///C:/Users/Gedmma_02/Desktop/5248-16687-1-PB.pdf> Acesso em: 02/10/2019.
- COELHO, Tádzio Peters. *Projeto Grande Carajás Trinta Anos de Desenvolvimento Frustrado*.
- FERRETTI, Sergio. A punça resiste. *Revista de História da Biblioteca Nacional*, Rio de Janeiro: n.40, p. 74-79, jan. 2009.
- GILROY, Paul, 1956 – *O Atlântico negro: modernidade e dupla consciência / Paul Gilroy*; tradução de Cid Knipel Moreira. – São Paulo: Editora 34; Rio de Janeiro: Universidade Cândido Mendes, Centro de Estudos Afro-Asiáticos, 2012 (2ª Edição) 432 p.
- HAESBAERT, Rogério. **Território e Multiterritorialidade: Um debate**, Porto Alegre, 23 de setembro de 2004.
- LUCCHESI, Fernanda. **Relatório Antropológico** de identificação de Santa Rosa, Itapecuru-mirim, MA. São Luís; 2008.
- MATEI. Ugo, NADER. Laura – **Pilhagem: quando o estado de direito é ilegal**. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2013. 445 p. Biblioteca – MP-SP Página 1.
- MAURI, Mônica Martínez. *Cuando el territorio no es solo tierra. La territorialidade y el mar kuna (Panamá)*. May 2014.
- MESQUITA. B. A. **A “Nova” Intervenção Governamental, a Dívida Pública e o Impasse no Desenvolvimento Regional da Amazônia Brasileira**. *Revista de políticas Públicas / São Luís – MA / Número Especial / p. 85 – 94 / Agosto de 2010*.
- MBEMBE, Achille. *Necropolítica seguido el gobierno privado indirecto*. Madrid: Melusina, 2011.
- MONTELLO, Josué. *Os tambores de São Luís / Josué Montello*.- 1. Ed. Especial.- Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2005.
- OLIVEIRA, Osvaldo Martins de. *Direitos Quilombolas & dever de Estado em 25 anos da Constituição Federal de 1988 / organização de Osvaldo Martins de Oliveira*. Rio de Janeiro : Associação Brasileira de Antropologia, 2016.

PROJETO VIDA DE NEGRO – 10 anos de luta pela regularização e titulação das Terras de Preto do Maranhão. Organizado por SMDDH/CCN em 1998.

ROMÃO, José Eustáquio. Paulo Freire e Amílcar Cabral: a descolonização das mentes / José Eustáquio Romão, Moacir Gadotti. – São Paulo: Editora e Livraria Instituto Paulo Freire, 2012.

SANTOS, Dayanne da Silva. **Não se pode entrar em terra de Encantado sem permissão**: Um estudo sobre a relação entre pessoas e encantados na luta pelo Território Quilombola Santa Rosa dos Pretos, Itapecuru-Mirim – MA / Dayanne da Silva Santos. – 2019. 218 p.

SANTOS, Milton. Território, territórios: ensaio sobre o ordenamento territorial. Rio de Janeiro: Lamparina, 2011.

Desenvolvimento em questão: projetos desenvolvimentistas, resistências e conflitos socioambientais/ Horácio Antunes de Sant’Ana Júnior. Maria José da Silva Aquino Teisserenc, Cíndia Brustolin (organizadores). – São Luís: EDUFMA, 2018.

SANT’ANA Júnior, Horácio Antunes de. Silva, S. Ribeiro Junior, J. A. S. Projetos de desenvolvimento e conflitos Territoriais no espaço amazônico maranhense: a duplicação dos trilhos da Estrada de Ferro Carajás e os impactos socioambientais nas comunidades quilombolas de Santa Rosa dos Pretos e Monge Belo em Itapecuru-Mirim, 2011, <http://www.gedmma.ufma.br/wp-content/uploads/2014/02/77-projetos-de-desenvolvimento-e-conflitos-territoriais-no-espaco.pdf> (acessado em 29/10/2019).

SILVA, Anacleto Pires da. **Resistência e Trajetória de Luta pela Regularização Fundiária do Território Quilombola Santa Rosa dos Pretos** / Anacleto Pires da Silva – Bacabal, 2017.

SILVA b, Josicléa Pires da. **A riqueza e a pobreza ao longo do corredor Carajás**: os impactos dos projetos de mineração nos territórios quilombola Santa Rosa dos Pretos e Monge-Belo / Josicléa Pires da Silva. — Bacabal, 2017.

SILVA a, Joécio Pires da. **Tambor não é só tradição, é também força e resistência**: o tambor de crioula no Território Quilombola Santa Rosa dos Pretos / Joécio Pires da Silva. — Bacabal, 2017.

VELHO, Gilberto : **Desvio e Divergência** - uma Crítica da Patologia Social ed. Zahar, 1977.